

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



**ANO 66 - Nº 93 - 2006
ISSN - 0020-3890**

Editorial

Neste ano de 2006, o Instituto de Geografia e História do Brasil comemora os seus setenta anos de fundação. No dia 7 de novembro de 1936, reuniu-se no salão nobre do Clube Militar um grupo formado por oficiais do Exército e da Marinha, idealistas e intelectuais, sob a feliz inspiração do então capitão de Infantaria Severino Sombra de Albuquerque, para tratar da fundação da Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia. Associação que iniciaria, oficialmente as suas atividades sócio culturais, em 15 de novembro de 1938, já com a denominação de Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Constituíram a mesa diretora dos trabalhos daquela memorável sessão os generais Moreira Guimarães e Azeredo Coutinho assim como o almirante Raul Tavares. Secretariou a sessão o Capitão Severino Sombra.

Abertos os trabalhos, o secretário expôs os motivos da reunião, começando por declarar dispensável qualquer justificativa para a criação da instituição que se pretendia fundar. No entanto, tendo sido sua a iniciativa tomada, para sua organização, devia aos presentes uma explicação de como concebia e compreendia a sua existência. Apresentou três razões que reputou essenciais para a criação da sociedade. Primeiro, *a especialização cada vez maior na História demandava a criação de um Instituto em que se estudasse o aspecto militar da nossa História, coletiva e sistematicamente.* Seria a contribuição dos profissionais das armas à obra a ser desenvolvida

pelos futuros historiadores. Em segundo lugar, salientava que *a História Militar representava a fonte mais rica de ensinamentos para todos os chefes militares; as lições estratégicas, políticas e táticas do passado sempre constituíram motivos de meditação de todos os grandes capitães; a História Militar proporcionava a melhor explicação do estágio alcançado pelas Forças Armadas e a base para promover sua evolução.* Finalmente, disse: “Os povos se afirmam e sobrevivem pela existência de uma personalidade nacional característica e esta se mantém, manifesta-se e passa de geração a geração graças à continuidade histórica. O esquecimento do passado, as rupturas com a tradição, a ignorância da História nacional são elementos decisivos na descaracterização dos povos, na sua assimilação por outros e no enfraquecimento do organismo nacional.”

Aclamadas as palavras do capitão Severino Sombra pelos presentes estava lançada a pedra fundamental do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que hoje conta 70 anos de trabalho e de vitórias. Com altos e baixos, mas resistente impavidamente às agruras do tempo, para ofertar às gerações futuras uma lição edificante de defesa constante de nossos valores maiores, de preservação da memória e das tradições nacionais e de amor à Pátria sem esmorecimentos.

Assinaram a histórica ata de fundação consagrados nomes, que deixaram marcas indeléveis na cultura militar brasileira. Dentre eles:

Tasso Fragoso, autor da *História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai* e da *Batalha do Passo do Rosário*;

Raul Tavares, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia;

Cândido Mariano Rondon, o pacificador de índios e patrono das Comunicações;

Dídio Costa, biógrafo de Saldanha da Gama e de Tamandaré;

Alípio di Primo, fundador e organizador do Serviço Geográfico do Exército;

Liberato Bittencourt, devotado mestre de gerações de militares;

João Borges Fortes, estudioso e pesquisador da História do Rio Grande do Sul;

Rego Monteiro, pesquisador e antigo Diretor do Arquivo do Exército;

Henrique Boiteux, pesquisador, autor de *Marquês de Tamandaré e Anita Garibaldi, Santa Catarina no Exército*;

Nogueira da Gama, estudioso dos problemas de navegação;

Lisias Rodrigues, veterano do Correio Aéreo Militar, geopolítico;

Álvaro Otávio de Alencastro, conhecedor da vida do Duque de Caxias e do regionalismo gaúcho;

Souza Docca, homem de letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, orador oficial da sessão inaugural do Instituto, presidente da comissão eleita para redação dos estatutos;

Francisco José Pinto, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, chefe da Casa Militar do Presidente Getúlio Vargas;

Danton Garrastazu Teixeira, autor da *História da Guerra do Paraguai*, mais tarde, presidente do Instituto de Geografia e História

Militar do Brasil;

Valentim Benício da Silva, baluarte da fundação, organização e consolidação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, por três vezes seu presidente, reorganizador e diretor da Biblioteca do Exército;

Lima Mindelo, ilustre professor de tempos idos.

Jônatas de Moraes Correia, emérito pesquisador e ilustre conferencista. Depois, presidente do IGHMB;

Lima Figueiredo, integrante da comissão de redação dos estatutos e autor de *Grandes Soldados do Brasil, Casernas e Escolas, Cidades e Sertões, Centenário do Marechal Bormann e Um Ano de Observação no Extremo Oriente*;

Raja Gabaglia, biógrafo de Fernandes Vieira e articulista da *Revista Marítima Brasileira*;

Luiz Lobo, primeiro secretário do Instituto, em seu nascimento, autor de excelente obra sobre a *História Militar do Pará*;

César Xavier, membro da Sociedade Brasileira de Geografia;

Raul Bandeira de Melo, geólogo, crítico da divisão territorial brasileira e escritor do magnífico trabalho *Geobélica do Brasil*;

Cordolino de Azevedo, professor de História Militar da Escola Militar de Realengo, que nos legou a valiosa obra *História Militar*;

Genserico de Vasconcelos, historiador, precursor dos estudos de História Militar do Brasil;

Moreira Guimarães, figura de prestígio histórico, que colaborou decisivamente para a criação do Instituto;

Augusto Carlos de Souza e Silva, escritor de temas navais e técnicos, que

nos deixou vasta bibliografia, na qual se destaca *O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada*.

A esses nomes, responsáveis diretos pela fundação do Instituto, vieram juntar-se outros não menos célebres homens de cultura, como o de Affonso de Carvalho; o de Godofredo Vidal; Augusto Correia Lima; Djalma Poly Coelho; Estevão Leitão de Carvalho; Sebastião Fernandes de Sousa; Paula Cidade; Altamirando Nunes Pereira; Jaguaribe de Matos; Egon Prates; Umberto Peregrino; Jonas de Moraes Correia Filho; Humberto de Alencar Castelo Branco; Aurélio de Lyra Tavares; J. B. Magalhães; Mário Travassos; Nelson Werneck Sodré, Dioclécio de Siqueira e muitos outros.

Referência especial merecem nossos confrades civis, dentre os quais se destacam as figuras de Gustavo Barroso, Afonso Taunay, Vilhena de Moraes, Pedro Calmon, Jacobina Lacombe, Carneiro de Mendonça, Morales de los Rios, Arthur Reis, Gilberto Freyre, Alberto Lima, David Carneiro, Augusto de Lima Junior, Ferreira da Cunha, Vicente Tapajós, Arno Wehling, e tantos outros.

Destinado, precipuamente, a promover estudos de Geografia e História Militar do Brasil, bem como o culto cívico dos vultos e fatos gloriosos da História Pátria, nasceu o Instituto com cinqüenta cadeiras.

O primeiro número da tradicional Revista do IGHMB, hoje com 66 anos de existência, foi programado para ser lançado em abril de 1941 porém, realmente, só viria a ser distribuído em 10 de outubro daquele mesmo ano.

Fundado o Instituto em 1936, provocaria o ressurgimento, em novas

bases, em junho de 1937, da Biblioteca Militar (Bibiex), irmanados, em perfeita interação, quis o destino que as duas entidades culturais crescessem juntas. Propunha-se o Instituto à pesquisa seletiva e sistematizada do aspecto militar da nossa História e da nossa Geografia, enquanto que a Biblioteca à difusão do resultado desses trabalhos, que encontrariam no Arquivo do Exército fontes de consulta inesgotáveis.

Decisivos papéis no início da vida do IGHMB e no renascimento da Biblioteca Militar tiveram Severino Sombra e Valentim Benício. Sombra, lançando as sementes e Benício, influenciando junto ao Ministro Eurico Gaspar Dutra para que se publicasse uma História Militar do Brasil.

Ainda em 1937, foi eleita, por aclamação, a primeira diretoria do Instituto, que era assim constituída: General Tasso Fragoso; Vice-Presidente, Almirante Raul Tavares; Primeiro-Secretário, Capitão Severino Sombra; Segundo-Secretário, Comandante Dídio Costa; Primeiro-Tesoureiro, Comandante Feliciano Xavier; Segundo-Tesoureiro, Capitão Adailton Pirassununga, Tasso Fragoso, declarando-se impossibilitado de aceitar o honroso cargo, por se encontrar em idade avançada, levou a assembléia a substituí-lo por Raul Tavares. Para o biênio de 1939-1941, foi eleito presidente o General Estevão Leitão de Carvalho porém, com a sua transferência para o Sul e o falecimento do vice-presidente, viria a assumir a presidência, pela primeira vez, Valentim Benício, que a exerceu por três mandatos. Nesse período se fez sentir a atuação de Benício como Presidente do IGHMB, o que posteriormente lhe valeria a elevação a sócio benemérito, pelos relevantes serviços prestados.

A sobrevivência do Instituto nessa difícil fase de consolidação dependia de se obter subvenção do governo para atender ao seu funcionamento administrativo e uma sede própria onde pudesse instalar-se definitivamente. Voltava-se a falar também de ser atribuído ao Instituto o encargo de elaboração da História Militar do Brasil. Impunha-se a criação da Revista e a definição dos respectivos patronos das cadeiras. Quanto à subvenção, só lhe seria concedida a quantia de 10 contos de réis, a partir de 16 de maio de 1941. A sede prometida então – a Casa Histórica de Deodoro – tão cedo não poderia ser ocupada, por se achar ali instalado o comando da Artilharia Divisionária e encontrar-se em estado precário de conservação. Desse modo, por intervenção de Benício, a Biblioteca Militar acolheu o Instituto, cedendo-lhe espaço para instalação da secretaria e para suas reuniões, enquanto não lograsse um lugar condigno no Silogeu Brasileiro, futura sede do IBGE.

Triste sina do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Desde a sua fundação na antiga sede do Clube Militar até os dias hoje não mereceu um lugar adequado para sua sede permanente. Já foi acolhido generosamente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em quatro oportunidades, na Biblioteca do Exército por duas vezes, no antigo Palácio Monroe (de 1970 - 1974), no torreão do Palácio Duque de Caxias e, por fim, na Casa Histórica de Deodoro, onde funciona, desde 24 de março de 1998, por convênio firmado com o Exército.

Ainda em 1941, Benício faz publicar o primeiro número da *Revista do Instituto* e soluciona a questão dos

patronos das cadeiras.

Muito deve o Instituto a esse confrade, no período de consolidação de sua existência. A dinâmica atuação de Benício no Instituto encerra-se coma passagem da presidência a outra figura não menos ilustre – o General Tristão de Alencar Araripe. Araripe, que permaneceu, à testa do IGHMB durante seis mandatos.

Só comparável ao mandato de seus ilustres predecessores seria o do General Jonas de Moraes Correia Filho, estendendo-se de 1969 a 1982, pleno de realizações.

Tornaram-se merecedores do reconhecimento, de todos nós, as pessoas dos Presidentes Souza Docca, Garrastazu, Gerson de Macedo Soares, João Batista de Mattos, Francisco de Paula e Azevedo Ponde, Artur Saldanha da Gama, Edmundo de Macedo Soares, Herick Marques Caminha, Jonas de Moraes Correia Neto, e Luiz Paulo Macedo Carvalho.

A vida das entidades culturais é avaliada pelas suas atividades e realizações. Seus frutos, às vezes imperceptíveis, só germinam no íntimo de cada um. Desempenham relevante papel na solução dos problemas multiformes da humanidade.

O IGHMB situa-se, precisamente, dentre essas instituições que contribuem, anonimamente, para a interpretação e solução dos problemas nacionais, mediante o estudo dos fatores geográficos, históricos, estratégicos, sóciopolíticos e econômicos. Nossos predecessores semearam, e nós continuamos laborando, modestamente, no campo da Estratégia, da Geopolítica, da Geografia e da História Militar sem idéias preconcebidas, sem distorções ideológicas, faccionismos, ufanismos

e, principalmente baseados em revisionismos infundados, em benefício das gerações futuras.

O Instituto procura estender sua experiência, também, às universidades, estimulando o estudo da moderna História Militar, multidisciplinar, de modo a que se dissipem as barreiras entre civis e militares, em benefício da Nação.

No elenco de suas realizações, podemos lembrar: a priorização do culto aos valores cívicos e históricos, os importantes trabalhos de pesquisa, a organização de seminários e simpósios, a participação em congressos internacionais representando o Brasil, o intercâmbio com instituições congêneres nacionais e internacionais, a difusão de conhecimentos através da Revista e de seus Boletins Informativos e – talvez suas colaborações maiores – a orientação fornecida para a redação de *O Exército na História do Brasil* e a criação do primeiro Curso de Especialização *Lato Sensu* em História Militar no País, em colaboração com a UNIRIO e sob o patrocínio do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, contribuindo assim, efetivamente, para mostrar que a História Militar se confunde com a História pátria, como bem asseverava Pedro Calmon.

O Instituto coopera com os Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas proferindo palestras, participando de painéis, seminários e simpósios, divulgando a Geografia e a História Militar do Brasil. Assim como mantém estreito relacionamento com entidades congêneres, no Brasil e no exterior. Anualmente, como Comissão Nacional de História Militar, participa dos congressos proporcionados pela Comissão internacional de História Militar, com sede em Bruxelas.

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil é uma associação civil, de caráter cultural e científico, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, que se destina, primordialmente, a promover estudos de Geografia e História Militar, bem como a incentivar e realizar o culto cívico de vultos, atos e fatos gloriosos de nossa História pátria.

Congrega militares das três Forças Singulares, da ativa ou da reserva, e civis em quatro categorias de sócios: titular, emérito, honorário e correspondente, além de colaboradores civis e militares não-sócios, que desejem com ele cooperar. Os sócios titulares ocupam as cinquenta cadeiras que têm por patronos nomes proeminentes da nossa História Militar brasileira. Os sócios são eleitos em Assembléia-Geral, satisfeitos os requisitos estabelecidos em seu Estatuto. É dirigido por uma diretoria eleita pelo quadro social para um mandato de dois anos, sem remuneração. Mantém-se por contribuição financeira do quadro social ou por doações. Realiza sessões ordinárias semanalmente durante o ano sociocultural iniciado na segunda quinzena de março e encerrado na primeira quinzena de dezembro.

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil é o órgão consultivo oficial de História Militar reconhecido pelo Governo Federal (Decreto nº 27.512 de 28 de novembro de 1949) e órgão de utilidade pública do Estado do Rio de Janeiro (Lei 2.217 de 28 de agosto de 1973), filiado à Comissão Internacional de História Militar. Distinguido com inúmeras honrarias nacionais e estrangeiras, civis e militares, na sua fulgurante trajetória, ostenta na sua bandeira a

insígnia da Ordem do Mérito Militar, pelos relevantes serviços prestados ao Exército Brasileiro. Orgulha-se, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, de ser a mais antiga instituição desse gênero no mundo.

Revista do IGHMB

Ano 66 – Nº 93 - 2006

ISSN - 0020-3890

Publicação Oficial do Instituto de
Geografia e História Militar do Brasil

Fundada em 1940

DIRETOR

Gen Div Aureliano Pinto de Moura

REDATOR

Coronel de Eng e EM

Darzan Neto da Silva

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Casa Histórica de Deodoro. Praça da
República, 197 - Rio de Janeiro, RJ.

20.211-350 – BRASIL. Tel/Fax:

(0 xx 21) 2221-0467

Os conceitos emitidos nas matérias
assinadas são de exclusiva responsabilidade
dos autores.

A Revista não se responsabiliza pelos
dados cujas fontes estejam devi-damente
citadas.

Salvo expressa disposição em con-trário,
é permitida a reprodução total ou parcial das
matérias publicadas, desde que mencionado o
autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publi-cações
nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser digitados no
formato A4 (210 x 297mm), com margens de
25mm (usar apenas um lado de cada folha A4,
com letras de 12 pontos e entrelinha dupla),
acompa-nhados de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à reda-ção não
serão devolvidos.

**PUBLICAÇÃO ANUAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

H. P. COMUNICAÇÃO ASSOCIADOS
TEL. FAX: 0 XX 21 – 3393-4212
editoraagoradailha@terra.com.br

SUMÁRIO

CAXIAS: UMA VIDA DEDICADA AO BRASIL
Pedro Luís de Araújo Braga.....15

**VENTURAS E DESVENTURAS DE UMA
EXPERIÊNCIA SINGULAR: A DIVISÃO
NAVAL BRASILEIRA NA ÁFRICA EM
1918. EXTRATO**

Francisco Eduardo Alves de Almeida...25

**UMA NOVA HISTÓRIA MILITAR?
ABORDAGENS E CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO**
Paulo Adré Leira Parente.....37

BOERS - A GUERRA DO FIM DO MUNDO
César Augusto Nicodemus de Souza....47

**A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA – A
OFENSIVA DE 1866**
Aureliano Pinto de Moura75

UM PRISIONEIRO DO PRESIDENTE LOPEZ
Alberto Martins da Silva.....91

TUIUTI – 140 ANOS
Nilson Vieira Ferreira de Mello.....97

**HOMENAGEM AOS MORTOS NA
INTENTONA COMUNISTA DE 1935**
Luiz Carlos Carneiro de Paula.....109

**REVOLUÇÃO DE TRINTA: A AÇÃO
TENENTISTA GARANTIU A VITÓRIA**
Davis Ribeiro de Sena113

**O CLUBE MILITAR E O PENSAMENTO
REPUBLICANO**
Renato J. P. Restier Junior.....121

IGHMB
Relatório anual da diretoria - ano de 2006...135

IGHMB
Situação dos sócios dez/ 2006.....143

**INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR DO
BRASIL**

Fundado em 7 de novembro de 1936
Órgão Consultivo Oficial da História
Militar reconhecido pelo Governo
Federal

(Decreto nº 27.512, de 28 de novembro de
1949 - DOU de 1º de dezembro de 1949)
Órgão de Utilidade Pública do Estado
do Rio de Janeiro
(Lei 2.217, de 28 de agosto de 1973 -
DOIRJ, de 30 de agosto de 1973)
CNPJ 30.278.931/0001-17

DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2007-2008

Foram eleitos como membros da Diretoria do IGHMB, biênio de 2007/2008, em Assembléia Geral realizada em 14/11/2006, e empossados em Assembléia Geral de 12/12/2006, os seguintes sócios:

- **Presidente: Gen Div Aureliano Pinto de Moura**
- **1º Vice - Presidente: Gen Bda Aricildes de Moraes Motta**
- **2º Vice - Presidente: CMG Francisco Eduardo Alves de Almeida**
- **Diretor – 1º Secretário: Cel Eng Darzan Neto da Silva**
- **Diretor – 2º Secretário: Cel Eng Luiz Carlos Carneiro de Paula**
- **1º Diretor – Financeiro: Dr Marcos Ribeiro Corrêa**
- **2º Diretor – Financeiro; CF Mônica Hartz Oliveira Moitrel**
- **Diretor de Comunicação Social: Prof Guilherme de Andréa Frota**
- **Suplente: Gen Bda César Augusto Nicodemos de Souza**
- **Suplente: Cel Art José de Sá Martins**
- **Suplente: Cel Arivaldo Silveira Fontes**

- **Conselho Fiscal:**
 - Gen Ex Pedro Luiz de Araújo Braga
 - Gen Div Carlos de Meira Mattos
 - V Alm Sérgio Tasso Vasquez de Aquino
 - Suplente: Gen Bda Sérgio Augusto de Avellar Coutinho
 - Suplente: Gen Bda Sérgio Roberto Dentino Morgado

- **Conselho Consultivo:**
 - Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto
 - V Am Hélio Leôncio Martins
 - Cel Inf Marco Antonio Cunha

PALAVRAS DA POSSE

Exmo Sr Gen Jonas de Moraes Correia Neto, Srs. Ministros, oficiais gerais, minhas Sras. meus Srs., oficiais, meus confrades e confreriras.

Hoje é um dia de satisfação e agradecimentos. De satisfação pelo dever cumprido ao término de nossa gestão e de agradecimento aos nossos confrades pela confiança em mim depositada reelegendo-me para mais um mandato de Presidente do nosso IGHMB. Agradecimento que faço também em nome dos demais membros desta Diretoria que hoje foi empossada. Sentimo-nos muito honrados, pela confiança em nós depositada.

Neste momento não poderia deixar, também, de agradecer a todos esses confrades que aceitaram compor comigo a equipe que irá gerir os destinos do nosso Instituto, no biênio 2007-2008. Tenho plena certeza, de juntos poderemos dar continuidade ao trabalho daqueles que nos antecederam, nesses 70 anos de existência.

Assumo, a Presidência, consciente da difícil missão recebida. A difícil missão de bem gerenciar os destinos do nosso Instituto, com auxílio e o apoio de todos os confrades e confreriras, com as

Gen Div Méd Aureliano Pinto de Moura - Presidente eleito – Biênio 2.007/2.008

atenções voltadas para as suas atividades de pesquisa e estudo da Geografia e da História Militar; da Estratégia e da Geopolítica. Sem esquecer o incentivo ao culto cívico de vultos, de atos e fatos gloriosos, da nossa História Pátria.

Interpretada a missão, tenho a certeza de que a Diretoria recém, empossada, não medirá esforços no sentido de honrar o compromisso assumido. O compromisso de manter as tradições, dessa Casa, herdadas de ilustres homens de cultura, que por aqui passaram. Caberá por certo a nós, desenvolvermos e aprimorarmos os trabalhos a serem realizados.

Não estamos encerrando uma gestão e principiando um novo trabalho, de uma nova Diretoria, de um novo grupo. Estamos unidos em um mesmo propósito de dar continuidade ao nosso trabalho. Daí significado da singeleza dessa cerimônia, de posse dos eleitos.

Naturalmente contando com novos colaboradores, com uma transfusão de sangue novo, reforçando a nossa equipe. De uma equipe que dará continuidade aos trabalhos que já vem sendo desenvolvidos, desde a nossa fundação, há 70 anos atrás. Por certo saberemos manter os ideários, daquele insigne grupo de oficiais reunido, em 7 de novembro de 1936, no Salão Nobre do Clube Militar, sob a presidência do Gen Moreira Guimarães e secretariada pelo Cap Inf

Severino Sombra de Albuquerque.

Naquela data reuniram-se, esses ilustres e idealistas oficiais da nossa Marinha e do nosso Exército, convocados pelo Cap Severino Sombra, para tratar da fundação da *Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia*.

Aberta a reunião, foi solicitado ao Cap Severino Sombra para dizer dos motivos da criação da novel sociedade.

Iniciando o seu relato, Severino Sombra declarou ser dispensável a apresentação de qualquer justificativa para a criação da instituição proposta. Mas, mesmo assim, Severino Sombra apresentou três razões, essenciais, para a fundação da sociedade e que me permito-me lembrar:

- *A especialização cada vez maior na História, com os seus novos métodos de pesquisa e interpretação dos fatos, exigindo a criação de uma sociedade que se estudasse o aspecto militar da nossa História;*

- *A História Militar representando a fonte mais rica de ensinamentos, para todos os chefes militares; e*

- *As lições políticas, táticas e estratégicas, das campanhas passadas constituindo a fonte de meditação de todos os grandes capitães.*

- A essas três razões acrescentou ainda que *...o amor ao Exército e o próprio interesse profissional são fatores em prol da criação da Sociedade.*

Severino Sombra estava cheio de razão. O esquecimento do passado, a ruptura das tradições, a ignorância da História, a ausência de memória, são elementos que propiciam a descaracterização da nacionalidade. Seja pela assimilação por uma cultura alienígena, seja no enfraquecimento do sentimento de Pátria. Com as palavras de Severino Sombra estava lançada a pedra fundamental onde se ergueria o IGHMB.

Criado, este Instituto tornou-se a primeira instituição criada, do gênero, em âmbito internacional. Mais antiga do que a própria Comissão Internacional de História Militar, com sede em Bruxelas.

A iniciativa, desses idealistas, obteve sucesso imediato, em função de suas atitudes, de suas pesquisas e de seus trabalhos, no decorrer dos anos, projetando o nosso Instituto, em âmbito nacional, e além fronteiras.

Iniciando, oficialmente, a sua vida ativa, em 15 de novembro de 1938, em sua sede social, com a presença do Chefe da Nação, o IGHMB passou a contribuir, de maneira marcante, para a memória histórica do País. Iniciava-se uma significativa trajetória, em defesa da memória histórica brasileira, em defesa da nossa nacionalidade.

Como herdeiros desse trabalho, temos o compromisso de contribuir, na conjunção de nossos esforços, na busca da verdade histórica, contrapondo-nos ao revisionismo histórico.

Minhas senhoras e meus senhores

Infelizmente o que vemos hoje, é a atuação do revisionismo histórico, com a deturpação e a falsidade dos textos didáticos oferecidos a nossa mocidade. Diante dessa realidade, não podemos permitir o desinteresse pela nossa História, pelas nossas tradições, pela nossa cultura, que constituem o mais sadio dos alimentos ao nosso patrimônio nacional. Que constituem a nossa identidade nacional.

Uma das nossas preocupações, e que pretendemos enfrentá-la de frente, são os efeitos da ênfase exagerada dada a uma historiografia, baseada na “*grande síntese*” e na deturpação da História. Foi negligenciado o culto aos nossos grandes heróis, e aos grandes feitos de nossas Forças Armadas, para o seu extremo oposto. O de renegá-los.

Como se não bastasse, a influência de uma imprensa facciosa, levou a que muitos brasileiros passassem a visualizar o nosso passado, com um vazio de heróis. Sem nomes, sem episódios dignos, sem glórias. Levaram a nossa juventude a cultuar falsos heróis, alguns deles estrangeiros. “*Tenho inveja dos hispano-americanos, por terem eles seus heróis. O Brasil não os tem*”, afirmou certo professor, de renome, nascido nesse país, quando participava de congresso internacional, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, alguns anos atrás.

O revisionismo não representa

um enriquecimento intelectual, ou o aprofundamento do conhecimento da nossa História. Pelo contrário. A interpretação passou a ser independente do fato. A História passou a ser sinônimo de ideologia, de instrumento político de professores e escritores mal intencionados. Um rolo compressor passou a esmagar o que existia, e o que é pior, deturpando o nosso passado. Distorcendo a verdade e a realidade dos fatos. Foi se perdendo o valor simbólico dos acontecimentos e dos locais históricos, com preocupação de desvalorizar os nossos heróis. A historiografia passou a esvaziar os grandes episódios, como o Grito do Ipiranga, a Tríplice Aliança, a República, o culto a Caxias e a outros tantos heróis.

Os revisionistas passaram a esvaziar as biografias de nossos personagens históricos, ou mesmo deturpá-las, para erguer ou forjar “*heróis*”. Criando biografias distorcidas, pelos seus interesses ideológicos. Os verdadeiros protagonistas da História passaram a não interessar mais. Quando muito, passaram habitar nas sombras, tornando-se alvo de ideólogos mal intencionados. Episódios históricos passaram a ser ignorados ou mesmo esquecidos, nos compêndios escolares.

Rompe-se nas gerações atuais o vínculo empático com a nossa História. Sem intimidade, sem interesse, sem compreensão do aparato simbólico, ligado ao nosso passado. A História ficou desumanizada. Onde

visitar um museu ou uma fortificação histórica tornou-se algo entediante. O que não dizer dos que passam horas vasculhando os arquivos, ou escavando o solo em busca das nossas origens.

Minhas senhoras e meus senhores.

Cabe a todos nós, trabalharmos na retomada pelo gosto da pesquisa, pelo estudo e pelo debate sobre o nosso passado; o respeito pelo revalorização da memória e do patrimônio histórico, desse País. É nesse sentido que estará direcionado o nosso Instituto, durante o próximo biênio.

Neste momento, minhas senhoras e meus senhores, eu não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas que nos vem ajudando, que nos vem apoiando. Quero me referir ao general Maciel, atual Vice-Chefe do DEP, ao Coronel Edson Comandante do Forte de Copacabana, ao general Burmann e ao coronel Andrade Netto, da POUPEX que desinteressadamente vem contribuindo em benefício do nosso IGHMB. Assim como também a D. Lúcia Macedo Carvalho que nos tem ajudado na elaboração de nossas revistas.

Meus senhores e minhas senhoras

É com muito orgulho, com muita honra que nós todos, recém empossados, recebemos em nossas mãos os destinos do nosso Instituto. Temos plena consciência da magnitude e das dificuldades de nossa

missão. Mas de uma coisa nós temos certeza, a missão será cumprida.

Para encerrarmos, esta Sessão, a última deste Ano Cultural mais uma vez, os nossos agradecimentos, aos nossos confrades, pela confiança em nós depositada; os meus agradecimentos aos recém empossados, por terem concordado em compor a nossa equipe.

Meus senhores e minhas senhoras, os nossos agradecimentos pelas suas presenças. Que, por certo, servirão de estímulo ao nosso trabalho de bem zelar pelos destinos do IGHMB.

A todos os presentes, em nome do IGHMB quero desejar um Feliz Natal e um Prospero Ano Novo, extensivo a todos os seus entes queridos.

Na singeleza de nossa solenidade quero convidar a todos para um vinho de honra, em nosso salão.

Muito obrigado a todos.

HOMENAGEM



Com
G r a n d e
p e s a r
perdemos,
no dia 13
de fevereiro
de 2.006 o
convívio do
Coronel de
Artilharia
Luiz Paulo
M a c e d o

Carvalho, Sócio Emérito deste Instituto, do qual foi Presidente por dez anos (1.994-2.004).

Nascido no Rio de Janeiro, em 1.932, foi declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia, pela Academia Militar das Agulhas Negras, em 19.54. Terminou seu Curso de Comando e Estado-Maior, em 1.971. Frequentou na Inglaterra o Royal Army Educational Center e o Staff College, nos anos de 1.977 e 1.978. Em 1.983 foi estagiário da Escola Superior de Guerra. Diplomou-se em Ciências Políticas e Econômicas, em 1970, pela Universidade Candido Mendes.

Durante a sua vida militar, foi Comandante do Centro de Formação de Oficiais da Reserva de Recife, Comandante da Escola de Instrução Especializada e Diretor da Biblioteca do Exército.

Em reconhecimento pelo seu

Gen Div Aureliano Pinto de Moura - Presidente do IGHMB

desempenho profissional, recebeu inúmeras condecorações brasileiras e de outros países: Estados Unidos da América do Norte, França, Paraguai e Portugal.

Na área cultural, participou de inúmeras associações e instituições nacionais e estrangeiras, dentre as quais: Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Interamericano de Estudos Estratégicos de Londres, Centro de Estudos Napoleônicos da França, Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade Chilena de História e Geografia, Academia Portuguesa de História, Sociedade Argentina de Historiadores e Academia de História Militar do Paraguai. Foi ainda Conselheiro da Fundação Cultural do Exército Brasileiro.

Como herança deixou-nos números trabalhos literários assim como relacionados com a história e a estratégia militar. Foi tradutor de inúmeras obras de autores do idioma inglês.

Como Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, exerceu o seu cargo com dedicação e competência. Em seus cinco mandatos realizou vários eventos de importância e expressão cultural. Dentre eles o seminário comemorativo do Centenário de Canudos, do Bicentenário de Caxias e dos 500 Anos de História Militar

Luso-Brasileira.

Durante sua gestão dedicou-se com carinho na edição da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, dando-lhe excelente padrão de conteúdo e de apresentação.

Pelo seu empenho e dedicação, conseguiu a realização de um grande sonho de todos nós. A criação de um Curso de Especialização em História Militar, em convênio da Universidade do Rio de Janeiro, com Exército Brasileiro e com este Instituto. Curso de repercussão e sucesso.

Na área internacional, o Coronel Macedo projetou o Instituto junto às entidades congêneres e retornou a presença brasileira nas atividades da Comissão Internacional de História Militar, da qual estava

afastado por alguns anos.

Em convênio com o Exército Brasileiro, este Instituto passou a participar de painéis e seminários assim como realizando palestras em cooperação com os diversos Estabelecimentos de Ensino: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Saúde do Exército, Instituto de Militar de Engenharia, Centro de Formação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro e Escola de Instrução Especializada.

Deixou-nos o Coronel Macedo uma lacuna, e um legado cultural importante na área castrense, deixando-nos uma lembrança marcante por sua passagem entre nós todos.

CAXIAS: UMA VIDA DEDICADA AO BRASIL

**Gen Ex Pedro Luis de Araújo
Braga (*)**

Meus Patrícios!

Falar sobre a vida de Luis Alves de Lima e Silva, em qualquer quadra de sua dilatada e preciosa existência é sempre compor uma página de nossa História, pois que quase não há um notável evento, no primeiro meio século do Brasil independente, sem que tal nome não se lhe ache indelevelmente vinculado.

Para nós, militares, constitui subida honra homenagear o maior de nossos soldados, por isso escolhido para nosso Patrono. Mas o Duque de Caxias não foi apenas um General. Foi um dos brasileiros mais ilustres, quer como cidadão, quer como político, quer ainda como estadista. Portanto, macular a memória desse grande patrício, como ousam fazer alguns contadores de estórias em busca de escândalo e sensacionalismo, é ultrajar a própria honra nacional.

Oriundo de uma família genuinamente militar, com larga ascendência de notáveis oficiais-

**(*) O autor é General-de-Exército,
Sócio Emérito do IGHMB e
Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Militar.**

generais, Luís Alves de Lima e Silva nasceu em 25 de agosto de 1803, dia de São Luis, rei da França, de quem tomou o nome, na Fazenda de São Paulo, no Taquaraçú, Vila do Porto da Estrela, Província do Rio de Janeiro. Filho legítimo do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva – mais tarde Marechal-de-Campo, Regente do Império e Senador – e de D. Mariana Cândida de Oliveira Belo, seis famílias, em que se mesclavam o elemento luso, o elemento francês e o elemento nacional, formavam os ancestrais nobres daquele que haveria de ser o “vexilário Impertérito da Pátria”: a dos Silva – dos Fonseca – Aragão – Brandão – Soromenho e Silveira.

Passemos, perfunctoriamente, por suas infância e adolescência: praça, como 1º Cadete, aos cinco anos de idade, consoante o costume da época; aos 14 anos, presta o seu juramento à Bandeira; aos 17, promovido a tenente, concluídos seus estudos bélicos e matemáticos na Academia Real Militar do Largo de São Francisco. Passa então a usar a dragona no ombro direito, eis que, como alferes, ao término do 1º ano de seus estudos militares, a usava no lado esquerdo.

Tenente ainda, é escolhido por D. Pedro I para integrar o “Batalhão

do Imperador”, composto por 800 grupos militares, de compleição atlética, porte hercúleo e altura, comandados por oficiais de excepcional valor, selecionados pessoalmente pelo monarca. E é o jovem Luis Alves que cabe receber, das mãos do Imperador, em tocante cerimônia realizada aos 10 Nov 22, a primeira bandeira do Império recém-criada, não mais a azul e branca com a coroa sobreposta ao escudo real lusitano, mas o pavilhão “verde de primavera e amarelo do ouro”, ainda envolto em espirais de incenso que o Bispo Capelão-mor lhe lançava de seu turíbulo de prata. Oh! Sublime distinção! Oh! Divino desígnio! Justamente aquele que mais a haveria de honrar!

Mais tarde, cabe-lhe organizar o Corpo de Municipais Permanentes, cujo comando lhe é entregue. É essa força que vence os amotinados republicanos, sob a liderança do Maj Miguel Frias de Vasconcellos, seu grande amigo e que a ele irá irmanar-se na luta na Província de S. Pedro.

Acha-se o Maj Luiz Alves no Rio de Janeiro, em suas funções, quando é promovido a Tenente-Coronel, em 12 Set 1837. Conta 34 anos de idade.

Doía nos mais tarde, já Coronel, é nomeado Presidente da Província do Maranhão e comandante geral das forças militares lá sediadas. Sua missão: acabar com a Balaiada. Fruto de rivalidades e desajustamentos, este movimento sedioso, que eclodira em 1838, crescera perigosamente. Manuel Francisco dos Anjos Ferreira,

um fabricante de balaios – e daí o nome da sublevação – aliado ao vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Jutabi e a um negro escravo foragido, Cosme Bento das Chagas, já havia conseguido reunir 12.000 homens.

Após a posse e o saque de várias localidades e fazendas, tanto no Maranhão como no Piauí, o verdadeiro exército de jagunços cerca e consegue tomar a cidade de Caxias.

Assumindo o seu cargo em 07 Fev 1840, o Cel Luis Alves cedo descobre porque era difícil sufocar a revolta: os governantes eram politicamente inábeis, cercados de aproveitadores e a tropa legal mal paga, mal alimentada, mal fardada e despreparada. Suas primeiras medidas são no sentido de colocar a casa em ordem: demite, prende, estrutura o exército, dá melhor tratamento aos soldados e os adestra. Organiza a vitória. E só então ataca os insurretos. Seu exército ele o denomina de “Divisão Pacificadora do Norte”.

Em 19 Jan 1841, menos de um ano depois, o Cel Lima e Silva declara restaurada a ordem e a paz na província do Maranhão. Regressa à Corte, em 30 Jan daquele ano e é, no mês seguinte, com 38 anos incompletos, promovido a Brigadeiro. Recebe então o título nobiliárquico de Barão de Caxias, uma referência à cidade na qual derrotara os balaios.

Outra sedição eclodira, em 1842, em S. Paulo, de liberais inconformados com medidas adotadas pelo Gabinete Conservador. Sob o pretexto de libertar o Imperador de

“uma oligarquia sedenta de mando e riqueza”, seu propósito era, na verdade, a tomada do poder.

O movimento irrompe em Sorocaba e um de seus chefes é o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, que acabara de deixar o governo de S. Paulo. Mas essa revolução tem, por trás, Diogo Antônio Feijó, o ex-Ministro da Justiça ao tempo da Regência, a cujas ordens Caxias já obedecera.

Quem mais indicado para debelá-la que o Pacificador do Maranhão? O Barão de Caxias é nomeado Comandante-em-chefe das Forças em Operações em São Paulo e Vice-Presidente da Província. Aos 20 Jun entra em Sorocaba, principal reduto dos insurretos, sem dar um só tiro. E se repete, na ocasião, o mesmo tratamento justo e humano concedido aos vencidos, a capacidade de perdoar os revoltosos arrependidos.

Quero recordar aqui o teor da correspondência trocada entre o Comandante do Exército Pacificador e o Ex-Regente, quando Caxias se aproxima de Sorocaba, na qual o rebelde alinha as condições para sua capitulação:

“Sorocaba, 14 de junho de 1842. Ilm^o e Exm^o Sr Barão de Caxias:

Quem diria que em qualquer tempo o Sr Luis Alves de Lima seria obrigado a combater o padre Feijó? Tais as coisas deste mundo...” (e assim prossegue a carta).

a) Diogo Antônio Feijó”

A resposta de Caxias, sempre infenso a ironias, é redigida no mesmo tom:

“Ilm^o e Exm^o Sr Diogo Antônio Feijó:

Respondo a VEx^a pelas palavras da sua carta hoje recebida. Direi: - Quando pensaria eu, em algum tempo, que teria de usar força para chamar à ordem o Sr Diogo Antônio Feijó? Tais as coisas do mundo! As ordens que recebi de S. M. o Imperador são em tudo semelhantes às que me deu o Ministro da Justiça em nome da Regência, nos dias 3 e 17 de abril de 1832, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse e, da mesma maneira que então as cumpri, as cumprirei agora. Não é com armas na mão, Exm^o Sr, que se dirigem súplicas ao monarca, e nem com elas empunhadas admitirei a menor das condições que V. Ex^a propõe na referida carta...”

Caxias pouco se demora em São Paulo. Regressa ao Rio de Janeiro, via marítima, onde chega no dia 23 de julho. Nessa mesma noite, depois de jantar em Palácio,^b recebe de S. M. Real o decreto que o nomeia Ajudante-de-Campo do Imperador.

A Província de Minas, que vinha sendo açulada pelas idéias subversivas dos liberais descontentes, deixa-se envolver pela revolta armada. Todavia, lá a revolução não é tão fácil de ser debelada como a de São Paulo, apesar de haver deflagrado após conhecido o malogro da sedição de Sorocaba.

Dois dias depois de seu regresso, recebe Caxias do Ministro da Guerra, José Clemente Pereira,

novas ordens: pacificar aquela província.

Sem tardança, parte para Ouro Preto e no dia 30 publica, de seu QG instalado em Brumado, um edital em que declara que poderiam retornar a seus lares todos os que, não sendo chefes da revolta, se apresentassem com seu armamento. Os recalcitrantes seriam convocados para o serviço ativo. E não tarda que a vitória lhe bafeje, em Santa Luzia, fazendo com que aquele foco que hostilizava um mal nascido regime deixe de ameaçar a unidade nacional.

Mais uma revolução debelada!
Mais outra província pacificada! Tudo graças ao extraordinário general!

E podia o Governo Imperial participar à nação brasileira o grande evento.

Faltava ainda pacificar o Rio Grande do Sul. Lá, a Revolução Farroupilha já durava sete anos! Generais e presidentes da Província de São Pedro, em número de onze desde o início da sublevação, já haviam por lá passado e a luta não terminara. E, lembremo-nos, fora do Sul que partira a centelha revolucionária que antes inflara o Maranhão, São Paulo e Minas Gerais.

Quando Luis Alves, promovido a Coronel, fora apresentar-se ao Ministro da Guerra, Conde Lajes, ouviu dele as seguintes palavras proféticas:

“Eu não fiz um coronel, fiz o general que há de pacificar o Rio Grande do Sul. Vá criar nome e prestígio no Maranhão e venha para pacificar o Sul.”

Em 28 Set 1842, Caxias é nomeado Presidente da Província e Comandante das Armas do Exército Legalista. Chega a Porto Alegre aos 09 Nov. Como era de seu feitio, lança logo uma proclamação ao povo gaúcho conclamando à paz; cria um ambiente novo; coloca em ordem a administração e reorganiza o exército. Reconhece o valor dos insurgentes que terá de enfrentar. Um deles, Bento Manuel, acredita na sinceridade de Caxias e vem formar a seu lado. Após dois anos de luta, o Barão sai vitorioso mais uma vez. Não tinha em vista glórias militares nem honras pessoais. Seu intuito, honesto e autêntico, como demonstrara antes, é conseguir a união de todos os brasileiros.

Todavia, não seria tão cedo que Caxias desfrutaria da merecida paz... Em 1852, Manuel Oribe, um perverso presidente uruguaio, une-se ao governante argentino Juan Manoel de Rosa, ambicioso e sedento de poder, no sonho de reconstituição do Vice-Reinado do Prata. As reclamações e medidas de garantia solicitadas pelo Império Brasileiro, em face de vexames e perseguições que sofriam comerciantes e estancieiros radicados na antiga Banda Oriental, foram acintosamente recusadas. Vai começar a luta contra a tirania.

Caxias é nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante-em-Chefe do Exército do Sul.

Em ação combinada Exército-Marinha, Caxias invade a Banda Oriental em 4 Set 1842. Bate as forças

de Oribe em Lãs Piedras e entra em Montevidéu. Resta ainda derrotar Rosas, que tem também contra ele, agora, o General Justo José de Urquiza, da Província de Entre Rios.

O plano é simples: atacar Rosas pela margem direita do rio Uruguai, investindo contra Buenos Aires, enquanto Caxias, com o grosso do exército, na outra margem, em Colônia do Sacramento, aguardaria, articulado com a esquadra imperial, para a travessia do rio e o ataque à capital portenha, se necessário.

Vale a pena recordar, por ser pitoresco e desvendar outra faceta da personalidade do grande vulto pátrio, o diálogo travado entre Caxias e o embaixador brasileiro na Banda Oriental, Honório Hermeto Carneiro Leão, em conferência solicitada por este ao chefe militar, antes do início da ação contra Rosas.

“Sr Marechal, diz-lhe Honório Hermeto. Pelo tratado com Urquiza, o Brasil compromete-se a entregar-lhe uma divisão de três armas. É um comando da maior importância.

- Assim o creio.

- Já pensou VEx^a a quem vai entregá-lo?

- Ao Brigadeiro Manoel Marques de Souza, responde Caxias.

Carneiro Leão quase tem um desmaio!

- Ao General Marques de Souza? Não é possível! Sr Conde! O seu coração parece dominar a sua cabeça!

O embaixador por certo via, na pessoa do escolhido, aquele oficial

conhecido pelo extraordinário apurmo de seus uniformes, sempre preocupado com seus bordados e galões, requestado pelas damas, exímio dançarino, uma genuína figura de salão.

Mas Caxias sabia onde estava o verdadeiro soldado, por mais perturbadoras que fossem as suas aparências. Sua resposta não se faz tardar. Batendo no ombro do diplomata, com quem tinha intimidade, responde:

- Meu amigo, meta-se com a sua diplomacia, porque de militância você não sabe nada!

O combate decisivo de Monte Caseros, que pôs fim à tirania de Rosas, confirmou a escolha vidente do Marechal.

Caxias, que partira como Marechal-de-Campo e Conde, retorna à Corte como Tenente-General, promovido em 3 Mar 1852 aos 48 anos de idade, e o título de Marquês.

Em 1864, ainda às voltas com as lutas contra os blancos do Presidente Atanásio Cruz Aguirre, da República Oriental do Uruguai – um seguidor das idéias de Oribe – viu-se o Brasil atacado pelo ditador Francisco Solano Lopez, Presidente do Paraguai. Era o terceiro tirano, outro componente da trilogia sinistra do Prata. Solano Lopez não perdoava o Império por haver sido recusada sua pretensão de mediador na solução do contencioso Brasil-Uruguai e muito menos por ver barrado seu desejo de candidato a esposo da Princesa Isabel.

Tal como Rosas, tinha sonhos de grandeza e ambicionava reestruturar, sob sua liderança, o antigo Vice-Reinado do Prata. Decidido, impetuoso, dotado de carisma, dominava, com mão férrea, o povo que até hoje ainda o venera, malgrado o elenco de crimes vis que cometeu contra sua própria gente.

O vapor brasileiro Marquês de Olinda é aprisionado em águas do Rio Paraná. O Sul de Mato Grosso é invadido. Pouco depois, são invadidos também a Argentina e o Rio Grande do Sul. É a guerra, novamente.

É preciso nomear, com urgência, o comandante das tropas brasileiras. Quem melhor que Caxias? Quem acumulara tanta experiência? Caxias era um nome nacional, respeitado como a expressão culminante do Exército. Chegou até a ser cogitado! Mas Caxias era conservador e o Gabinete era liberal! E os interesses da política partidária se sobrelevaram aos próprios interesses nacionais...

São conhecidos os primeiros episódios da guerra: partindo de Corrientes, a travessia do Rio Paraná em Passo da Pátria, a tomada da ilha Cabrita, as vitórias de Forte Itapiru, Estero Bellaco, Tuiuti (primeira batalha), Sauce, Curuzú. Aí surge o insucesso de Curupaití, sentinela avançada de Humaitá. Um ano de guerra é passado... A penetração em território paraguaio é de apenas 14 quilômetros! Há um consenso de que o estado vizinho é pequeno, carente e, malgrado a vontade de lutar, não

resistiria a uma pressão mais forte.

Os políticos liberais Paranaguá e Zacarias de Góis e Vasconcelos, colocando, por fim, o interesse nacional acima das conveniências político-partidárias, convencem o Gabinete de que, em face de tudo o que ocorria, Caxias é o chefe de que, mais uma vez, o Brasil precisa. Zacarias vai pessoalmente à residência do Marechal, na Tijuca, convidá-lo para o comando.

A resposta de Caxias, conta-se, teria sido:

“Minha espada não tem partido! Sou, sobretudo, militar e só imponho ao Governo uma cláusula: a da mais inteira confiança”.

Em 10 Out 1866 é nomeado Comandante-em-Chefe das Forças Brasileiras e promovido a Marechal-de-Exército. Viaja aos 29 do mesmo mês para Buenos Aires, de onde segue para Corrientes e Itapiru. Assume o comando em 19 Nov 1866, em Tuiuti. O que encontra? Um bando, caindo aos pedaços, abatido, sem moral, abandonado, vivendo à sua própria sorte... Seu primeiro e ingente esforço é no sentido de soerguer aquela tropa, reorganizá-la moral e materialmente, restabelecer a confiança. O insucesso de Curupaití e os quase 15 meses de estagnação levaram-na a tal lamentável estado. Caxias prefere gastar tempo em preparação para, depois, vencer o mais rapidamente.

O terreno a ser percorrido é minuciosamente reconhecido, até com o emprego da aeroestação; a tropa é

adestrada; outras medidas administrativas, essenciais à vitória, são implantadas. Em 22 Jul 1867 tem início a famosa marcha de flanco que, desbordando Curupaití, leva a Tuiucú. Trava-se a segunda batalha de Tuiuti. Em apenas 23 dias, são construídos 11 quilômetros de estradas através do Chaco, calçadas com os troncos de mais de 6.000 coqueiros – a segunda marcha de flanco, para desbordar Pequecirí e Angostura. Vêm, então, as vitórias da dezembrada: Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura. Depois, a tomada de Assunção, abandonada, eis que Lopez refugiara-se, com o que restava de seu exército, nas Cordilheiras.

Com 66 anos, Caxias começa a sentir as conseqüências dos exagerados esforços. Nos últimos combates estivera exposto aos aguaceiros e aos temporais. E jamais deixara de correr os bivaques, os acampamentos e, muitas vezes, a própria linha de frente. Na Catedral, durante uma missa a que comparece com o seu estado-maior, é vítima de uma síncope que dura meia hora. À noite agrava-se seu estado de saúde. Caxias sente que não deve continuar à testa do Exército, como proíbe o cirurgião-mór.

Após 26 meses de comando, é evacuado para Montevideu e de lá, com autorização do Imperador, viaja para o Rio de Janeiro.

Sua Ordem do Dia nº 275, de 7 Fev 1869, é a última que dirige a todas as forças brasileiras em operações contra o Governo do

Paraguai. Diz ela o seguinte:

“Achando-me gravemente enfermo e tendo obtido do Governo Imperial licença para tratar de minha saúde no Brasil, é com o coração oprimido pela dor que sinto, ao separar-me do Exército, a quem me coube a honra de comandar, que me dirijo aos meus camaradas para dizer-lhes os meus adeuses, restando unicamente o consolo de os deixar aos cuidados do bravo e distinto General Guilherme Xavier de Souza, que os saberá levar sempre pelo caminho da glória, que até hoje tem trilhado.

Se, porventura, tiver ainda a fortuna de me restabelecer nos lares pátrios, contem os meus bravos companheiros de glórias e fadigas que ainda um dia voltarei para continuar a ajudá-los na árdua campanha em que nos achamos empenhados.

Espero e tenho inteira confiança que a estima, consideração e amizade que de todos mereci, desde o general meu imediato até o último de seus soldados, serão do mesmo modo prodigalizados ao meu sucessor, sendo religiosamente cumpridas as suas ordens, como sempre o foram as minhas.”

Na noite de 15 Fev 1869, o navio mercante São José atraca no porto do Rio de Janeiro. A bordo, o herói do Paraguai, o maior dos Generais brasileiros.

À sua espera, no cais, só a velha marquesa, sua adorada esposa, Anica, como a chamava, “o maior bem que neste mundo gozava” – diria ele mais tarde, quando de sua morte. Ninguém

mais! Nem representante do Ministro da Guerra, nem do Conselho, nem do Senado, nem do Imperador! Oh! Humanidade ingrata! Triste regresso de um grande vencedor!

Em 23 Mar 1869, “pelos relevantes serviços prestados na Guerra do Paraguai”, Luis Alves de Lima e Silva recebe do Imperador o título de Duque de Caxias – o único duque brasileiro no segundo reinado – afinal, uma prova de gratidão.

Eis aí, senhoras e senhores, o guerreiro, o chefe militar, o estrategista, o herói, como é, geralmente, que recordamos a figura de Caxias!

Todavia, também como político, muito se teria que falar sobre a atuação de Caxias, pois revela, à larga, sua vocação de estadista: como Deputado pelo Maranhão, Senador pelo Rio Grande do Sul, Conselheiro, Presidente do Conselho de Ministro por três vezes, Ministro da Guerra por duas vezes. Reconheceram as gerações de então que faltavam a Caxias, diferentemente do que sobrava em outros, “o interesseirismo imediatista, o faviritismo, o maquiavelismo, o despudor de certas atitudes, a habilidade intrigante, a ambição-desenfreada.”

Certa feita, no Senado, ao ser censurado por haver promovido um oficial deveras bravo mas muito moço ainda, retrucou:

“Depois das primeiras batalhas, cria-se, nos exércitos em campanha, a aristocracia da bravura”.

Registra-se, também, que foi ao tempo de seu terceiro e derradeiro

período como Presidente do Conselho de Ministros que teve solução a chamada “questão religiosa”, criada pela perseguição que os bispos de Olinda e do Pará moviam a seus diocesanos que insistiam em conciliar a religião católica romana com a maçonaria.

E, por falar nesta instituição secular – a maçonaria – tão presente à época, Caxias e outras personalidades de seu tempo eram a ela filiados.

O nosso homenageado ascendeu ao mais alto grau na estrutura da irmandade – o 33 – e a ela prestou relevantes serviços como pacificador, trazendo a paz, a união, a concórdia e eliminando a dualidade maçônica decorrente de um cisma.

Por isso, é considerado seu Grão-Mestre Honorário e Patrono – justo galardão a quem tanto soube dar de si.

Afastado da vida pública e recolhido à Fazenda Santa Mônica, pertencente a seu genro, na estação ferroviária do Desengano, hoje Juparanã, Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, em contacto com a natureza, preso a uma cadeira de rodas no final de sua existência, na qual passeia pelos vastos salões da propriedade ou se deixa ficar na varanda, abstrato e sonolento – talvez em permanente oração – Caxias vê findar-se seu sopro de vida na noite de 7 de maio de 1880. Transportado rapidamente para o leito, às 6 e meia da tarde, pouco depois expira, não sem antes fazer ao Monsenhor Meireles sua confissão e receber dele

o último sacramento.

Diz Afonso de Carvalho, poeta e historiador:

“O Duque presente que vai morrer. Seu olhar, esgazeado, percorre todo o aposento, como à procura dos veteranos da Guerra de Paraguai para dizer-lhes adeus.

Não está presente o seu corneteiro negro da batalha de Avaí para dar, agora, o toque de silêncio...

Brasileiros! Está morrendo o maior de seus generais!

Mas, em lugar de um clarim, é o sino da igreja que se ouve, pedindo uma oração.

É que Caxias não perece como um guerreiro. Morre como um santo.”

O bravo duque, às vésperas da morte, lega-nos outra lição de humildade. Abre mão de todas as honras fúnebres a que teria direito.

Quer descer à última morada pelos braços dos seus camaradas de armas: pede que seu corpo seja carregado por seis soldados de bom comportamento da guarnição da Corte, a quem recompensará por tal serviço. Em seu corpo quer apenas duas condecorações: a Medalha do Mérito Militar e a da Campanha do Paraguai.

Meus patrícios! Marejam-me os olhos e embarga-me a voz ao recordar tanta grandeza, tanta desambição, tanta modéstia! Isto não é fraqueza! É brasilidade!

Ao pé do túmulo, em nome do Exército, o Visconde de Taunay. Sua oração, eloqüente e comovida, assim termina: “Carregaram o seu féretro seis soldados rasos, mas, senhores,

esses soldados que circundam agora a gloriosa cova e a voz que se levanta para falar em nome deles, são o corpo e o espírito de todo o Exército Brasileiro. Representam o preito derradeiro de um reconhecimento inextinguível que nós, militares de norte a sul deste vasto império, vimos render ao nosso velho marechal, que nos guiou como general, como protetor, quase como pai durante quarenta anos; soldados e orador, humildes todos em sua esfera, muito pequenos pela valia própria, mas grandes pela elevada homenagem e pela sinceridade da dor.”

Os restos mortais do Pacificador, recolhidos inicialmente ao Cemitério do Catumbi, no Rio de Janeiro, foram trasladados para o Panteon, inaugurado em 25 de agosto de 1949, no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, em memorável jornada cívico-patriótica da qual, como tenente, tivemos o privilégio de participarmos. Para ele foi também transportada a estátua equestre de Caxias, descerrada em agosto de 1899, no Largo do Machado, pelo Presidente Julio Rocca, da Argentina. Toda em bronze, é obra do escultor Girardet e foi fundida nas Oficinas Thiebot, de Paris, França. Lateralmente, no pedestal, há cenas que evocam a passagem da Ponte de Itororó e a entrada de Caxias em Assunção.

Em 1962, o Governo Federal, pelo Decreto nº 51.429, de 13 de março, proclamou o Duque de Caxias Patrono do Exército Brasileiro.

Seu sabre, símbolo da honra

militar, usado na Revolução de Minas Gerais e na Guerra da Tríplice Aliança, acha-se sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O espadim conduzido pelos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, criado por iniciativa do general José Pessoa Cavalcanti d'Albuquerque, é réplica fiel dessa arma.

Senhoras e Senhores!

Eis aí, em rápidas pinceladas, o perfil do grande cidadão brasileiro Luis Alves de Lima e Silva – o soldado, o político, o estadista, o benfeitor, o esposo, o amigo, o Pacificador.

Para concluir esta homenagem, que o Presidente do Clube Militar e o Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil atribuíram a este velho soldado e modesto patricio, deixemos falar o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, o primeiro e um dos melhores biógrafos de Caxias, em sua obra já centenária, pois que escrita em 1878:

“Nunca um homem, com

tamanha glória, foi a essa glória tão superior, nunca homem, com tamanho mérito, do seu mérito se orgulhou menos; nunca homem, com tantos e esplendentes sucessos, tanto desadorou ostentações ou lisonjas; nunca homem, a tanta grandeza, reuniu tal grau de modéstia, clareza e bondade; nunca homem, com tanto engenho e saber, sentiu menos filáucia; nunca homem, com tantas razões de se desvanecer de si próprio, menos de si se ocupou, menos se infectou do amor de sua pessoa.

Tudo quanto nele amamos, quanto nele nos maravilhou, subsiste a subsistirá no pensamento dos homens, na série dos tempos e na recordação das coisas. Muitos dos varões da antiguidade – e da atualidade também, acrescento – cobri-los-á, como inglórios e menos dignos, o esquecimento.

Caxias, historiado e transmitido à posteridade, viverá sempre.”

VENTURAS E DESVENTURAS DE UMA EXPERIÊNCIA SINGULAR: A DIVISÃO NAVAL BRASILEIRA NA ÁFRICA EM 1918

Francisco Eduardo Alves de Almeida (*)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A disposição do Brasil em manter-se neutro no conflito foi evidenciada desde o primeiro minuto de combates na Europa em 1914. Naqueles dias conturbados prevalecia no país uma tendência natural de simpatia a favor dos aliados, principalmente por que a elite nacional via na educação e na cultura francesas seus principais paradigmas. A neutralidade foi a marca brasileira nos três primeiros anos de guerra, mesmo quando Portugal foi a ela arrastada em março de 1916.

O bloqueio sem restrições firmado pelo governo alemão em 31 de janeiro de 1917 trouxe não só mal-estar a todos os neutros, mas também preocupação ao Governo Brasileiro que dependia fundamentalmente do mar para escoar a produção de café para a Europa e os Estados Unidos, nossos principais compradores. Ademais, importávamos muitos produtos da Inglaterra que naquela altura lutava desesperadamente nos campos franceses e enfrentava com

preocupação os ataques dos submarinos alemães a seu tráfego marítimo.

O Brasil apresentou, inicialmente, seu protesto formal à Alemanha, sendo logo depois obrigado a romper relações comerciais com esse país, mantendo-se, contudo, ainda, na mais rigorosa neutralidade. O que veio a modificar a atitude brasileira foi o afundamento do navio mercante *Paraná* ao largo de Barfleur na França, apesar de ostentar a palavra Brasil pintada no costado e a Bandeira Nacional içada no mastro. Naquela oportunidade a população na capital Rio de Janeiro atacou firmas comerciais alemães, criando grande desconforto para o governo de Wenceslau Braz. Seguiu-se então o rompimento das relações diplomáticas com o governo alemão em 11 de abril de 1917.

Um fato importante que influenciou também na decisão de se romper relações com o Império Alemão foi a atitude de protesto dos Estados Unidos com o bloqueio irrestrito, tendo sofrido por isso o torpedeamento de dois de seus navios. Tais acontecimentos motivaram a declaração de guerra norte-americana. Mantínhamos até esse ponto laços comerciais profundos com esse país e claras simpatias com os

(*) O autor é CMG e Sócio-titular do IGHMB e Mestre em História.

Aliados.

No mês de maio o segundo navio brasileiro, o *Tijuca*, foi torpedeado nas proximidades de Brest na costa francesa. Seis dias depois seguiu-se o mercante *Lapa*. Antes ele fora abordado por submarino alemão, mandando que a tripulação deixasse o vapor para depois torpedeá-lo. Esses três ataques levaram Wenceslau a decretar o arresto de 45 navios dos Impérios Centrais aportados no Brasil e a revogação da neutralidade. Muitos deles encontravam-se danificados por sabotagem. Isso não impediu que o Brasil utilizasse 15 deles e repassasse 30 por afretamento para a França. Um fato curioso foi o arresto da canhoneira alemã *Eber*, surta no porto de Salvador. Tratava-se assim de navio militar e não de vapores mercantes, como dos 45 navios arrestados. Antes de ser abordada por autoridades brasileiras e percebendo essa medida os tripulantes queimaram esse vaso de guerra e conseguiram transferir para outro navio mercante que se evadiu dos portos nacionais com o armamento e os homens especializados que seriam ainda úteis à Marinha Alemã.

Quatro meses se passaram até que novo navio brasileiro fosse atacado e afundado, dessa feita foi o vapor *Tupi* nas imediações do Cabo Finisterra. O caso tornou-se grave na medida em que o comandante e o despenseiro foram aprisionados por um submarino alemão e nunca mais se teve notícia de seus destinos. Oito dias depois, em 26 de outubro de 1917 o Brasil reconhecia e proclamava o estado de guerra com o

Império Alemão.

Como estava o Brasil naquela oportunidade para enfrentar os germânicos?

O PREPARO DO BRASIL PARA A GUERRA E A MARINHA

O governo brasileiro tinha consciência de que a grande ameaça seria o submarino alemão, ávido por atacar os nossos navios mercantes que mantinham o comércio com outros países em pleno desenvolvimento. Além disso, naquela oportunidade, não existiam estradas pavimentadas ligando o sul e sudeste com o norte e nordeste. Todas as comunicações entre essas regiões eram feitas por mar, daí nossa grande vulnerabilidade estratégica. Tanto a Marinha Mercante como a de Guerra seriam as grandes protagonistas brasileiras nesse confronto.

Nossa Marinha Mercante era modesta, no entanto, desde os primeiros anos do século, os governos que se sucederam procuraram aparelha-la, o que foi auspicioso, pois teríamos na guerra um teste fundamental para a manutenção de nosso fluxo comercial.

No início da guerra também, quando ainda o Brasil mantinha irrestrita neutralidade, diversos países envolvidos no conflito, ávidos para cobrir as perdas provocadas por afundamentos, ofereceram propostas de compras de muitos de nossos mercantes. Propostas de compras do Lloyd Brasileiro foram comuns. Entretanto o governo nacional,

premiado pela necessidade de manter o comércio com outros países e de escoar o nosso principal produto, o café, principalmente com os Estados Unidos, impediu todas essas tentativas de arrendamento. Ao final essa ação veio a ser fundamental para o Brasil.

Nossa Marinha de Guerra era centrada na chamada Esquadra de 1910, com navios relativamente novos construídos na Inglaterra sob o Plano de Construção Naval do Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro da Marinha de então. Eram ao todo dois encouraçados tipo “dreadnought”, o *Minas Gerais* e o *São Paulo*, dois cruzadores tipo “scouts”, o *Rio Grande do Sul* e *Bahia* que viria a ser perdido tragicamente na Segunda Guerra Mundial e 10 contratorpedeiros de pequenas dimensões. O curioso desses meios era que todos eram movidos a vapor, queimando carvão.

Desde o início da participação brasileira no conflito, o governo nacional decidiu-se pelo envio de uma Divisão Naval para operar em águas européias, no entanto algumas ações logo se evidenciaram antes mesmo da declaração de guerra.

No principal porto do país, o do Rio de Janeiro, e centro econômico e político mais importante, instituiu-se uma linha de minas submarinas cobrindo 600 metros entre as Fortalezas de Lage e Santa Cruz. Duas ilhas oceânicas preocupavam as autoridades navais de então devido a possibilidade de serem utilizadas como pontos de refúgio de navios inimigos. As de Trindade e Fernando de

Noronha. A primeira foi ocupada militarmente em maio de 1916 com um grupo de cerca de 50 militares. Uma estação radiotelegráfica mantinha as comunicações com o continente e freqüentemente Trindade era visitada por navios de guerra com o reabastecimento. Quanto a Fernando de Noronha lá existia um presídio do Estado de Pernambuco. A Marinha, então, passou a assumir a defesa dessa ilha destacando um grupo de militares para guarnecê-la. Não houve nenhuma tentativa de ocupação por parte dos alemães.

Com o estado de guerra declarado os ataques aos mercantes brasileiros continuaram. Em 2 de novembro nas proximidades da Ilha de São Vicente na costa africana foram torpedeados mais dois navios, o *Guaíba* e o *Acari*. Depois de atingidos, os seus comandantes conseguiram os encalhar, salvando-se a carga, não impedindo, no entanto que vidas brasileiras fossem perdidas.

Outro ataque já no ano de 1918 aconteceu ao mercante *Taquari* da Companhia de Comércio e Navegação, na costa inglesa. Desta feita o navio por atingido por tiros de canhão, tendo tempo de arriar as baleeiras que, no entanto, foram metralhadas, provocando a morte de oito tripulantes.

Esses ataques insuflaram ainda mais a opinião pública brasileira que influenciada por campanhas jornalísticas e declaração de diversos homens públicos, exigiu um comprometimento maior com a

causa Aliada, com a participação efetiva no esforço bélico contra as Potências Centrais.

Desde o início do conflito, a participação da Marinha no confronto baseou-se no patrulhamento marítimo do litoral brasileiro com três Divisões Navais, distribuídas nos portos de Belém, Rio de Janeiro e São Francisco do Sul. Esse serviço tinha por finalidade colocar a navegação nacional, a aliada e a neutra ao abrigo de possíveis ataques de navios alemães de qualquer natureza nas nossas águas.

A Divisão Naval do Norte era composta dos encouraçados guarda-costas *Deodoro* e *Floriano*, dos cruzadores *Tiradentes* e *República*, dois contratorpedeiros, três avisos e duas canhoneiras. Sua sede era Belém.

A Divisão Naval do Centro compunha-se dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* e seis contratorpedeiros, com sede no Rio de Janeiro.

Por fim a Divisão Naval do Sul era composta dos cruzadores *Barroso*, *Bahia* e *Rio Grande do Sul*, um iate e dois contratorpedeiros, com sede em São Francisco do Sul.

A Marinha possuía também três navios mineiros, uma flotilha de submersíveis com um tender, três pequenos submarinos construídos na Itália e uma torpedeira, as Flotilhas do Mato Grosso, Amazonas e de Aviões de Guerra e por fim navios soltos.

A PREPARAÇÃO DA DIVISÃO NAVAL EM OPERAÇÕES DE GUERRA:

O governo de Wenceslau Braz decidiu enviar uma divisão naval para operar sob as ordens da Marinha Britânica, na ocasião a maior e mais poderosa do mundo. Logicamente os navios escolhidos deveriam ser da Esquadra adquirida oito anos antes na própria Inglaterra, pois eram os mais modernos que o Brasil possuía, no entanto devido aos avanços tecnológicos provocados pela própria guerra, esses navios se tornaram obsoletos rapidamente. Em que pese tal fato, a escolha da alta administração naval recaiu nos dois cruzadores (*Rio Grande do Sul* e *Bahia*), em quatro contratorpedeiros (*Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*), um rebocador (*Laurindo Pitta*) e um cruzador-auxiliar (*Belmonte*), ao todo oito navios.

Contra quem iríamos lutar? A Alemanha, apesar de possuir uma esquadra menor que a Inglaterra, possuía uma frota muito agressiva e motivada que se batera com valentia até aquele momento. No início da guerra os alemães se lançaram a guerra de corso utilizando navios de superfície, no estilo de corsários independentes que atacavam os mercantes navegando solitários. Essa estratégia, com o decorrer da guerra, foi abandonada. Preferiu-se a guerra submarina que mostrou-se muito mais eficiente. Esses submarinos não chegaram a atuar nas nossas costas como aconteceu na Segunda Guerra

Mundial, no entanto atacaram nossos navios nas costas européias e os afundaram sem trégua.

Há que se notar que a Marinha brasileira era dependente de suprimentos vindos do exterior. Não existiam estaleiros capacitados, nem fábricas de munição e estoques logísticos adequados. Dessa forma a preparação da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), como ficou conhecida essa pequena força naval, foi muito dificultada por limitações que não eram só da Marinha mas também do Brasil.

Como critério de escolha procurou-se abrir o voluntariado para os seus componentes, no entanto os voluntários não foram suficientes para o guarnecimento de todos os navios. Dessa maneira, o Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino requisitou alguns oficiais de sua confiança para essa comissão. Com respeito às praças foi aberto o voluntariado para pessoas comuns se candidatarem como taifeiros, especialidade que apontava diversos claros nos efetivos navais. Ao mesmo tempo foram contratados diversos fogueiras civis que teriam a tarefa de guarnecer os ambientes sempre inóspitos das praças de máquinas dos navios designados para a comissão. Alguns oficiais chegaram a inquirir a prudência de se designar pessoas sem preparação militar para uma comissão em área de guerra, sob constante tensão.

Foi, também, escolhido um contra-almirante ainda muito jovem

com 51 anos de idade, muito habilidoso, com grande experiência marinheira, na ocasião comandante da Divisão de Cruzadores com base no porto de Santos, o Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, irmão do engenheiro Paulo de Frontin, um dos artífices da grande mudança urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

A escolha desse oficial general era mais que evidente. Frontin era homem de confiança de Alexandrino, tendo assumido a chefia de seu gabinete por duas vezes. Por duas vezes, também, fora designado comandante de navio pelo Ministro, primeiro para ser o primeiro comandante do contratorpedeiro (destróier) *Piauhy* ainda no recebimento na Inglaterra em 1908 e depois como comandante do cruzador *Rio Grande do Sul*, pouco antes de eclodir a Revolta dos Marinheiros de 1910. A propósito, nessa revolta, Frontin, secundado por um grupo de oficiais e marinheiros conseguiu debelar esse movimento a bordo de seu navio, mantendo a disciplina necessária.

A principal tarefa a ser cumprida por essa divisão seria patrulhar uma área marítima contra submarinos alemães, compreendida entre Dacar no Senegal, Ilhas de Cabo Verde e Gibraltar na entrada do Mediterrâneo, com subordinação ao vice-almirante inglês Heathcote Grant localizado em Gibraltar. Essa região era considerada relativamente tranqüila, com pouca atividade submarina. Os ingleses

mantinham diversos navios em Gibraltar, ponto focal importante, secundados por um esquadrão norte-americano sob as ordens do contra-almirante Neeblack.

A preparação dos navios ainda no Brasil requereu muitos recursos de toda a ordem. Entre os pontos a serem corrigidos estava a deficiência de abastecimento, principalmente a escassez de combustível, o carvão. Dava-se preferência a um tipo de carvão proveniente da Inglaterra, o tipo Cardiff ou dos Estados Unidos da América. O carvão nacional, por possuir grande quantidade de enxofre era contra-indicado e esse ponto nevrálgico preocupou os chefes navais durante toda a comissão da DNOG.

Além da questão do combustível, ressaltava a sempre difícil manutenção das caldeiras Yarrow e condensadores dos cruzadores e destróiers. Os tubos das caldeiras e condensadores se rompiam e provocavam a parada dos motores. Na viagem dos navios recém-adquiridos na Inglaterra esses problemas já se apresentaram de modo acentuado. Antes de suspender, diversos inquéritos foram abertos de modo a se verificar se as avarias eram produto da má condução dos equipamentos por parte dos foguistas ou da própria planta equivocada dos motores. Nenhuma conclusão se chegou. O certo é que esses problemas foram agravados devido a ausência de um parque de manutenção adequado. O programa de construção naval de 1904 do Almirante Júlio de

Noronha previra tal parque logístico em apoio aos navios adquiridos, no entanto a modificação efetuada por Alexandrino não levou em consideração o aspecto de apoio aos meios navais, o que redundaria em dificuldades graves para a preparação da força naval que partiria para a guerra com sérias deficiências de manutenção e apoio.

O adestramento das guarnições era também deficiente. Muitos marinheiros não sabiam nem ao menos ler, o que dificultava a compreensão dos manuais técnicos de equipamentos. Os próprios oficiais desconheciam táticas modernas de guerra anti-submarino, largamente empregadas por seus aliados ingleses, norte-americanos e franceses.

AFINAL, A DIVISÃO NAVAL PARTE PARA A GUERRA:

Depois de três meses de adestramento contínuo com as tripulações os navios suspenderam do Rio de Janeiro, em grupos pequenos para se juntarem na Ilha de Fernando de Noronha. Inicialmente deixaram a Guanabara os contratorpedeiros no dia 7 de maio de 1918, seguidos no dia 11 pelos dois cruzadores. Em 6 de julho suspendeu do Rio o Cruzador-Auxiliar *Belmonte* e dois dias depois o Rebocador *Laurindo Pitta*. Esses navios ficaram responsáveis de transportar o carvão necessário para a DNOG, daí sua grande importância logística.

As travessias para Salvador, Recife e Natal foram verdadeiros

tormentos, devido a dificuldade de se manter as pressões nas caldeiras de modo eficiente. Muitos tubos se rompiam e provocavam a parada dos navios em alto-mar para os reparos necessários. Isso atrasava a ordem de movimento e os compromissos assumidos com os aliados na África.

Um fato desagradável aconteceu na travessia dos destróiers para Salvador. Alguns marinheiros do *Rio Grande do Norte* em viagem sabotaram o navio, alijando o combustível que se encontrava estocado no convés, os sacos de carvão, assim como toda a água de reserva, no período noturno. Assim, na altura de Camamu o comandante do navio foi obrigado a fundear por falta de combustível. O Alte Frontin determinou que o *Piauí* suspendesse e rebocasse o *Rio Grande do Norte* até Salvador. Imediatamente foi aberto um inquérito para apurar as responsabilidades. Naquela oportunidade foi verificado que existia uma incompatibilidade entre o comandante do navio e a guarnição que alegava maus tratos. Não deve ser esquecido que a Revolta da Chibata eclodira apenas oito anos antes e muitos resquícios daquele acontecimento ainda existiam. A diferença social entre a oficialidade e a guarnição era grande, o que levava a esse tipo de conflito.

Após a apuração dos fatos Frontin admitiu que existia alguma razão nas alegações dos marinheiros do destróier. Dessa forma, investido de poderes especiais por Alexandrino, destituiu o comandante do *Rio Grande*

do Norte, substituindo-o pelo imediato do cruzador *Rio Grande do Sul*, determinando o regresso do primeiro ao Rio de Janeiro imediatamente.

Em Salvador os navios da Divisão receberam a preciosa cooperação da Companhia de Navegação Baiana que colocou todos os seus recursos em oficinas de reparos, docas e operários para atender as avarias apontadas durante a travessia.

Ao final de maio suspenderam dois destróiers com destino a Natal, enquanto os outros dois contratorpedeiros só deixaram Salvador em final de junho também em direção a Natal. Os cruzadores, por outro lado, seguiram para Recife, onde chegaram no dia 24 de junho.

Em Recife houve um fato extremamente grave, a morte de um marinheiro da DNOG, alvejado pela polícia local, depois de um grande tumulto. Muitas praças e policiais ficaram feridos na briga, o que provocou a ordem de Frontin para que todos os componentes da Divisão permanecessem nos navios, sem saírem à terra.

No dia 01 de agosto a divisão unida suspendeu de Fernando de Noronha com destino a Dakar, passando por Freetown, onde seria incorporada à Esquadra Britânica lá localizada.

O propósito dessa primeira derrota até Freetown era destruir os submarinos inimigos que se encontravam na rota da DNOG. O armamento naquela ocasião para se

neutralizar esses submarinos era bastante primitivo, não se comparando com nada que se viu na Segunda Guerra Mundial. Existiam hidrofones primitivos e bombas de profundidade de 40 libras que eram lançadas pela borda no local provável onde se encontrava o submarino. É interessante mencionar que o próprio submarino naquela oportunidade possuía pequena capacidade de permanecer mergulhado durante longo período de tempo, o que era uma grande limitação. Normalmente os ataques contra mercantes eram realizados utilizando-se os canhões localizados em seus conveses. A maior possibilidade de se destruir esses submarinos acontecia quando o inimigo vinha a superfície para destruir o alvo ou por canhão ou mesmo com o uso de torpedos. Nessa travessia inicial alguns rebates de “prováveis submarinos” foram dados, porém não tiveram confirmação.

Outro ponto interessante nessa travessia Fernando de Noronha/Dakar era a faina de transferência de carvão em alto-mar. Esses recebimentos de combustível aconteciam em quaisquer condições de tempo e mar e obrigavam a atracação dos navios ao Cruzador-Auxiliar *Belmonte* e a utilização do Rebocador *Laurindo Pitta* para auxílio nas aproximações. Foram fainas perigosas que demandaram muita capacidade marinheira dos tripulantes, além da natural vulnerabilidade durante os abastecimentos, quando os submarinos inimigos poderiam aproveitar a baixa velocidade dos

navios para o ataque torpédico. A tensão reinante durante esses eventos era enorme, sem contar com as difíceis condições em que eram realizados. Os navios ficavam literalmente negros de carvão e todos trabalhavam do nascer do sol até o término do abastecimento.

Depois de oito dias de travessia a DNOG chegou ao porto de Freetown onde se agregou ao Esquadrão Britânico lá localizado. Nessa cidade os navios permaneceram por quatorze dias, reabastecendo-se e sofrendo os reparos necessários a continuação da missão.

No dia 23 de agosto de 1918 a Divisão suspendeu em direção a Dakar, tendo essa derrota sido muito desconfortável para as tripulações dos navios devido ao mau tempo reinante. Na véspera da chegada a esse porto africano no período noturno, foi avistado um submarino navegando na superfície. Imediatamente foi atacado pela força brasileira, no entanto o submarino conseguiu lançar um contra-ataque no Cruzador *Belmonte*, quase atingindo o seu intento uma vez que a esteira fosforescente do torpedo foi perfeitamente observada a vinte metros da popa do navio brasileiro. Imputou-se à Divisão brasileira o possível afundamento desse submarino alemão. No entanto, verificando-se os registros após o término da guerra, observou-se que não houve nenhum afundamento ou desaparecimento de unidade germânica naquela região, naquele período. Viu-se efetivamente que não houve nenhum afundamento de submarino na costa africana ao final

de agosto.

No dia 26 de agosto os navios aportavam em Dakar e aí começariam as grandes provações dos tripulantes nacionais.

Todo esse martírio teria início quando determinado navio inglês, o *Mantua*, iniciou uma rotina observada por nossos marinheiros que o viam suspender de quando em vez para o alto mar regressando em seguida. Logo após soube-se que essas saídas eram motivadas para se lançar os corpos de homens de sua tripulação que haviam contraído a terrível “gripe espanhola”. Possivelmente o *Mantua* foi o responsável pela moléstia que vitimaria diversos tripulantes que nunca retornariam ao Brasil.

No início de setembro as primeiras vítimas brasileiras eram atingidas pela gripe mortal.

Os sintomas eram quase sempre os mesmos. Fraqueza generalizada, seguida de grande aumento de temperatura, com transpiração excessiva. Depois de três ou quatro dias de grande mal estar, seguia-se a tosse com expectoração sangüínea e congestão pulmonar. Alguns iniciavam as convulsões e os soluços, outros se debatiam em agonia, todos ávidos por água para debelar a sede incontrolável. Dentro de pouco tempo a morte se abatia derradeira e incontrolável.

A permanência em Dakar deveria ser curta, no entanto devido à gravidade da situação sanitária com a gripe, somando-se o impaludismo

e as febres biliares africanas, ela estendeu-se até novembro.

Dos navios atingidos pelas doenças o mais afetado foi o Cruzador-Auxiliar *Belmonte* que dos seus 210 homens contaram-se 154 doentes. Substituições foram solicitadas ao Brasil que vieram no paquete *Ásia* para completar os claros com as moléstias apontadas.

Ao final faleceram 156 brasileiros da DNOG pela “gripe espanhola”.

Os navios britânicos e brasileiros em Freetown e Dakar ficaram inoperantes em face das condições sanitárias reinantes, estando a defesa do estreito entre Dakar e Cabo Verde somente a cargo de dois pequenos navios portugueses. Com grande esforço pessoal a DNOG conseguiu logo depois designar o *Piauí* e o *Pernambuco* para auxiliarem os portugueses naquela área de operações.

No dia 3 de novembro a DNOG largou de Dakar em direção a Gibraltar sem o *Rio Grande do Sul*, o *Rio Grande do Norte*, o *Belmonte* e o *Laurindo Pitta*, os dois primeiros avariados e os dois seguintes designados para outras missões. Sete dias depois os navios da divisão faziam sua entrada em Gibraltar. No dia anterior os britânicos perderam na região de Gibraltar o encouraçado *Britannia*, afundado por submarino, tendo sido a última perda de grande navio aliado na Grande Guerra de 1914.

No dia seguinte o armistício foi

assinado, dando a guerra como terminada. Nossa missão de guerra findara, no entanto nossa Divisão prolongou sua permanência na Europa já que foi convidada para participar das festividades promovidas pelos vitoriosos. Por cerca de seis meses nossos navios permaneceram em águas européias participando das comemorações pela vitória visitando países que tomaram parte naquele grande conflito.

No dia 9 de junho de 1919, depois de tocar Recife por breves dias, os navios da DNOG entravam na baía de Guanabara, porto-sede da divisão naval. Acabara assim a participação da Marinha de Guerra na Primeira Guerra Mundial.

CONCLUSÃO

Pela primeira vez em sua história o Brasil enviou um grupo de navios de guerra para operar com países aliados na costa africana. A Marinha brasileira não estava preparada para tal empreendimento. Falta de treinamento dos componentes, obsolescência dos navios e despreparo do parque de manutenção e logística fizeram com que a Divisão levasse cerca de cinco meses para suspender e mais seis meses para chegar em Gibraltar, sua base de operações.

Pode-se imaginar o peso da responsabilidade do almirante Frontin em conduzir a Divisão de modo eficiente, tendo consciência de que a tarefa era maior que os meios a ele imputados.

A gripe espanhola, também,

veio a agravar a situação sanitária de suas tripulações, atingidas em região inóspita, sem recursos e afastadas do Brasil. O percentual de baixas com a gripe na DNOG foi de 7%, enquanto no Brasil, em diversos navios atracados no porto do Rio de Janeiro não chegou a 1%. Sete vezes mais doentes!

Poderia a preparação ter sido melhor realizada e mais recursos despendidos na prontificação da Divisão ainda no Brasil?

Muito se discute essa possibilidade, no entanto, o certo é que tal empreendimento foi uma experiência singular. Em todos os sentidos.

Lutar uma guerra é sempre difícil e dolorosa.

As experiências da Grande Guerra, contudo não foram apreendidas como deveriam. Em 1942 teve-se que contar com auxílio norteamericano para a defesa do país.

Naquela oportunidade os tenentes de 1918 eram os almirantes de 1942.

As lembranças e sofrimentos já tinham sido esquecidos.

BIBLIOGRAFIA

1 - GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. **A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

2 - MAIA, João do Prado. **Divisão Naval em Operações de Guerra 1914-1918. Uma página esquecida da história da Marinha brasileira**.

- Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1961.
- 3 - MENEZES, José Félix da Cunha. ADNOG. Extrato de suas memórias - 3ª fase. Não publicada. Com a autorização da família Goulart.
- 4 - MINISTÉRIO DA MARINHA. **História Naval Brasileira**. V. V, tomo Ib. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997.
- 5 - Relatório do Estado-Maior da Armada. Rio de Janeiro, 1918.
- 6 - Documentação diversa. Arquivo da Marinha. Rio de Janeiro, [19_].
- 7 - VERAS, Francisco. DNOG. Contribuição da Marinha brasileira na Grande Guerra. Rio de Janeiro: A Noite, 1920.
- 8- VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. "O Brasil e a Primeira Guerra Mundial". Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

UMA NOVA HISTÓRIA MILITAR? ABORDAGENS E CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO

Dr. Paulo André Leira Parente (*)

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nosso objetivo é apontar os novos campos e objetos de investigação da história construídos a partir do conceito de Nova História Social, que podem contribuir para uma ampliação da investigação na área da História Militar. São campos explorados nos últimos anos pela ciência histórica que alcançaram resultados positivos na compreensão do passado. Por isso, entendemos que a identificação de tais campos de pesquisa amplia e enriquece a produção historiográfica da História Militar. Destacadamente, nossa contribuição pretende fornecer subsídios para um diálogo entre historiadores de tradição militar e seus congêneres oriundos da tradição acadêmica, que, a nosso ver, deve ser pautado por procedimentos metodológicos de acordo com a nova metodologia científica aplicada a ciência histórica.

Não cabe neste espaço, nem é nosso objetivo no momento, realizar uma interpretação historiográfica valorativa ou teórica da produção dos

historiadores sobre a História Militar Brasileira. Não nos cabe julgar esta produção. Entretanto, podemos apontar para a renovação da investigação da História Militar no Brasil expressa através de grupos de pesquisa, publicações especializadas, coleções em importantes editoras das forças armadas e centros de memória e documentação que, em esforços individuais e institucionais, progressivamente ampliam a divulgação de novas formas científicas de compreensão do passado. O interesse atual pelos estudos relacionados a História Militar transcende as próprias instituições militares.

Sob um ponto de vista metodológico da Nova História é necessário identificar a diferente valoração assumida pelos fenômenos históricos de natureza militar nas diferentes culturas, que se tornam objeto de estudo do historiador militar. Devemos entender a *Guerra* como uma estrutura histórica dinâmica no tempo das civilizações, como outras estruturas históricas de investigação definidas pelos historiadores, tais como a economia, a cultura, a religião, o direito, dentre outras. Assim, a noção de *História* e o conceito de *Guerra* não são os mesmos em todas as culturas e muito menos não são auto-evidentes aos historiadores. Portanto,

(*) O autor é professor da UNIRIO e da UGF e Doutor em História Social.

o historiador da nova história militar não deve trabalhar o conceito de **Guerra** como um conceito absoluto, mas sim, como um conceito histórico relativo e instrumental pautado por uma metodologia específica.

Os conflitos armados apresentam um peso relativo nos temas militares conforme as correntes historiográficas, ou seja, o tema da **História Batalha** não é necessariamente um ponto de chegada analítico da história militar. Pode e deve, inclusivamente, ser o seu ponto de partida. Entretanto, nem sempre está presente nos trabalhos e pesquisas da nova história militar e nem por isso deixamos de ter uma História Militar metodologicamente construída.

As concepções científicas da história assumiram diversas facetas em sua estrutura metodológica, influenciando desta maneira os temas militares. Assim, a história militar não é um *ente* próprio dotado de autonomia científica em relação à Teoria e a Metodologia da História. A história militar foi construída a partir de pressupostos próprios da ciência histórica, dentre outros pressupostos científicos, da mesma forma que diversos temas do saber histórico dotados de um campo de investigação definido, dentre os quais podemos apontar: a história econômica, a história do direito e das instituições, a história administrativa, a história da ciência e da tecnologia e seus diversos desdobramentos - a história da medicina, a história das doenças, a história da farmacopéia, a história da

química ou da alquimia, a história do automóvel, a história do avião e a história do trem.

Dessa forma, em sua construção metodológica, a história ao se apresentar como crônica, descrição ou apologia, correspondeu à história militar se apresentar também como crônica, descrição ou apologia militar. Entretanto, esta não é necessariamente sua natureza como saber histórico, mas sim, uma de suas manifestações metodológicas e historiográficas.

Optar pela problemática da investigação histórica sobre a **Guerra** não implica, portanto, necessariamente em produzir uma **História Tradicional**, descritiva e valorativa. A metodologia da história atualmente permite ampliar sua compreensão além das fronteiras da **História Batalha** e dos fenômenos políticos identificados com as **Batalhas**. As novas metodologias desenvolvidas na ciência histórica recente permitem alcançar as múltiplas interfaces da História Militar, tais como a social, institucional, cultural, econômica, tecnológica, religiosa, sociológica ou política, dentre tantas outras.

II. ASPECTOS DO CONCEITO DE GUERRA NA TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA OCIDENTAL

Na Grécia Antiga a concepção da história estava baseada na noção de um tempo com movimento circular, cíclico, dotado de fases definidas expressas nas formas de governo que

regiam os destinos da cidade. A direção do tempo manifestava-se no sentido rigoroso das origens para a decadência, repetidas vezes, dentro de um *Eterno Retorno* degenerativo. Na historiografia grega antiga, destacadamente em Tucídides, Xenofonte e Políbio, a *Guerra* assumiu um papel primordial, pois determinava o ponto de inflexão entre o apogeu ou decadência de uma fase para outra nas mudanças temporais que atingiam os homens e suas cidades. O conhecimento das guerras e seus desdobramentos interessavam não apenas aos *estrategos*, mas também aos políticos e aos homens que participavam das decisões relativas à cidade. Conhecendo as guerras antigas e suas manifestações poderiam decidir com maior precisão sobre os problemas da cidade.

Na tradição romana, a historiografia concedeu um lugar privilegiado aos fenômenos militares, pois estes haviam conduzido a cidade à sua grandeza, a dominação do mundo mediterrâneo e ao Império. A historiografia romana elaborada por Tito Lívio, Júlio César, Suetônio, Plutarco, Tácito e a própria História Augusta, definiram uma visão triunfalista e patriótica da *Guerra* como uma ação inerente à grandeza do povo romano, sua ação temporal e dominação sobre outros povos, inclusive os gregos.

A cultura Medieval, por sua vez, relacionou os fenômenos militares com a insegurança geral promovida pelas invasões da Europa, entre os séculos

VI e XI. Após a passagem do milênio a ideologia medieval subordinou a *Guerra* à perspectiva bíblica do Apocalipse e ao providencialismo cristão e a identificou como um castigo divino, conforme observamos em Gregório de Tours e Joinville. Além disso, reservou a sua participação à nobreza, como um privilégio de ordem e condição da hierarquia social. Entre os séculos XIII e XVI, acompanhando o processo de formação das monarquias nacionais, surgiram as diversas crônicas gerais das monarquias, das nações e dos reinos, que privilegiaram os conflitos militares em sua formação e consolidação: a *vitória nas guerras* fazia surgir ou desaparecer as monarquias nacionais. A Guerra de natureza senhorial, expressa na convocação das hostes feudais, transformou-se num fenômeno que ligava o Rei a senhores da guerra em um vínculo particular, a Guerra por contrato.

Entre o Renascimento e o Iluminismo, na conjuntura de consolidação do Estado Nacional Absoluto e do *Desencravamento Planetário*, as *Guerras entre os Estados*, as *Guerras Civis* e as *Guerras Coloniais* se constituíram como tópicos diferenciados da reflexão historiográfica.

A instância militar no contexto do Estado Absoluto se torna uma função privilegiada pelos monarcas, assim como, também, a Fazenda Pública e o Fisco. Nesse contexto, a valorização da Antigüidade Clássica fez surgir a admiração pelos modelos

militares greco-romanos, tais como o enaltecimento do arquétipo dos grandes generais – Temístocles, Alexandre, Júlio César, Marco Antônio – ou, por outro lado hierárquico, a apologia do legionário romano como o modelo do soldado ideal. A Antigüidade Clássica tornou-se uma matriz universal da experiência militar e propositalmente delimito o tema a **Guerra**, pois se tornou também uma matriz universal em outros aspectos culturais. As **Guerras antigas** serviriam como um modelo para se deduzir o conhecimento para as **Guerras Modernas** a partir do estudo científico e histórico de suas táticas e estratégias. Assim, a **Guerra** é uma categoria relativa da história e não pode ser tratada de forma linear, pois foi percebida de maneira variada nas culturas - e aqui destacamos sucintamente apenas a tradição ocidental. O conceito analítico não pode ser confundido como um conceito absoluto.

Ao longo do século XIX as historiografias Erudita, Positivista e Evolucionista - em suas vertentes variadas - valorizaram a **Guerra** no contexto dos grandes temas da história política: o Estado, a formação do território, o estabelecimento das fronteiras, as relações entre os Estados, etc. Os acontecimentos militares foram estudados de maneira científica (investigação metódica) e valorizados na medida em que reforçavam ou anulavam as características determinantes do Estado, seu crescimento, apogeu e

declínio. Os dois principais modelos historiográficos da História Militar foram elaborados por Clausewitz e Ranke. Destacamos dois grandes temas da historiografia que foram construídos neste contexto intelectual e que ainda se manifestam nos estudos militares atuais:

- **A História Batalha:** formada a partir da busca de uma descrição precisa e de uma análise detalhada dos eventos militares propriamente ditos cujo modelo é, ainda, a batalha de **Waterloo**.

- **A História Militar:** no contexto da História Política como explicação privilegiada e muitas vezes definitiva, o que pode remeter para a própria História Batalha em suas análises finais.

Estas vertentes historiográficas foram elaboradas a partir de uma metodologia científica própria do século XIX, mas, também, a partir do campo da **Memória** conforme observamos na determinação de **Lugares da Memória** – Campos de Batalha, Pantheon de Heróis da Pátria, praças e monumentos comemorativos de batalhas ou de seus personagens.

A história militar foi influenciada ainda pelas vertentes historiográficas científicas preocupadas em encontrar as **Leis Sociais** do desenvolvimento histórico conforme os métodos definidos nas ciências naturais. Em suas doutrinas, positivistas e evolucionistas concordavam no aspecto de que a **Guerra** era um resquício bárbaro das

Sociedades Militares, que seriam gradativamente substituídas pelas *Sociedades Industriais* ou *Positivas*, cujo principal requisito de existência seria a paz.

Comte e Littré consideravam a *Guerra* como uma característica das etapas anteriores da história: a *Teológica* e a *Metafísica*. Esta última preparatória da fase *Científica* ou *Positiva*, que lhe sucederia, na qual as grandes nações territoriais seriam substituídas por pequenas pátrias cuja segurança estaria entregue ao encargo de polícias locais sem a necessidade de existência de exércitos.

Ao longo do século XX o desenvolvimento de novas vertentes da história, tais como a História econômica, a história social e a história das mentalidades, tornou a história política e conseqüentemente a história militar, um campo desprezado pelas pesquisas históricas.

O estudo dos eventos militares ficou restrito ao campo da ciência política e da sociologia, conforme destacamos nos trabalhos de Gaston Bouthoul e Raymond Aron. A crítica contundente promovida pelo *Grupo de Annales* à História Política – generalizada como uma história “fatural, tradicional, positivista e reacionária”, atingiu também a história militar e relegou ambas a um descrédito injusto por parte das academias e universidades. Este descrédito somente agora começou a ser revertido.

III. PROPOSTAS METODOLÓGICAS E NOVOS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO NA PESQUISA DA HISTÓRIA MILITAR

1. A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES

O primeiro nível de objetividade da História das Instituições é o estudo da história interna das instituições. Assim, a história institucional é reconstruída a partir dos aspectos jurídicos formais encontrados em documentos fundadores, reguladores, normativos, disciplinadores e organizadores das instituições em sua estrutura interna. Através destes documentos podemos reconstruir, também, os aspectos ideológicos que nortearam a criação e motivaram a atuação das instituições. Trata-se, portanto, de uma história interna das instituições. Entretanto devemos destacar dois problemas de ordem metodológica:

- *O presentismo*: ou seja, a importação de modelos teóricos da atualidade na explicação das administrações passadas;

- *A redução do enfoque* aos estratos superiores das instituições estudadas. Para corrigir este aspecto é preciso entender a Instituição em seu conjunto administrativo, seus vários níveis hierárquicos e seus processos decisórios.

O segundo nível de objetividade da História das Instituições é a *Prosopografia*. Este é um dos campos mais complexos e fecundos para a pesquisa na História das Instituições.

Trata-se do estudo das biografias coletivas dos personagens e das carreiras dos indivíduos que, de alguma forma, se relacionam com a instituição estudada – inclusive de personagens externos que influenciam as instituições. O historiador, entretanto, deve ter cuidado para não criar um confinamento de sua compreensão. Por isso, é importante analisar também aspectos externos a instituição.

Através da *Prosopografia* o historiador percebe o funcionamento concreto da instituição e não apenas os seus aspectos legais. É possível alcançar o nível da *instituição real* e transcender a compreensão da *instituição legal*. Durante a pesquisa deve-se levantar e relacionar os aspectos que unem os personagens envolvidos com a instituição, tais como:

- Origem geográfica, social e familiar;

- Os estudos realizados, a influência educacional (que pode ser percebida através do estudo dos currículos), filosófica, ideológica e religiosa;

- A experiência administrativa, militar, as atividades anexas ou independentes, o desempenho nos cargos ocupados, a carreira anterior e posterior – se existir;

- As relações familiares, o compadrio, o clientelismo e a proteção: relacionar a esfera do público com o privado no âmbito das instituições;

- A inserção em redes políticas, econômicas e intelectuais: estudo dos grupos dentro das instituições, tais

como, grêmios, irmandades, confrarias e associações, ou seja, a multiplicidade dos agentes sociais no âmbito da instituição;

- Os conflitos decorrentes da própria presença ou atuação das instituições com grupos sócio-profissionais locais, estruturas políticas, redes de poder, etc.;

- O intercâmbio entre as instituições: é necessário pesquisar as trocas de serviços, as trocas políticas e profissionais trazendo os indivíduos para o primeiro plano e compreender as relações orgânicas entre as instituições;

- Integrar os documentos normativos de natureza legal e institucional com a prática promovida nas instituições e desvelar suas instâncias decisórias e seus mecanismos de poder;

- O estudo das relações institucionais entre as forças armadas e as instituições militares (Forças Armadas em sua relação com as Forças Armadas);

- Criar modelos integrados de explicação e conceitos novos, conforme sugerido por Max Weber e outros, por exemplo, a polissemia da palavra Guerra – guerra clássica, guerrilha, guerra química e biológica, guerra civil, guerra econômica, guerra naval, guerra popular, guerra santa ou messiânica, guerra ideológica, guerra fria.

2. A APROXIMAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA SOCIAL E A HISTÓRIA MILITAR

O desenvolvimento das metodologias da história social somada a sua própria capacidade de promover a interdisciplinaridade com outros ramos das ciências sociais e humanas criam no encontro da História Social com a História Militar um dos campos mais fecundos da historiografia atual. A categoria História Militar em seus desdobramentos é entendida a partir de uma rede complexa de estruturas sociais, o que permite compreender a inserção das instituições militares e dos fenômenos militares nas sociedades historicamente constituídas. Assim, podemos indicar como campos de estudo que estão amparados na atual metodologia da História Social:

- O estudo das Forças Armadas a partir de sua presença e atuação regional, destacadamente de sua inserção na vida quotidiana ao longo da história. Pouco se conhece sobre a atuação das Forças Armadas no âmbito de uma História Social e Regional (Ex. atuação da FAB na Amazônia, atuação do Correio Aéreo Nacional, importância da Base de Natal para a população, inclusive após a II Guerra Mundial, etc.);

- O estudo das formas de recrutamento ou engajamento – forçado, sorteio, obrigatório, voluntariado – em suas ideologias e motivações, nos grupos sociais, étnicos, econômicos ou regionais que atingiu. Ou o contrário do recrutamento, o seu oposto simétrico, a deserção, tema

sobre o qual pouco se conhece na História Militar, não apenas a brasileira;

- O estudo da História Social de Gênero nas Forças Armadas: escravos, negros, mulatos, crianças, mulheres, etc., em sua atuação e relações sociais;

- A pesquisa da origem social ou sócio-econômica das diversas hierarquias nas Forças Armadas em sua relação com a formação pedagógica e atuação (profissional, política, social, ideológica) dos grupos militares: soldados, suboficiais, oficiais e oficiais superiores;

- As relações entre guerra e sociedade: a pesquisa das experiências pessoais dos soldados e sua vida quotidiana em tempos de paz ou durante as experiências de combate, a inserção social dos expedicionários das tropas brasileiras após o término da II Guerra Mundial;

- Os processos de formação da mentalidade militar em diferentes momentos da história e sua relação com a atuação política dos altos oficiais (ou ausência de atuação) que desempenharam papel de destaque em diversos eventos da História do Brasil: abolicionismo, proclamação da República, Revolução de 30, Revolução Constitucionalista de 1932, crises políticas do período populista, etc;

- A pesquisa dos Arquivos estaduais referentes à Força, Arma, Guarnição ou Instituição estudada;

- Estudo dos Conselhos de Guerra, para o exército e a marinha, das cortes marciais e do próprio

Direito Militar, para as Forças Armadas como um todo. Portanto, o estudo da cultura legal e judicial na esfera militar e suas interfaces: os códigos do direito militar, códigos de ética ou conduta. Ou seja, é preciso conhecer a evolução dos critérios e valores da ética militar.

3. A HISTÓRIA E A MEMÓRIA MILITAR

- A formação da memória militar e suas relações com a memória coletiva, a memória social e a memória nacional;

- O estudo das Comemorações, feriados e efemérides militares;

- Estudo do significado das condecorações, emblemas, brasões, códigos de cores, sinais, gestos e símbolos;

- A presença da memória militar incorporada na memória nacional: seus símbolos, os personagens e vultos presentes nos dinheiros, moedas, selos, etc;

- O estudo das canções militares, cantigas da caserna, músicas e canções de trabalho, treinamento, combate, canções que se referem às forças militares em postura crítica ou de enaltecimento, etc. É possível através das canções caracterizar os valores, crenças, significado, objetivos, ideologias, etc.

- O estudo da construção dos vultos militares em sua perspectiva ideológica: os vultos fundadores das armas, tradições, instituições, etc;

- O estudo dos Lugares da Memória e seus significados

ideológicos: Pantheon, Mausoléus, praças, monumentos, campos de batalha, etc.: destacar os valores que são enaltecidos e suas características;

- O oposto da Memória: o esquecimento, os tabus, o que não é dito.

4. A HISTÓRIA DAS IDÉIAS E A HISTÓRIA MILITAR

- Relacionar os níveis da história militar com as idéias em um determinado contexto histórico;

- O estudo da aviação militar nas diversas forças: aviação naval, aviação do exercito e aeronáutica;

- O impacto das novas tecnologias aeronáuticas nas forças armadas, nas doutrinas militares, nos processos de formação educacional, profissional e hierárquico;

- O estudo do pensamento aeronáutico e aeroespacial (papel preponderante do poder aéreo no contexto da Guerra fria em diante).

Os estudos históricos podem ser ampliados em seu campo de investigação através da incorporação da **Guerra** como uma estrutura histórica da tradição ocidental. Ou seja, a **Guerra** como constitutiva dos estados ocidentais antigos e medievais, como uma instância privilegiada dos estados modernos estamentais e como um componente fundamental das burocracias dos estados contemporâneos.

É necessário que os estudos históricos valorizem a **Guerra** em seus aspectos relacionados diretamente com outras estruturas

históricas, como por exemplo: a *Guerra* e a cultura, a sociedade, a religião, a política, etc. Por outro lado, a investigação histórica deve incorporar em sua análise os diversos conceitos utilizados na ciência da *Guerra*, tais como identificamos nos estudos de estratégia (Liderança, Comando, etc.).

Os estudos produzidos no campo de investigação da História Militar devem estar atentos aos novos métodos e procedimentos de investigação surgidos nas ciências sociais. É importante buscar a incorporação de tais métodos e renovar constantemente o campo de investigação da História Militar.

BIBLIOGRAFIA

- BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. SP: Unesp, 2002.
- CORVISIER, André. **A Guerra**. RJ: Bibliex, 1999.
- GIRARDET, Raoul. **A Sociedade Militar**. RJ: Bibliex, 2000.
- LEGOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. SP: Cortez, 1992.
- WEHLING, Arno. **A Invenção da História**. Estudos sobre o historicismo. RJ: Editoria Central da UGF e Editora da UFF, 1994.
- _____. "A pesquisa da História Militar Brasileira". In: **Revista da Cultura**, RJ, Ano I, N° 1, Janeiro a Junho de 2001.

BOERS - A GUERRA DO FIM DO MUNDO

César Augusto Nicodemus de Souza (*)

ENTENDENDO AS RAZÕES DA GUERRA

1. ANTECEDENTES

Desde o início do século XVIII os colonos do Cabo vinham expandindo seu território em direção ao norte e ao leste. Estes movimentos eram liderados por descendentes dos primeiros colonos batavos que haviam chegado à região a partir de 6 de abril de 1652. Aqueles fazendeiros brancos e suas famílias, gente extremamente religiosa, ativa e de espírito independente, fugindo da opressão dos britânicos que agora dominavam a área, buscavam novas terras para prover o seu sustento e pastagens para criar seus rebanhos. Ficaram conhecidos por sua saga, criando as primeiras trilhas da penetração européia, como os *Voortrekkers* ou *Trek Boers* – abreviadamente “*Boers*”.

Para eles, todos os sacrifícios da vida em barracas ou em carroções tracionados por bois, enfrentando constantes combates com os nativos que habitavam aquelas paragens, compensavam a falta de liberdade e perseguições que vivenciavam nas cidades, sujeitos aos burocratas e aos privilegiados cidadãos britânicos –

por mais insignificantes que tivessem sido seus papéis na sede do Império. Começaram por enfrentar os *Khoikhoi*, que lhes negavam bravamente a posse de uma nova terra para se estabelecerem. Próximo à virada do século a grande oposição veio dos *Khosa*, mais a leste, que lhes opuseram grande resistência. Freqüentes escaramuças ocorriam, particularmente em ZUURVELD, na fronteira delineada pelo *Great Fish River* – Rio do Peixe Grande ou, mais simplesmente, Rio DO PEIXE. Em 1779 ocorreria o primeiro dos inúmeros e ferozes combates da guerra aberta contra os *Khosa*.

A conquista paulatina dos espaços na África austral, basicamente na direção leste-oeste, é uma epopéia de sacrifícios, bravura e perdas. Por vezes tiveram que transpor cadeias de montanhas das mais íngremes e perigosas, onde um pequeno descuido, quase sempre, representava a perda de cabeças de gado e de todos os bens que uma família havia amealhado uma vida inteira. Pior; muitas vezes, com o carroção rolando morro abaixo, e se desintegrando, iam, também, preciosas vidas – do chefe da família aos amados filhos.

Voltaremos a esta aventura desbravadora, e de lutas contra várias tribos da região, quando da realização de nossa exposição sobre a África do Sul, como um todo. Uma coisa é certa: esta forma de conquista

(*) O autor é Gen Bda e Sócio-titular do IGHMB.

forjou um povo extremamente forte, indômito, aventureiro, inventivo e operoso. Tudo tinha de ser resolvido, improvisado e construído por eles, apesar dos opositores locais ou britânicos, com ou sem ferramentas, dispondo ou não de recursos específicos. Veremos que a inventividade era quase que um dom inato entre aquela gente.

2. OS PRIMEIROS COMBATES ANGLO-BOERS

a. Pródromos

Não deixa de ser curioso que, nos primeiros esforços para a conquista da supremacia dos mares, a Inglaterra jamais tenha se interessado pelo ponto de apoio do Cabo, no encontro entre o Atlântico e o Índico. Nunca o disputou aos holandeses - que ali haviam se fixado desde 1652, senão no curto período da guerra Anglo-Holandesa, em 1795. Terminado o conflito, findou o interesse e os batavos voltaram a controlar a região entre 1803 e 1806. A rigor, a Inglaterra só manifestou empenho na posse quando pretendeu negá-lo à França napoleônica. Esta as razões das primeiras ocupações da futura Colônia do Cabo da Boa Esperança.

Mas as Coroas européias vitoriosas contra as ondas revolucionárias do populacho francês e aquela movida pelo Corso, não podiam mais se omitir e reuniram seus representantes na Áustria, para a partilha do Mundo entre aqueles “escolhidos por Deus” para dirigi-lo.

Através do Tratado de Viena,

em 1815, a Grã-Bretanha obteve o beneplácito das demais potências para estabelecer-se definitivamente no que passou a ser a sua Província do Cabo da Boa Esperança, e para expandir-se a partir dali, quase que sem limitações maiores. Ao final do século XIX suas possessões incluíam Natal, Basutolândia, Swazilândia, Rhodésia, Bechuanalândia e outras regiões conquistadas aos nativos, genericamente englobados por eles na tribo dos *bantus*.

Mas os *boers*, estabelecidos naquelas áreas, repeliam as expedições ou incursões britânicas. Eles, inclusive, já haviam combatido e acertado a paz com as mais expressivas tribos guerreiras do vasto território, e não aceitavam que os britânicos lhes complicassem a vida novamente, acirrando problemas entre os nativos e os brancos europeus. Os *boers* queriam paz - “viver e deixar viver” - enquanto os britânicos traziam para a região seus já consagrados métodos de senhores colonizadores.

b. A figura de Andries Pretorius

Em decorrência desta rivalidade irreconciliável, três campanhas militares ocorreram entre essas partes, não computadas na numeração das guerras “Anglo-Boers”, as quais, de maior expressão, viriam a ser conhecidas como 1ª (a de 1880-81) e 2ª (1899-1902) guerras.

Em 1837 uma parte dos *Voortrekkers*, a coluna liderada por Piet Retief, ultrapassara os Drakensberg e se estabelecera a 80 km de D’Urban (a antiga Natal,

ocupada pelos britânicos, que conviviam bem com *Shaka*, rei dos zulus). Em fevereiro de 1838, um dos chefes zulu, *Dingane* (meio-irmão de *Shaka*), assassinou friamente todos os homens *boers*, inclusive Retief, que com ele comemoravam um acordo de utilização de terras, acertado entre as partes.

Em novembro, chega à região Andries Pretorius, logo escolhido para chefiar a comunidade acéfala, a qual passa a chamar-se Pietermaritzburg. As relações com os britânicos, então, eram cordiais, mas era objetivo de *Dingane* “varrer todos os brancos” daquelas terras. A feroz luta que se seguiu só terminou, em 16 de dezembro, com o combate que ficou conhecido como de “Blood River” – onde cerca de 400 *boers*, atirando com precisão (inclusive com dois pequenos canhões) e carregando a cavalo fora do perímetro das carroças, fracionaram e derrotaram uma força de cerca de 10.000 guerreiros zulus, matando da ordem de 3.500 deles.

Os *zulus* estabeleceram uma paz com os *boers* - 400 dos quais, inclusive, sob a liderança de Pretorius, em janeiro de 1840, auxiliaram Mpande em sua revolta contra o meio-irmão *Dingane*. Contudo os nativos passaram a incursionar sobre a britânica D’Urban, levando os britânicos a evacuá-la. É lá que os *boers*, rebatizando-a “Natal”, irão sediar sua nova *República Natalia*.

Destarte, ainda que amparados

por acordo acertado com os nativos, com o silencioso beneplácito dos britânicos, estes levaram a guerra aos *boers* no mesmo território, para evitar a formação de um Estado que tenderia a lhes ser rival e, certamente, atraídos pela importância da conquista e manutenção do porto estratégico de Natal (hoje Durban).

Os *boers* expandiam o território, derrotavam os nativos, e os britânicos, mais uma vez, lhes iam ao enalço para recolher os frutos.

c. Começa o derramamento de sangue

Em março de 1842, o Governador do Cabo, Sir George Napier, enviou uma pequena força (323 combatentes), sob o comando do Cap Thomas Charlton Smith, do 27º Reg de Fuzileiros, para ocupar Port Natal, cuja maioria era de ingleses. Smith era um militar experiente, tendo, inclusive, combatido em Waterloo. Da expedição faziam parte, além das duas Companhias de britânicos regulares, um Destacamento de “Atiradores Montados do Cabo” (tropa miscigenada, destacada em várias ações no sul da África e que aqui serviria de guarda pessoal do comandante), sapadores e mineiros e as guarnições para as duas peças de Artilharia: um canhão de 6 libras e um obuseiro de 24. Como era comum à época, mulheres “de acompanhamento”, guias e condutores de mulas e carroças.

Smith decidiu surpreender os *boers* e dar-lhes o combate decisivo em Congella, valendo-se da maré

baixa para envolvê-los, mas não pode contar com o apoio de fogo que contava ser prestado, a partir do lado oposto de Congella, pelo obuseiro de 24 libras, instalado sobre um batelão. Exatamente porque, se a maré baixa favorecera o seu deslocamento, impedira o batelão de navegar (!) e este acabara encalhado. Surpresa não houve nenhuma, pois Pretorius previra uma posição defensiva em sua retaguarda, a qual alertou o conjunto. A reação, sim, colheu de surpresa os atacantes, causando-lhes muitas baixas e perda de material.

As desastradas ações iniciais foram fruto de arrogância do profissional europeu e redundaram em um retraimento para dentro do “Old Fort”, onde Pretorius lhe infligiu cerco e bombardeio (mais de 600 tiros) com as próprias peças apreendidas, inclusive aquelas do Forte Victoria, que fora tomado em curso da ação.

A desprendida ação de um morador, que cavalgou dez dias até o Cabo para dar conta da situação, fez vir reforços de Port Elisabeth (pelo bergantim *Conch*) e do Cabo (800 homens transportados pelo *Southampton*, sob o comando do Cel Josias Cloete). Após manobra de desembarque e fogo naval, conjugada por ação por terra, o forte foi liberado, após mais de quatro semanas de cerco, e os *boers* forçados a se retirarem em direção à Pietermaritzburg. Ali, Andries Pretorius convenceu os seus seguidores a tentar obter uma solução pacífica com a Coroa. Três semanas

após o cessar fogo, representantes da *Volkstraad* (Assembléia do Povo) assinaram a paz e o fim da *República Natália*.

Muitos *Voortrekkers*, novamente sobre carroções, rolaram para o Norte, vindo a se estabelecer nas margens sul e norte do Rio Vaal.

Na região do Rio Orange os britânicos tentaram impedir o estabelecimento dos *boers*, apoiando abertamente Adam Kok, o chefe dos *Griqua*, um grupo mestiço nativo, de idioma basicamente batavo e que precedera os *boers* na dominação do sudoeste da região. Os *boers*, além de inferiorizados numericamente, ainda estavam dispersos, em função da necessidade de fazer funcionar suas fazendas, sem as quais seu povo sucumbiria. Por outro lado, com rica cultura própria, não admitiam ser controlados por mestiços.

Em 1845, estouraram os conflitos na região de Transorange. Os *Griqua* – que eram dotados de cavaleiros e armas de fogo - não conseguiam submeter os *Trekkers*. Destacou-se nesta época a argúcia e a bravura de Pretorius o qual, através de pequenas frações de *Comandos*, levava à dispersão e à intranqüilidade a tropa britânica estabelecida em Blomfontein.

Os britânicos decidiram intervir para garantir a dominação sobre os *boers*. Em 1848, o novo Governador do Cabo, o mercurial Sir Harry Smith, decide decretar a constituição da “*Orange River Sovereignty*”, como território da Coroa, composto

pelo Transorange e a faixa ao sul do Rio Transvaal. Quando a tensão aumenta, ele se desloca pessoalmente para a área com efetivos variados, onde sobressaíam três Esquadrões do 7º *Dragon Guards* e três peças de artilharia. Harry Smith, a rigor, não quer que haja combates, pois informara à Coroa que os habitantes estavam satisfeitos com o novo status que ele lhes outorgara.

Mas ele estava, efetivamente, ou mal informado ou profundamente equivocado sobre o grau de determinação e de resistência dos *boers*; ele levara longe demais suas exigências e a guerra aberta foi inevitável. Embora, ao final, vitorioso, a soberania da área nunca seria tranqüila. Por outro lado, os atrativos econômicos não eram tão expressivos para os britânicos e eles acabaram assinando uma paz em Bloemfontein, em 23 de fevereiro de 1854, que garantiu a implantação de um outro país no sul da África: o “*Orange Vrystaat*” (Estado Livre de Orange).

A faixa norte do Rio Vaal declarou-se independente em 1857, unindo as terras da margem esquerda, sob o nome de “República do Transvaal” – que seria mudado mais tarde para “*Zuid-Afrikaaniche Republick*” – ZAR (República Sul Africana).

3. AS “GUERRAS ANGLO-BOERS”

a. A chamada “Primeira Guerra Anglo-Boer”

Para complicar a sobrevida

daquelas duas repúblicas, dois britânicos de peso viriam a endurecer substancialmente a atuação colonial britânica:

– Benjamin Disraeli assume o cargo de Primeiro-Ministro britânico, em 1868 (ali permanecendo até 1880), e passa a desenvolver o mais completo planejamento e execução de expansão do Império Britânico em todos os tempos.

– Seu Secretário de Estado, Lord Carnarvon, arquitetou formar uma Confederação com todas as colônias, as repúblicas *Boers*, e os grupos nativos sul-africanos sob influência britânica. Ao perceber que não o conseguiria sob a forma pacífica, recomendou a Disraeli, em 1876, que os britânicos deveriam derrotar o Transvaal em uma guerra, após a qual o Estado Livre de Orange cairia por si só.

É fácil entender que o caminho para o confronto estava aberto; de um lado havia expressa vontade de fazer a guerra, enquanto do outro só restava resistir com máximo empenho, ou não sobreviveria.

Para reforçar as ações britânicas, o Transvaal “quebrou” financeiramente em 1877, não só devido aos gastos com a luta contra os nativos *Pedi*, no NE do país, mas, sobretudo, porque a população vinha se recusando a pagar os impostos. A Grã-Bretanha disto se aproveita para assumir a direção daquele Estado, cujo presidente, desde 1872, era T.F. Burgers. Carnarvon, então, toma a iniciativa de mandar Sir *Theophilus*

Shepstone, antigo Secretário de Assuntos Nativos em Natal, com uma comissão de 25 burocratas, para levantar os problemas administrativos, propor soluções e, na prática, instalar-se como “Comissário Especial” e administrar o Transvaal. A população demonstrou, de imediato, não concordar com este controle externo de suas vidas, mas não parecia haver alternativas.

Agindo de forma um tanto vaga quanto aos objetivos da Coroa, *Shepstone* amedrontou a administração *boer* com uma iminente bancarrota e a total falta de controle sobre as tribos nativas que habitavam o território – em especial os *Zulus* e os *Pedi*. O governo dos *boers* estava desmoralizado e tentou convencer sua gente de que uma administração britânica seria benéfica para todos. A população ficou dividida, embora os opositores, inicialmente, tivessem adotado uma linha que identificaram como de “*resistência pacífica*”.

Shepleton se vale de um documento, que ele dizia assinado por mais de 3.000 assinaturas de pessoas gradadas da república, aceitando como solução a transformação do país em “*Colônia Britânica do Transvaal*”. Ainda anestesiados pelo pacifismo, os cidadãos assistiram apáticos, em 12 de abril de 1877, à Proclamação de Anexação, em plena Praça da Catedral, no centro da capital Pretoria.

Contudo, em maio seguinte, a Assembléia do Povo envia delegação a Carnarvon, com abaixo assinado de mais de 6.500 cidadãos, demonstrando

que a população não havia aprovado tal anexação. Considerada extemporânea pelo governo britânico, dela nada resulta.

Enquanto isso, a Metrópole fracassava, justamente onde alardeava seus predicados: desenvolver economicamente, em infra-estrutura e dar segurança aos fazendeiros da nova Colônia. Os *Pedi* jamais pagaram a multa devida pelo acordo de paz com o extinto Transvaal e os *Zulus* invadiam as terras produtivas do sudeste, simplesmente porque faltavam soldados para manter a lei e a ordem na colônia. Nem a ferrovia prometida para Delagoa Bay – a Lourenço Marques dos portugueses (hoje Maputo) – tomou forma. A “*Eastern Line*” só seria concluída em 8 de julho de 1895, pelo governo da República do Transvaal restabelecida – ZAR. O seu controle viria a ser um dos primordiais objetivos britânicos na 2ª Guerra Boer, para isolar os *boers*, impedindo seu acesso ao mar.

Em janeiro de 1878 a situação começa a se deteriorar em Pretoria, com manifestações hostis à presença britânica. A segunda comissão que fora a Londres, para que fosse cedida nova independência à ZAR, retornara sem resposta positiva, apesar de ter sido ouvida pelo novo Secretário de Estado, Sir Michael H. Beach. É que este também era adepto da “*confederação*”.

Sir Owen Lanyon é nomeado para substituir o desgastado *Shepstone*, em 1879.

Mesmo a mudança de governo

na Metrópole, com a subida dos liberais, em abril de 1880, tão esperada pelos *boers*, não melhoraria as condições da ZAR, pois que também era pensamento de *Gladstone* manter o domínio sobre Pretoria.

O parlamento de Orange, ao sul do Rio Vaal, apóia as aspirações de independência do Transvaal, em maio de 1879. Até os *boers* que vivem na Colonia do Cabo externam seu apoio moral aos irmãos do norte. Aliás, eles e seus descendentes serão muito importantes em 1900, no movimento subterrâneo que ali apoiará, nova e concretamente, os combatentes *boers*.

É preciso considerar que, devido às seguintes incursões *zulus* às fazendas dos *boers*, ao sul do Transvaal, um destacamento destes lutou junto aos britânicos, bloqueando qualquer fuga dos nativos para o norte, e foram decisivos na derrota dos *zulus* em julho de 1879. Os negros nativos deixaram de ser ameaça; a economia, a segurança e a liberdade dos *boers*, agora, só eram ameaçadas pelos britânicos.

Em setembro do mesmo ano, Sir Garnet Wolseley é nomeado Alto Comissário para a África de Sudoeste, Governador de Natal e Transvaal.

Em outubro de 1880, o jornal de Paarl, na região do Cabo, escreve em sua página principal: “*A resistência pacífica perdeu a razão de ser*”.

Paul Krüger, um dos mais proeminentes líderes dos *boers*, fizera duas viagens à Grã-Bretanha,

procurando provar junto àquela Metrópole que o seu povo não admitia mais a falta de independência.

Finalmente, na data nacional de 16 de dezembro daquele 1880, os habitantes do Transvaal, sob a liderança de *Paul Krüger*, *Marthinus W. Pretorius* (filho de Andries) e de *Piet Joubert*, rebelam-se contra as autoridades britânicas e declaram sua independência. Nesta mesma data a tropa britânica em Potchefstroom é atacada e dispersada.

Em 20 de dezembro, um comboio do exército britânico é emboscado e destruído em Bronkhorstspuit; de 22 deste mês até 6 de janeiro de 1881, todas as guarnições militares britânicas foram cercadas.

Os *boers* vestiam-se com roupas caqui ou próximas à cor do terreno, enquanto os europeus, nos seus uniformes vermelhos e cheios de brilhos, eram alvos fáceis para atiradores experientes. Esta é a última campanha colonial britânica envergando tais uniformes.

Na tentativa de levantar os cercos a que eram submetidos seus militares, o comando britânico constituiu uma expedição com a “Natal Field Force”, sob o comando do experiente Major-General Sir George Pomeroy Colley. Este, ao tentar forçar a transposição das Drakensberg, no Passo de Laing, é totalmente derrotado pelos *Comandos* de *Joubert*, perdendo substancial parcela de sua Infantaria e da Cavalaria (28 Jan 1881). Até hoje aquele combate

é considerado pelos militares ingleses como um “fiasco”. Ele acabaria por determinar o fim do emprego aberto dos estandartes das Unidades no cenário dos combates. Ali, sucessivamente, quatro delas tiveram seus portadores abatidos.

Os insucessos nas batalhas de Schuinshoogte (também conhecida como Ingogo, em 8 de fevereiro) e de Majuba Hill (em que o próprio Gen Colley foi morto, em 27 do mesmo mês), foram decisivos para o governo de Gladstone se convencer que estava perdendo muito mais com aquela guerra “*no fim do mundo*” do que poderia ganhar. Optou, então, por autorizar um armistício com os revoltosos, em 6 de março.

Seguiu-se a assinatura do tratado de paz, em 23 do mesmo mês, pelo qual o Transvaal conquistou sua independência, teoricamente supervisionada pela Grã-Bretanha.

Em decorrência de suas atitudes desassombradas, e de sua popularidade, que vinha desde a infância, nos tempos da *Great Trek*, Paul Krüger virá a assumir a presidência do Transvaal, novamente livre, em 1881.

b. A chamada “Segunda Guerra Anglo-Boer”

A descoberta de ouro em terras *boers*, em 1886 (sendo que o maior veio do mundo, na cordilheira de Witwatersrand, com 96 km de extensão) levou ao Transvaal um fluxo crescente de prospectores, a maioria deles britânicos.

Profeticamente, Paul Krüger teria dito: “*Em lugar de regozijarmos-nos, melhor faríamos em chorar, pois este ouro será a causa de um banho de sangue em nosso país*”

Rapidamente as minas e a maioria do comércio passaram para mãos de ingleses. O governo *boer*, na tentativa de preservar os interesses de sua população, começou a negar cidadania àqueles *uitlanders* (estrangeiros) que não estivessem permanentemente no território durante os últimos 14 anos e a taxá-los substancialmente, apesar de todos os protestos britânicos. Não esqueçamos que, além de tudo mais, estes vinham tomando as primeiras medidas para o preconizado plano de amalgamar todas as administrações sul-africanas, sob sua influência, em uma Confederação.

O grande provocador do conflito foi o político e financista britânico Cecil Rhodes, que enriquecera com a mineração de diamantes naquela área, e à época governava a Colônia do Cabo. Foi dele a concepção da montagem de um golpe de estado no Transvaal, executado, em 29 de dezembro de 1895, por seu amigo pessoal, o Doutor Sir Leander Starr Jameson, a partir do território vizinho da Bechuanalândia (hoje Botswana). Um grupo de 600 britânicos infiltrados foi levado a apoiar pelas armas uma rebeldia de *uitlanders* que haviam sido instigados contra o governo do Transvaal.

O fracasso da invasão deveu-se basicamente a um erro no corte dos fios telegráficos que ligavam o

posto de fronteira à capital. A verdadeira ligação permaneceu ativada e os golpistas se viram logo presos, sem que houvesse a combinada adesão dos estrangeiros de Pretoria. Dominada a incursão de Jameson, a aventura redundou na sua captura e encarceramento e na demissão de Rhodes, mas o mal já estava feito. As relações anglo-boers estavam definitivamente deterioradas. Aliás, os britânicos pouco depois compensariam os seus vilões: - Jameson seria elevado a Primeiro Ministro da Colônia do Cabo (1904-1908) e Rhodes homenageado por seus patrícios no topônimo dado à “Bechualândia”... Rhodesia.

O ano de 1899 estava se anunciando como decisivo. O governo do Transvaal decidira interromper a passagem sobre o Rio Vaal de trens provenientes do Cabo e a situação dos cidadãos britânicos naquele país era cada vez mais controlada. Prevendo o rompimento iminente de hostilidades, o Comandante-em-Chefe do exército britânico, Lord Wolseley, não tendo conseguido convencer o seu governo a mandar tropas para a região, enviou o bravo e eficiente Cel Robert S.S. Baden Powell, acompanhado de um punhado de oficiais, para a Colônia do Cabo, a fim de estruturar dois Regimentos de Atiradores Montados, com pessoal da Bechualândia. O objetivo era resistir à esperada invasão da Colônia de Natal, impedir a chegada dos boers ao litoral e facilitar o eventual

desembarque de tropas britânicas, além de servir, pela presença, de uma demonstração de força para as tribos locais que pudessem pretender pender para um apoio aos *boers*.

Da mesma forma que o governo de Sua Majestade, os políticos locais temiam que um aumento da presença militar britânica pudesse provocar um ataque *boer*. Destarte, Baden Powell teve de organizar tudo em sigilo – do recrutamento aos depósitos e meios de transporte. Com tropas mal treinadas, diante, ainda, das repercussões pelo fracassado *raid* do Dr Jameson, uma enorme superioridade numérica dos *boers* e a reconhecida preponderância de sua tática de *comandos*, não restava a Baden senão adotar uma postura defensiva. Conseqüentemente, ele optou por manter o controle da localidade de Mafeking, não só por localizar-se na fronteira, controlando a passagem da ferrovia entre Bulawavo e Kimberley, como também por se tratar de importante centro administrativo e de abastecimento. É sempre bom recordar que LadySmith, na descida para Durban, já era a guarnição militar britânica mais importante a circundar as terras *boers*.

A situação logo precipitar-se-ia com a nomeação do novo Governador do Cabo, Sir Alfred Milner. Dizendo-se muito ressentido com o tratamento dado aos britânicos, promulgou decretos elevando o efetivo das tropas

britânicas no sul da África de 12.000 homens para um exército de 50.000. Tomado como uma provocação, em 9 de outubro de 1899, Krüger exigiu a retirada, em 48 horas, de todas as tropas britânicas das fronteiras do Transvaal, sob pena de estabelecer-se o estado de guerra aberta.

Aos que se espantam com prazo tão curto, exigindo, é claro, uma crucial e intransferível decisão do governo central em Londres, para um conflito tão distante, no interior da África, lembremos que qualquer guarnição inglesa, ali situada, estava ligada por telégrafo à capital do Império! A Grã-Bretanha lançava por todos os mares seus cabos, que se ligavam às linhas terrestres.

O Transvaal, por seu lado, vinha recebendo pelo porto de Lourenço Marques, através da ferrovia finalmente concluída pelo governo de Krüger, armamentos, munições e equipamentos militares – especialmente provenientes da Alemanha. Mas não faltaram excelentes canhões Schneider-Creusot de 155mm, franceses. Embora seus efetivos totais não ultrapassassem 88 mil soldados, com baixo padrão de instrução militar, mas altamente aguerridos e bons atiradores, eles eram brilhantemente dirigidos por chefes destacados. A guerra realmente irromperia em 11 de outubro, e Paul Krüger, agora com 74 anos, permaneceria em Pretoria, em decorrência de sua saúde abalada. Isto não impediu a seqüência de vitórias na fronteira da Colônia do Cabo e na

província de Natal (esta invadida por cerca de vinte mil homens), onde obtiveram sucesso nos cercos às Guarnições britânicas de Mafeking e Kimberley – iniciados em 14 de outubro – e de LadySmith (2 de novembro de 1888) – localidades que bloqueavam os acessos ferroviários às suas terras e, por isso mesmo, serviam de sede às mais importantes guarnições militares britânicas no Teatro de Operações (TO).

Veremos que tais cercos acabaram por se mostrar contraproducentes, pois imobilizaram importantes efetivos e equipamentos que poderiam ter sido decisivos em outros pontos, além de proporcionar o tempo necessário para que a Grã-Bretanha trouxesse mais meios materiais e humanos para decidir a seu favor. Pior, eles deixavam de empregar a sua prática mais destrutiva e temida pelos britânicos: o combate altamente móvel e eficaz de seus *Kommandos*!

E, não esqueçamos: a Velha *Albion* era extremamente rica e determinada, e seus braços eram longos o suficiente para alcançar qualquer parte do globo. No momento mesmo em que as operações começavam, sob o comando do Gen Sir Redvers Buller, 47.000 britânicos já estavam a caminho da África do Sul.

À proporção que a divulgação dos combates – em paragens tão distantes e, para alguns, tão exóticas – foi sendo ampliada, o interesse pelo conflito tornou-se mundial. Havia, até, uma torcida pelo “David” diante do

“Golias”. A flexibilidade do *Commonwealth* se fez presente, pela participação de australianos, neozelandeses, ceiloneses, indianos e, pela primeira vez, uma força expedicionária canadense. Também norte-americanos e irlandeses lutariam com os britânicos, mas haveria representantes destas duas nações em ambos os lados.

Pelo lado *boer* combateriam alemães, franceses e russos, além de ter havido uma equipe de saúde completa holandesa.

Outro aspecto interessante a destacar foi o largo emprego das ferrovias por ambos os contendores, seja para carrear meios, seja para orientar as direções estratégicas a seguir. Os britânicos, quando transitavam por regiões sujeitas a emboscadas *boers*, ou quando encetavam uma progressão em direção ao inimigo, valiam-se de vagões e, mesmo, de locomotivas blindadas.

Voltemos às operações. Ao desembarcar, o General Buller é levado a abandonar os planos iniciais e, com somente 19.400 homens, ainda não adaptados às condições locais, desloca-se imediatamente de Durban para libertar a tropa cercada em LadySmith, que abriria o caminho para o Transvaal. Seria necessário antes, contudo, desalojar o inimigo em Colenso, apoiado no corte do Rio Tugela.

1. COLENZO

No corte do Rio Tugela, em Colenso (15 de dezembro de 1899), os britânicos são barrados e desbaratados por 4.500 *boers*, sob

o comando do Gen Botha, que lhes causa mais de mil baixas e ainda lhes toma praticamente todos os canhões da 14ª Bateria de Artilharia de Campanha. Aliás, este combate será uma referência na mudança da doutrina britânica para o emprego da Artilharia de Campanha, até então lançada à frente do dispositivo, para causar o máximo de baixas ao inimigo antes do combate das armas-base. É que as peças, até então, tinham trajetórias excessivamente tensas, as quais não lhes permitiam atirar por sobre a própria tropa ou uma elevação à frente. Os artilheiros, desta forma, ficavam muito expostos a bons atiradores e às cargas de Cavalaria.

Naquele combate, os *boers* perceberam que a Artilharia estava sendo posicionada contra eles à frente do dispositivo, como era tradicional entre os ingleses, mas carecia de uma Infantaria, que se atrasara. Era da doutrina britânica que, inicialmente, os infantess protegiam a ação das baterias e, após, lançavam-se ao ataque, aproveitando-se dos efeitos dos fogos, que teriam “amaciando” o inimigo. Aquela exposição – ainda mais desprotegida – foi fatal para a Artilharia.

Os *boers* concluíram que poderiam se apoderar do material, antes mesmo do combate começar. Os artilheiros iniciaram seus trabalhos no serviço das peças de Artilharia de Campanha, sem mesmo saber por onde andavam os canhões navais, os quais, tracionados por bois, eram sempre mais lentos e ainda não tinham sido colocados em posição.

Portanto, não havia Infantaria, nem qualquer Artilharia em condições de prestar apoio de fogo. Disso se valeram os *boers*, que desencadearam pesada fuzilaria e concentrações de sua Artilharia contra a posição da 14ª Real Bateria, a qual foi momentaneamente abandonada pelo seu pessoal.

Um *Comando boer* transpôs o rio e começou a remover os canhões e transpô-los para a outra margem, Apesar da bravura de um pugido de artilheiros, que retornaram para evitar aquela ação, só duas peças não foram capturadas. Ficou patente que um meio importante e caro como o material de Artilharia não poderia mais ficar sem, pelo menos, uma massa cobridora a protegê-lo passivamente da ação inimiga.

Os *boers*, de sua parte, procuravam alturas que dominassem, à distância, as posições a bater. Aumentavam o alcance do material, facilitavam a direção de tiro e melhoravam as condições de proteção do material. Foi de posições como estas que bateram o corte do Tugela, interditando aos britânicos as regiões de passagem. A Brigada Irlandesa pagou sangrento preço pelas suas tentativas de transposição no, hoje famoso, “*loop*” (“laço” do rio).

A frustração do ataque britânico foi total, com pesadíssimas perdas para a 5ª Brigada Irlandesa do Gen Fitzroy Hart.

Mas, sem dúvida, consolidou-se naquele dia a idéia de que deveria haver uma elevação que servisse de

proteção entre as Baterias e o inimigo. Conseqüentemente, dever-se-ia desenvolver um sistema de direção de tiro que permitisse a *pontaria indireta* das peças para bater os alvos, sem que o apontador os visse.

E assim ocorreu. Foi adaptada sobre o tubo de cada canhão uma régua graduada com pequenos furos, por cima, correspondentes a cada graduação – permitindo que neles se encaixasse uma estreita haste, tipo um palito. Com uma visada feita da culatra da peça, passando por esta haste, sobre um ponto afastado, faziam-se as necessárias correções em direção, transmitidas por um observador colocado sobre a elevação interposta entre o alvo e a peça.

Curiosamente, esta *régua* ficou sendo chamada de “*Arco de Pontaria*”. Um acessório simples, improvisado, saíria desta a guerra anglo-boer como uma das grandes contribuições à Arte da Guerra.

II. SPIOENKOP

Em 10 de janeiro, com seu efetivo aumentado para 24.000 homens, Buller decide transpor o Tugela a montante, próximo a Spioenkop, de onde prosseguiria para LadySmith. Seu subcomandante da coluna – Ten Gen Sir Charles Warren – comanda esta operação, mas só em 17 de janeiro, à frente de 17.000 combatentes, no entanto acaba rechaçado na outra margem, em Intabamnyama, por cerca de 2.000 aguerridos *boers* (no início de janeiro eles eram ali só uns 450).

Buller, então, lhe dá um *ultimatum*: ou parte imediatamente para LadySmith, ou retraia, transpondo de volta o Tugela! Warren decide, então, romper a linha de defesa *boer* em seu trecho mais alto – justamente sobre o alongado e difícil monte Spioenkop – com um ataque noturno de surpresa.

Um destacamento de 1700 soldados, sob o comando geral do Gen Woodgate, parte tão logo se fez escuro na noite de 23 de janeiro, e por volta das 21 horas já está subindo pela encosta SW, a mais difícil. Às duas da manhã, atinge silenciosamente o platô superior e é dada a ordem para calar baionetas para prosseguir, em linhas sucessivas, sobre a pequena guarnição *boer*. O clicar da armação de baionetas denuncia a presença intrusa e os *boers* reagem com uma fuzilaria desorientada pela escuridão. A superioridade britânica, contudo, empurra o inimigo para fora do topo da montanha. Mas o matraquear dos fogos já dera o alerta geral.

Os britânicos, então, tentam cavar uma trincheira defensiva, mas são impedidos pela dureza do solo pedregoso. Passam a empilhar pedras, formando muros no que pensam ser a crista militar. A luz do dia vai mostrar que eles, erradamente, haviam se posicionado na crista topográfica! Havia, agora, que descer um pouco mais em todas as direções, se quisessem observar qualquer movimento *boer* ou obter rasância para suas armas.

Assim que o Gen Botha vem a

conhecer o sucesso britânico, dá ordens para a imediata ocupação e artilhamento das elevações que circundam o Spioenkop com sete peças de 75 mm. Mais ainda: destaca 400 homens para ocupar um duplo mamelão (Twin Peaks) que daquela elevação se projeta na direção NE, e se constituía em uma via de acesso bastante interessante para a retomada da posição. Tudo isto ainda antes do amanhecer, valendo-se da iluminação ainda fraca e, sobretudo, do nevoeiro que ali imperava.

E é sob esta relativa cobertura nevoenta que a primeira vaga de *boers* tenta recuperar a posição, sendo repelida. Quando o nevoeiro se dissipa, ai pelas oito e meia, Warren se vê sob violenta fuzilaria e inúmeras concentrações de Artilharia. As cargas se sucedem, até que, em torno do meio-dia, o *Kommando Carolina*, comandado pelo *Kommandant Prinsloo*, investe e rompe o dispositivo britânico, sendo Warren mortalmente ferido, ai pelas 13:00 horas. A confusão implanta-se na tropa britânica para a definição de quem ficava no comando. Pior, o comando geral ainda interferia, quase como tradição no Exército Britânico, a partir de observações (com o emprego de uma luneta) de uma elevação situada a mais de quatro quilômetros de Spioenkop! Quando determinadas ordens chegavam por mensageiros, que se infiltravam penosamente até o topo da elevação, a situação de há muito havia mudado. Quase sempre tais ordens se

chocavam com a realidade e causavam graves transtornos, com suas marchas e contramarchas.

Em torno das 13:00 h, cerca de 200 dos *Fuzileiros de Lancashire*, no flanco direito (leste), se rendem, devido às pesadas baixas que vinham sofrendo e ao calor que lhes era insuportável. O colapso foi evitado pela chegada de reforços do *Regimento Middlesex* e do *Imperial Light Infantry*, o qual, inclusive, com o seu movimento, acabou por impedir o flanqueamento das posições britânicas pela tropa *boer* que arremetia pela encosta sul.

Ao final da tarde, mais reforços chegariam: o *Kings Royal Rifles*, sob o comando do Gen Burger. A superioridade numérica começava a pender para os britânicos, mas a cadeia de subordinação estava seriamente comprometida e a eles só restaria reajustar o dispositivo sob um comando presente e efetivo. Sem qualquer explicação, até hoje, surgiu a decisão de abandonar a posição.

A Artilharia *boer* martelava incessantemente a posição. A dimensão da confusão reinante entre os britânicos só pôde ser bem avaliada quando o Ten Cel Thomeycroft tomou a si a condução do retraimento, valendo-se da escuridão da noite, mas sem saber do sucesso que haviam colhido sobre Twin Peaks.

Os *boers* reocuparam a elevação logo no alvorecer e encontraram 322 mortos e muitos dos 563 feridos britânicos. 300 homens haviam sido feitos prisioneiros. No

total daqueles combates, os *boers* haviam tido 58 mortos e 140 feridos. Naquele dia foi estabelecido um *cessar-fogo* para que os mortos pudessem ser enterrados, o que acabou sendo realizado em rasas valas comuns, cobertas de pedras, tal a dureza do solo.

Mais uma vez, o General Buller falhara em uma manobra para libertar LadySmith. Os *boers* haviam rapidamente reconstituído sua linha de isolamento afastado. Este último fracasso determinará, logo após a liberação de LadySmith, a sua substituição no comando pelo General Lord Roberts, com o Gen Kitchner como seu Chefe de Estado-Maior. Estes chegam ao Teatro de Operações, em 14 de fevereiro, com mais reforços, os quais, aos poucos, ajudarão a reverter os fados.

Logo serão libertadas Kimberley e LadySmith (esta ainda pelo Gen Buller, em 28 de fevereiro de 1900). A liberação do cerco de LadySmith seria considerada o *ponto de inflexão* desta última guerra entre britânicos e *boers*. Dali pra frente, a vitória final britânica era só uma questão de tempo.

DE CERCADOS À VITÓRIA

Quando a guerra começara, em 11 de outubro de 1899, o governo britânico estava convencido de “*que estaria terminada por ocasião do Natal*”. Só faltou definir de qual ano.

1. Situação em Janeiro/
Fevereiro de 1900

O novo comandante designado para as tropas britânicas, Lord Roberts, acompanhado por seu Chefe de Estado-Maior, Lord Kitchener, chega à África do Sul com um objetivo inicial pré-traçado: liberar Kimberley do cerco e, então, capturar Bloemfontein com um contingente expressivo. Aprendendo com os fracassos de seus predecessores, quer evitar ao máximo ataques frontais, dando prioridade a ações altamente móveis. Com este desiderato, deverá haver preponderância de emprego de cavalaria, e um grande número de cavalos lhe é suprido. Ambos partem para o corte do Rio Modder, onde estão sendo concentrados 30.00 homens.

Enquanto isso, o Gen Buller, ainda no comando da frente sobre LadySmith, como já vimos anteriormente, fora barrado em Spioenkop, em mais uma tentativa de marchar sobre os *boers* que cercavam aquela importante guarnição.

Por outro lado, Mafeking (hoje Mafikeng), embora não passasse de uma vila, era outra importante localidade estratégica sobre a ferrovia, cercada, como Kimberley, desde 14 de outubro do ano anterior. Para lá se deslocara, espontânea e previamente, o Cel Robert Baden Powell, que iria enfrentar, quando atacado, uma desproporção de efetivos de 9 para 1, na defesa de um perímetro de 9 km. Para compensá-la, convocou os jovens de 9 a 15 anos para, com suas bicicletas, servir de estafetas e mensageiros para a distribuição do correio; logo eles

eram voluntários para servir de sentinelas e muitos outros serviços, demonstrando coragem diante do grande risco. Inspirado na atuação daqueles jovens, que tanto produziram pela decidida adesão a uma causa, ele foi levado, mais tarde, à criação do escotismo.

2. LADYSMITH, A VIDA EM UMA CIDADE SOB SÍTIO

Nada melhor do que acompanhar alguns trechos do diário de um dos moradores². A rigor, é interessante começar a leitura por alguns de seus cadernos mais antigos, para melhor entender a cidade¹:

- 1850, 11 de outubro: “A cidade foi hoje oficialmente proclamada “LadySmith”. (Explicamos nós: em homenagem a Lady Juana Maria de Los Dolores de Leon Smith, esposa do Governador da Província do Cabo, Sir Harry Smith, casada aos 14 anos com o militar, na Espanha, sua terra natal, por ocasião da campanha britânica contra as tropas de Bonaparte.)

- 1854, 12 de julho: “O bispo de Colenso veio à cidade junto com o contador-chefe do Senhor Governador. Nem eu tinha me dado conta de que já somos uma vila de 23 casas, uma Corte de Justiça, 2 hotéis, uma igreja calvinista, várias lojas, um acampamento militar, uma igreja anglicana e 102 moradores!”

- 1861, 26 de março: “Hans Don de Lange foi enforcado por ter matado um nativo... Knight e King abriram uma grande loja...”

No ano de 1885, muitos

eventos, dos quais destacamos:

- "... O proprietário esfaqueou o cunhado, que veio a falecer dois dias depois"; - "... cozinheiro doméstico começou um serviço religioso para nativos";

- "A ferrovia chegou à cidade(!)"; e...

- "...comerciantes muçulmanos estiveram na cidade".

- 1887, 23 de outubro - "Esta descoberta do ouro já está criando muitos problemas... O Secretário da '*Ladysmith Gold Minig*' já disse que está organizando uma tropa de '*Natal Carbineers*'."

- Lendo os registros de 1890, aprendemos que fora implantado um conjunto de prédios, fabricados com folhas de metal, para abrigar, não só soldados, mas também armas e munições, onde era o acampamento antigo;

- Nos de 1893, ficamos sabendo da construção do "*Town Hall*" e – vejam só – fora construída "uma fábrica que começara a suprir gás para a iluminação pública" daquela pequena cidade no interior da África (!);

- Viramos agora as páginas do caderno relativo aos anos de 1899/1900:

- Outubro:

Dia 2 – "Os '*Voluntários Navais de Natal*' chegaram ontem e hoje os '*Atiradores Montados da Fronteira*'... portanto, parece que vamos ter problemas em breve."

Dia 10 – "Está correndo por aí que o Oom" ("Old Man", ou "Velho" - Paul Kruger) deu um

ultimatum ao governo britânico para retirar as forças do país no prazo de 48 horas, ou vai haver luta".

Dia 11 – "Todo mundo passou uma noite de muita aflição sem saber qual seria a resposta do governo, mas não houve nenhuma... então, concluímos que deverá haver batalha em breve. Agora está explicado o incremento das tropas."

Ainda em 11 de outubro (provavelmente à tarde):... "confirmando o ultimato que nos deram, e não foram atendidos, os trekeers declararam guerra!"

Durante os primeiros dias da guerra declarada, ele vai descrevendo...

- as inúmeras unidades que chegam e que partem todos os dias: ... "há voluntários negros, a cavalo, vindos de Natal, por exemplo";

- as impressões e as atitudes de quem participa das primeiras ações: ... "já há gente vendendo cartões postais com imagens da guerra... Para muita gente (*tais fotos*) valem como um jornal"...

... "Esta tarde havia um grupo do exército enchendo um enorme balão redondo... Dizem que era teste"

Sábado, 21 de outubro: "Gente que veio de Dundee diz que nós tivemos tempos muito difíceis por lá e que o General Penn-Simons morreu."

Quinta-feira, 26 de outubro: O "Gen Yule chega, vindo da retirada de Dundee. A soldadesca veio caminhando desde lá, muitos sem sapatos, e estão todos no "bagaço".

Terça-feira, 31 de outubro: "Foi acordado um armistício para

recolherem feridos e enterrar os mortos, mas uma tremenda tempestade de poeira não deixou ninguém trabalhar”.

...“Um oficial foi levado a Corte Marcial hoje, por covardia e deserção durante os combates em Dundee e já foi destituído de sua Unidade. Interessante que isso só acontece quando se é derrotado. Parece que os comandantes querem arranjar explicação para os fracassos”.

Quarta-feira, 1º de novembro: “Dia de Todos os Santos. Não houve novidades. Parece que todos respeitaram o dia.”

Quinta, 2 de novembro:...”O último trem deixou a cidade cheio de mulheres e crianças, mais os Generais French e Yule. Tão logo eles partiram, os boers, às 2:30 da tarde, cortaram os fios telegráficos, a linha da estrada de ferro e destruíram as fontes de água”.

Seria por demais interessante transcrever outras partes deste diário, mas nos afastaríamos de nosso objetivo. Ficaríamos sabendo como famílias inteiras passaram a morar em grandes tocas cavadas no solo, para se abrigarem dos tiros intermitentes de canhão que levavam o desassossego à população; de como se estabeleceu um serviço de “Alerta, tiro de canhão!”, com vigias postados em cima de pilhas de caixas, os quais, ao perceberem a fumaça do disparo de um “Long Tom” davam o alarme, pois que a duração do trajeto da granada – aproximadamente 22 segundos – era suficiente para que todos se abrigassem. Saberiam das granadas de Artilharia ocas, lançadas pelos *boers* (mas cheias

de panfletos, chamando os britânicos de covardes por não virem a campo aberto dar-lhes combate); do racionamento de comida e de diversos outros artigos, do consumo de carne dos cavalos², das nuvens de moscas que penetravam na boca de quem comia, das mortes por diarreia (em maior número do que aquelas decorrentes dos combates ou bombardeios); conheceriam a tentativa dos *boers* de inundar a cidade, mediante a construção de uma barragem no rio, a jusante; dos nativos que, por infiltração, à noite, levavam e traziam correspondência e jornais, mantendo quase normal o serviço de correio para a Cidade do Cabo e adjacências! Conheceriam o resultado das partidas de *football* entre soldados escoceses e o time de natalenses, entre um arrebentamento e outro de granadas de canhão; acompanhariam a evolução quase que diária dos preços dos artigos, à proporção que iam escasseando.

Os leitores tomariam conhecimento da “Ordem N° 466 do Comando da Força” que rezava: “*Os veículos devem manter-se à esquerda, fazendo ultrapassagens pela direita. O número de mulas levadas a beber água não pode ultrapassar três e a velocidade limite esta restrita à do passo normal*”. Outras ali estão, bastante interessantes.

Mas não podemos encerrar este item sem comentar o que vai relatado por aquele habitante de Ladysmith sob cerco, ainda na jornada de 2 de novembro de 1899:

-“Uma ambulância boer veio à cidade trazendo feridos e uma carta do Cmt Joubert consultando sobre a troca de prisioneiros. Já que estavam aqui, aqueles boers compraram ‘goods’ nas lojas com moedas de ouro (!)”...

... “Descobriu-se, depois, que o condutor da carroça era um oficial de artilharia boer que aproveitara a excursão para descobrir alvos”.

De fato, segundo o seu relato, no dia seguinte, a Artilharia boer foi muito mais efetiva nos disparos contra depósitos de munição e prédios que eram sede de Comandos, não escapando nem o QG do General George White, comandante da guarnição ! Aliás, não foi poupada nem a inauguração do novo salão de jantar do *Royal Hotel*, “batizado” por um arrebetamento na hora prevista para a cerimônia – que por ter sido ligeiramente atrasada, poupou novos feridos para os cirurgiões. Os tiros estavam, realmente, com o repertório renovado e muito bem ajustados.

Mas nem tudo eram limitações e aflições. Notícias trazidas por nativos infiltrados, como as de 4 de dezembro – dando conta das vitórias britânicas contra o General boer Conje, no *Free State* – proporcionavam a programação de alegre partida de “*cricket*” para comemorar...

3. A LIBERAÇÃO DO CERCO A KIMBERLEY

Os moradores de Kimberley, como os de Mafeking, também passavam suas dificuldades.

Lord Roberts decide empregar sua Cavalaria, sob o comando do Gen French, para libertar Kimberley, objetivo duplamente importante, seja pela liberação de efetivos britânicos (sob o comando do Coronel R.G. Kekewich.) e de trecho da ferrovia, seja por abrir o prosseguimento para território inimigo. French contorna com rapidez o flanco esquerdo da posição do General P.A. Cronje à frente de Magersfontein, em direção a Kimberley. As forças boers ai estavam completamente inativas desde o início do sítio. Em 15 de fevereiro o cerco é finalmente rompido. Os boers retrocederam apressadamente na direção norte, enquanto milhares de britânicos invadiram o território do Estado Livre de Orange, ameaçando fracionar as forças do General Cronje.

O prosseguimento da ofensiva britânica tornou pouco seguras as novas posições de Cronje em Magersfontein, e ele teve de retrair mais uma vez. Mas o movimento vinha sendo consideravelmente retardado pela centena de carroções de que seus homens não abriam mão, além de condicioná-lo ao eixo que levava à água do Rio Modder, imprescindível para humanos e animais. Além disso, muitos tinham trazido consigo mulheres e crianças. Com isso, o Gen Cronje foi logo alcançado pelos britânicos, já que ele se negou a abandonar para trás a lenta coluna de seus carroções. Apesar desta proteção, muitas mulheres e crianças já tinham sido aprisionadas e algumas teriam triste fim nos campos de

concentração criados pelos britânicos³.

Em 17 de fevereiro, próximo a Paardeberg, o chefe *boer* percebe que sua rota de retraimento está cortada. Logo depois, seus carroções estão em chamas e ele está cercado por todos os lados. Em decorrência disso, seus homens cavam abrigos nas margens do Modder. A tropa do General French captura, logo na primeira noite, 540 prisioneiros – ai incluídos mais de uma centena com seus próprios cavalos - eles haviam abandonado o acampamento de Cronje. Muitas cabeças de gado e de ovelhas foram também recolhidas. Ainda que a situação se tornasse cada dia mais desesperada, os *boers* conduziam uma brava defensiva, sobretudo na jornada de 18 de fevereiro, quando impuseram pesadas baixas aos britânicos que tentavam desalojá-los.

A partir daquele dia, a ênfase passa para a numerosa Artilharia de Roberts, que mantém as posições inimigas sob bombardeio ininterrupto, até que, em 27 de fevereiro, só restava a Cronje render-se com os 3.000 homens que estavam cercados.

4. A OCUPAÇÃO DE BLOEMFONTEIN

A rendição de Conje fora um desmoralizante golpe para as forças *boers*. Após sua vitória em Paardeberg, Roberts prossegue sobre Bloemfontein, forçando sucessivos recuos do inimigo. Em 13 de março entra naquela capital abandonada. Roberts, então, decide ali fazer um alto durante algumas semanas para dar

descanso aos homens e para que a ferrovia para o Cabo - vital ao seu apoio - possa ser reparada.

Na frente de combate do Cabo, a marcha de Roberts para Bloemfontein configurara-se em séria ameaça para os *boers* que estavam em Colesberg e Stormberg – bem mais ao sul da capital - pois que eles poderiam facilmente ter seus eixos de retirada cortados, vindo a ser cercados pelo inimigo. A fim de evitá-lo, eles retrocederam para o Estado Livre de Orange. Em 28 de fevereiro de 1900, Colesberg é ocupada pelos britânicos, o mesmo acontecendo com Stormberg em 5 de março.

5. ENQUANTO ISSO, NA FRENTE DE NATAL

Uma série de pequenos combates, de 12 a 28 de fevereiro, conhecidos no seu conjunto como “*The Thukela Heights*” (“Batalha das Alturas do Tugela”), foram travados nas imediações de Colenso, direcionadas para a libertação de LadySmith. Neles o General Buller requereu de suas tropas uma dedicação inaudita, em situações limite, buscando sempre envolver as posições inimigas. Alguns nomes entraram para a história desta guerra e, mais ainda, para a história do próprio exército britânico. Basta lembrar que os embates pelo controle das elevações Cingolo, Monte Cristo, Hussar, Hart, Pieters, Wynne e Colenso Koppies, no conjunto de “*The Thukela Heights*”, fizeram parte, possivelmente, da maior refrega jamais travada pelo Exército

britânico até a Segunda Guerra Mundial. Considera-se, também, que até a guerra pelas Falklands, esta foi a maior batalha travada pelos britânicos no hemisfério Meridional.

Em 17 de fevereiro, o Gen Buller desencadeou sua quarta tentativa para aliviar LadySmith. Ele obteve sucesso em flanquear os *boers* pela esquerda e os repeliu na colina de Hlangwane, o que possibilitou o desembocar do combate sobre o platô de Pieters, em 23 de fevereiro. Inicialmente os *boers* obtiveram sucesso em deter o avanço dos britânicos, mas a superioridade numérica destes em canhões e tropas era inconteste e os *trekeers* tiveram que retirar-se.

É indispensável relatar, nesta ocasião, que a Artilharia britânica era um força poderosa no campo de batalha, mas normalmente mal utilizada por comandantes que não haviam se exercitado para empregar aquelas armas tão modernas (como, aliás, o combate de Colenso deixara bem claro). Surpreendentemente, em Pieters, Buller deixou que seus subordinados testassem o que consideravam um salto de modernidade na tática: concentrações de Artilharia pesada sobre o inimigo, coordenadas com a manobra, de molde a proteger e permitir o avanço da Infantaria. Foi um sucesso! Mas também foi a única oportunidade em que Buller se permitiu a um desses “laivos de condução de ações inventivas por um subordinado”...

A vitória em Pieters fora decisiva. A Artilharia britânica agora

pode cerrar sobre o dispositivo de cerco, ai abrindo, com seus fogos concentrados, importante brecha, logo aproveitada pela cavalaria de Lord Dundonald. A Infantaria, vindo logo atrás, ampliou a abertura e penetrou no dispositivo em várias direções, proporcionando a limpeza da área. Logo estava feito o contato físico com a tropa cercada.

Era o dia 28 de fevereiro. As estradas em direção ao norte encheram-se da poeira levantada pelos *boers* retirantes que aliviavam o cerco – ainda que um dos “*Long Tom*” (aqueles poderosos canhões *Creusot* 155 mm, que durante todo o cerco martelaram a cidade) ainda tivesse lançado uma última granada, como salva de despedida, antes de “atracar a palamenta” e partir. Em 1º de março LadySmith estava definitivamente libertada do cerco.

Com a ocupação de Bloemfontein e o alívio de Ladysmith, terminara a primeira parte da ofensiva britânica. Como Roberts, também Buller opta por dar um merecido descanso de algumas semanas para as suas tropas, aproveitando para recompletar níveis de suprimento e restaurar as linhas férreas danificadas para Durban.

Por outro lado, aproveitando-se da trégua que não pediram, analisando as razões e os efeitos de suas derrotas em Natal e no Estado Livre de Orange, os chefes *boers* adotaram, aos poucos, uma nova estratégia, a qual exploraria a ação de *kommandos* móveis, montados, os

quais seriam usados para empreender guerra de desgaste em largas frentes e grandes profundidades. Posições defensivas só seriam adotadas esporadicamente, por prazos suficientemente curtos, para evitar desfavoráveis engajamentos em posição. Os britânicos seriam sempre atacados pela retaguarda, pois que nestas condições, seriam melhores as condições de sucesso. Dali em diante, decidiram, “os *'kommandos'* mover-se-iam tão rápido que os britânicos nunca estariam bastante certos de onde procurar por eles”.

6. DE BLOEMFONTEIN A PRETÓRIA

a. O General Roberts Retoma a Ofensiva

A segunda fase da segunda ofensiva britânica consistiu em uma marcha ao longo da estrada de ferro principal de Bloemfontein até o norte. Várias colunas britânicas protegeriam a coluna principal do Roberts de ataques de flanco pelos *boers*. O total de efetivos beirava os 100 000 homens, enquanto Buller, com seus 50 000 combatentes, começaria uma ofensiva em Natal para unir-se às forças do Roberts no Transvaal.

As planícies do Estado Livre de Orange não proporcionavam boas posições para que os *boers* barrassem a progressão britânica. Em 12 de maio de 1900, eles entram em Kroonstad, que passara a servir como capital, desde a evacuação de Bloemfontein. Logo após, o governo de Estado Livre mudou-se para Heilbron.

Devido ao continuado avanço das colunas britânicas, o *boers* decidiram que os *kommandos* do Transvaal retirar-se-iam fazendo frente ao avanço do britânicos, enquanto a população do Estado Livre retirar-se-ia, desafogada, para o leste.

b. A Tomada de Johannesburg

Ao se dirigir para o norte, Roberts experimentou pouca oposição. Suas forças começaram a cruzar o Rio Vaal no dia 27 de maio. No dia 29, os *boers* tentaram deter seu avanço ao sul de Johannesburg. Eles, contudo, logo tiveram que abandonar suas posições, assim que o inimigo iniciou uma perigosa manobra de flanco – aquela, por excelência, adotada por Roberts desde que assumira o comando. No dia 31 de maio, Johannesburg era ocupada pelas forças britânicas.

c. A Marcha sobre Pretoria; o começo do fim

O General Roberts estava convicto de que se Pretoria caísse, os exércitos republicanos deporiam suas armas. Destarte, ele não se demorou em Johannesburg.

Por outro lado, Botha, que sabia que não podia travar combates em posição contra o exército profissional, decidira não estabelecer posição defensiva na cidade e, em 29 de maio, determinou a retirada de seus comandos postados ao longo da ferrovia para o porto de Delagoabay (Lourenço Marques, hoje Maputo). Em decorrência desta providência, na

mesma oportunidade, o presidente Paul Kruger deixou Pretoria. Em 21 de outubro ele embarcaria para a Europa na belonave holandesa “*Gelderland*”, especialmente enviada pela rainha Guilhermina para acolhê-lo. Da Holanda ele trasladar-se-ia para a Suíça, onde viria a falecer em 14 de julho de 1904, sabedor da derrocada total de seu sonho de mocidade – o Transvaal independente.

Em 5 de junho de 1900, o General Roberts entrou numa Pretoria praticamente desabitada e presumiu que a guerra estava terminada. As forças republicanas, contudo, estavam longe de pretender se render.

No Estado Livre, por exemplo, os *boers* vinham obtendo espantosos sucessos, como o alcançado na batalha de Biddulphsberg e aquele em que forçou a rendição da guarnição britânica de Lindley. O General *boer* De Wett, se conscientizando da importância da ferrovia como eixo de abastecimento para os britânicos no norte, começou a focar sua atuação sobre a linha da estrada de ferro. Em 7 de junho 1900 ele atacou Estação de Roodewal, onde uma quantia grande de material estava sendo estocada. Esta retenção logística era causada pela destruição das pontes de estrada de ferro pelos comandos *boers*. De Wett apoderou-se dos materiais e escondeu-os. Em função desta ação, durante muito tempo seu *kommando* ainda valeu-se desta fonte de provisionamento.

É interessante lembrar uma conduta que sempre beneficiava os

boers em relação aos britânicos. Nas frações inglesas de Infantaria Montada, de cada quatro combatentes, um deveria ficar de guarda-cavalos, com ambas as mãos ocupadas, segurando as rédeas do seu cavalo e de mais três companheiros. Já entre os *boers* nenhum homem válido ficava fora do combate, simplesmente porque os animais deles eram treinados para permanecerem no local onde eram deixados, com as rédeas no pescoço, sem se assustar com os tiros.

As ações do General De Wett no Estado Livre levaram Roberts a concentrar várias forças britânicas de porte no leste de Orange. Estas forças canalizaram os *boers* para as montanhas em Fouriesburg. Aí eles foram, finalmente, cercados pelos britânicos. Embora cerca de mil homens tenham conseguido se exfiltrar através das linhas britânicas, 4.000 *boers*, comandados pelo General M. Prinsloo (o mesmo que fora tão decisivo em Spioenkop, à frente do *kommando Carolina*) foram forçados à rendição. A captura de Prinsloo - como já ocorrera quando da prisão de Cronje - teve um efeito devastador no moral dos *boers*.

Em um esforço para deter De Wett, Roberts determinou vários *raids*. Nenhum destes foi bem sucedido, simplesmente porque ele se *valia* muito bem do emprego do tempo, deixando sempre os britânicos, que estavam no seu encalço, a um passo da posição dele anteriormente ocupada.

Quando os *boers* se recusaram a se render, mesmo após a captura

de Pretoria, Roberts teve que continuar a guerra pela ocupação do resto do Transvaal. No leste, norte e oeste de Pretoria ainda existiam *kommandos boers* que tiveram que ser subjugados.

Em 11 de junho, na batalha de *Donkerhoek* ou *Diamond Hill*, os *boers*, sob as ordens de Botha, mantiveram suas posições mas, devido à marcante superioridade numérica britânica, tiveram que retroceder.

A ameaça de cerco, que o avanço de Buller proporcionava, vindo de Natal, fez Botha retirar-se para leste, ao longo da linha férrea. Em agosto, os homens de Buller acabam por juntar-se com aqueles de Roberts. Em 21 deste mês, os *boers* vão, novamente, dar batalha aos britânicos. O combate de Dalmanutha só vai findar depois de 27 de agosto, quando os *boers* retiram-se do combate. Este foi o último combate convencional da guerra. Em 24 de setembro de 1900, todo o Transvaal ao sul da estrada de ferro para o porto de Lourenço Marques, estava sob dominação britânica.

Mafeking tivera seu cerco aliviado pelos britânicos em 17 de maio de 1900. Durante 217 dias Baden-Powell defendera a cidade, resistindo ao poderoso cerco imposto pelos Boers. Ele era agora um herói militar conhecido em toda a Inglaterra. Com este retumbante sucesso, foi promovido a General com apenas 43 anos de idade (O mais novo do Império!).

d. O último esforço *Boer*

O Gen Botha decide invadir pela segunda vez a província de Natal. Ele reúne da ordem de 1.000 remanescentes dos *kommandos* Bethal, Middelburg, Ermelo, Carolina e Standerton em Blaauwkoop, próximo a Ermelo. Parte, então, pela chamada "*via Piet Rief*" (eixo tradicional de infiltração *boer*) em direção ao seu objetivo. À proporção que marcham, a eles vão se juntando antigos *kommandos* de Wakkerstroom, Utrecht e Vryheid, o que elevou o efetivo para perto de 2.000 homens!

O plano geral de Botha era irromper pelo norte da província, desestabilizando o controle britânico sobre a área e, a partir daí, juntar-se às forças do Gen Jan Smuts, o qual já percorria a Colônia do Cabo.

Em 17 de setembro sua presença é detectada pela inteligência britânica em *Blood River Poort* (um *desfiladeiro*), poucos quilômetros ao norte da estrada Dundee - Vryheid.

Alguns carroções britânicos deveriam chegar a Dundee, vindos de Vryheid, o que preocupou o Comandante da guarnição, Cap Gough. Ele parte com duas companhias de Fuzileiros Montados que deveriam se opor aos 300 boers relatados. Na verdade, sabemos que eles eram em muito maior número, e os britânicos são surpreendidos, logo após penetrarem no *desfiladeiro*, pelo envolvimento de outro tanto pela retaguarda. As baixas foram pesadas para um combate de apenas 10 minutos: 44 mortos e 241 feitos prisioneiros. É sabido que a tropa

de Botha não podia conduzir ou guardar prisioneiros – nem tampouco agia como os zulus, “liberando os espíritos”!... Eles são abandonados sem calças e sem botas no dia seguinte, na estrada para Vryheid.

As tropas de Botha infletem, agora, para o sul, atingindo Babanango em 24 de setembro. Devido à priorização das condutas no Transvaal, os britânicos só dispõem na província de um destacamento da 5ª Div de Infantaria Montada para cobrir a fronteira norte. Seu comandante recebera informações, em 23, de que sua Unidade estava na rota do avanço de Botha. Monta posições na crista militar do morro Itala e com 220 militares vai se postar na base da elevação, articulando a defesa com outros 148 no Fort Prospect – uma posição construída a base de grande muro de pedra.

Botha divide seus homens em três colunas: a 1ª, sob o comando de um de seus irmãos, Chris (800), e a 2ª com experientes *kommanders* (600), atacarão, respectivamente, a crista e a base da elevação; a 3ª (400 homens) atacará a fortificação. Aproximadamente à meia-noite de 25, sob uma lua cheia que ilumina o campo com perfeição, os defensores detectam os primeiros movimentos atacantes e, quando eles estão a 100 metros da posição, os surpreendem com intensa fuzilaria. Ainda assim, após 5 horas de variadas manobras, os boers desalojaram os 14 britânicos que ainda podiam se locomover no alto morro. Às 6h há uma inquietante

pausa no combate. O médico britânico decide ir até o topo para tratar de eventuais feridos, mas é aprisionado e instado a tratar dos feridos de ambos os lados. Dois canhões de 15 são capturados, mas já sem munição.

Às 5h da tarde do dia seguinte, após um combate quase que incessante, com o Maj Champan, Cmt do destacamento, gravemente ferido, tudo parecia perdido. Já havia a decisão de rendição, quando, repentinamente, Botha suspende o ataque e retira-se. Vai reforçar as ações sobre o Fort Prospect, que se desenrolam desde às 4h30 da manhã. Preocupa-se com o já elevado número de baixas – 128 mortos e mais 21 gravemente feridos. Acaba por suspender todos os ataques, pois tem certeza de que a sua posição já está revelada e poderá sofrer ações de grandes efetivos britânicos.

Esta será uma constante. Botha, à vista do que acontecera com Conje e outros chefes importantes, não acha conveniente ficar engajado muito tempo. Como ele dizia, as notícias de sua presença “*correm com o vento e os tiroteios atraem atenções adversas*” ...

Ele ainda executaria vários e desgastantes *raids* contra contingentes britânicos, causando intranquilidade e o maior número possível de baixas.

e. A guerra chega ao fim

Em breve todas as cidades importantes do Transvaal Ocidental cairiam em poder dos britânicos. Os *boers*, agora, de caçadores haviam

passado a caça, não podendo fixar-se em ponto algum, manobrando sempre em ambiente de guerrilha, atacando e refluindo por um terreno que conheciam muito bem. Aos britânicos, contudo, sobravam efetivos profissionais e meios abundantes.

Em um esforço para estancar a guerrilha *boer*, os britânicos queimaram as quintas, fazendas e as colheitas deles, reimplantando o princípio de terra arrasada. Os guerrilheiros voltaram-se, então, contra as povoações dos nativos, forçando-os a participar das lutas, confundindo os britânicos sobre o número, a localização, e os verdadeiros combatentes que se lhes opunham.

Os britânicos durante a guerra desenvolveram os primeiros campos de concentração jamais imaginados em conflitos anteriores, onde aprisionaram cerca de 22.000 mulheres e crianças em condições precárias. Ao final da guerra, 2.700 delas haviam morrido por subnutrição e/ou doenças. Os prisineiros boers foram encarcerados em dezenas de campos, junto com os seus trabalhadores negros, sem alimentação suficiente, nem cuidados médicos.

Por outro lado, muitos *afrikaaners* foram chamados pejorativamente por seus compatriotas de “colaboracionistas” (“*joiners*”), “mãos ao alto” (“*hensoppers*”, em afrikaans, ou “*hands-uppers*”, em inglês) ou “derrotistas” (os “*bittereinders*”, em afrikaans, ou “*bitter-enders*”, em inglês, ou seja, “os que preferem o fim amargo”). Era o grupo que julgava que já era hora de

entrar em um acordo com os britânicos. Tentando não se afastar de seus amigos, prosseguiram com a resistência ainda por mais um ano, ao fim do qual, os “*bittereinders*” finalmente perceberam que a nação *boer* seria completamente destruída se eles persistissem na luta e assinaram a paz em Pretória, em 31 de Maio de 1902 - Tratado de Vereeniging. Por este documento, as repúblicas rebeldes foram incorporadas ao Reino Unido, com certa autonomia administrativa e, em 1910, juntar-se-iam às colônias do Cabo e de Natal para constituir um Estado de estrutura federal: a União Sul-Africana (USA).

Ainda pelo tratado, os *boers* tiveram seus direitos políticos reconhecidos e a Coroa Britânica concordou em assumir suas dívidas provenientes da guerra e indenizá-los por todas as perdas decorrentes do conflito (em um montante de mais de três milhões de Libras esterlinas). Os súditos de origem batava ficavam com um estatuto legal especial, uma vez que o “*afrikaans*” ainda não era reconhecido como língua distinta.

Outra provisão do tratado era que os pretos nativos não teriam direito de voto, excepto aqueles residentes na Colônia do Cabo. A administração britânica ainda tentou a “domesticação” dos *boers* através da educação obrigatória em Inglês, mas o plano apenas resultou em ressentimento por parte dos *boers* e acabou abandonado quando os Liberais tomaram o poder na Grã-Bretanha, em 1906. Em 1925 o *afrikaan* viria a ser reconhecido como um dos idiomas oficiais da USA.

Em toda a guerra, o efetivo empregado pelos britânicos chegara a 365.693 homens, enquanto os *boers* jamais ultrapassaram os 88.000.

f. E o que ficou desta guerra?

Esta campanha entre britânicos e *boers*, é certo, será sempre lembrada pela introdução dos “comandos” no combate moderno. A necessidade de missões profundas na zona de retaguarda do inimigo ou no interior do país adversário, o combate em situações adversas de efetivos, sempre levarão o militar cioso de suas obrigações a continuar combatendo com frações deste tipo.

A Artilharia saiu engrandecida pelo reconhecimento de que seu apoio não pode ser esquecido no campo de batalha, quebrando as defesas inimigas e atuando sobre o seu moral e economizando vidas de nossos combatentes. É a partir do combate de Pieters que se fixa a tática de apoio direto da Arma ao movimento da Arma Base. Por outro lado, esta guerra determinou o fim do emprego de canhões em primeiro escalão, sem massa cobridora interposta entre eles e o inimigo. Quem manteve aquela prática continuou a desperdiçar homens e materiais. Por outro lado, vedada a visada direta sobre os alvos, a partir da batalha de Colenso, instituiu-se a pontaria indireta das peças e baterias.

Firmaram-se conceitos sobre emprego de balões e das ferrovias; das granadas ocas para lançar panfletos de propaganda, em campanhas de

Operações Psicológicas; de holofotes potentes para a iluminação indireta do campo de batalha (eles foram distribuídos aos ingleses, com geradores próprios, em pleno campo).

O telégrafo foi intensamente empregado – inclusive por cabo submarino. Os “heliógrafos” – dispositivos que aproveitavam a luz solar para transmitir mensagens por código – foram uma forma de telegrafia sem fio, à época.

Infelizmente, também ficaram as imagens tristes de velhos, mulheres e crianças sendo removidos em vagões de carga para “campos de concentração”, como gado humano. Fotografias de crianças esqueléticas em uma terra rica, que fora de seus pais e aonde elas vinham brincando livremente até pouco tempo atrás

FONTES PESQUISADAS

- Anotações de viagens do autor aos campos de batalha na África do Sul, acompanhado de guia habilitado em História Militar Sul-africana, 2005.
- Anotações feitas no Museu de LadySmith, KwaZulu-Natal, RSA, 2005.
- Anotações colhidas no Museu das Forças Armadas, Johannesburg, Gauteng, República da África do Sul, 2005.

BIBLIOGRAFIA

WATT, Steve. **The Siege of Ladysmith**. Randburg, RSA: Ravan Press, 1999.
BOURQUIN, S. B. & TORLAGE,

Gilbert. **The Battle of Colenso**, Randburg, RSA: Ravan Press, 1999.
BELFIELD, Eversley M. **The Boer War**. Hamden, RSA: Archon Books, 1975.

JOHNSON, R. W. **South Africa – The First Man, The Last Nation**. Great Britain: Weidenfeld & Nicolson, 2004.

CHURCHILL, Winston S. Sir. **The Boer War: London to Ladysmith Via Pretoria**; Ian Hamilton's March. New York: W. W. Norton, 1989.

CLODFELTER, Micheal. **Warfare and Armed Conflicts**. Jefferson, N. C. McFarland, 1992. 2 vols. Volume One - **South African** (Second Boer) *War: 1899-1902*, pp 357-362.

DE WET, Christiaan Rudolf. **Three Years' War**. New York: Scribner's Sons, 1902.

KAIGHIN, Brian. **A Diary of The Siege of Ladysmith**, Pietermaritzburg, RSA: Teeanem Printers, 1999.

FARWELL, Byron. **The Great Anglo-Boer War**. New York: Harper & Row, 1976.

LATIMER, Jon. Talana Hill – Opening Shots of the Boer War, *in* Revista **Military History**, outubro de 1999, pg 54.

- Sites consultados: (dentre vários)
- <http://www.chirundu.com/history/images>

- <http://www.anglo-boer.co.za/images/photos/britpeople>

- <http://www.britishbattles.com/first-boer-war>

- <http://www.militaryphotos.net/>

- <http://samilitaryhistory.org/> (da Sociedade de História Militar da RSA)

- http://en.wikipedia.org/wiki/Siege_of_Mafeking

- <http://samilitaryhistory.org/>(da Sociedade de História Militar da RSA)

NOTAS

¹ Extraído da transcrição que vai em "*A Diary of the Siege of Ladysmith*", de Brian Kaighin.

² Os britânicos empregaram mais de 500 mil cavalos durante a guerra, dos quais perderam da ordem de 370 mil fora de combate(!) por problemas de doenças, pasto insuficiente ou falta de água, exaustão – em certos momentos – e acidentes. Talvez nunca tenham imaginado que teriam que sacrificar um bom número para alimentar a população e os soldados sitiados.

³ Esta guerra viu surgir, pelas mãos dos britânicos, os campos de concentração. Neles vieram a sucumbir, devido à inanição e aos maus tratos, mais de 20.000 *boers*, sendo 2.700 só de mulheres e crianças.

A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA – A OFENSIVA DE 1866

Gen Div Med Aureliano Pinto de Moura (*)

1. INTRODUÇÃO

A ofensiva paraguaia

A guerra foi iniciada, por Solano Lopez, com a invasão de Mato Grosso, em dezembro de 1864, como uma operação preliminar. Posteriormente invadiu o Rio Grande do Sul, em 10 de junho de 1865. Quanto ao seu plano estratégico ninguém até hoje conseguiu conhecer, realmente. Lopez não dividia, as suas idéias, com ninguém. Tudo o que existe são conjeturas, dos estudiosos do assunto.

Após o sucesso em Mato Grosso, Lopez iniciou a sua ofensiva, no teatro de operações do Sul, invadindo o território argentino, com duas colunas. Uma invadindo Corrientes, bordejando o Rio Paraná, com cerca de 20.000 homens, sob o comando do General Robles e a outra pelo tenente-coronel Antonio De La Cruz Estigarribia, com cerca de 10.000 soldados, atravessando território missioneiro até atingir San Thomé, nas margens do Uruguai. Neste ponto, cruzou o rio, entrando em São Borja, em território brasileiro. As duas colunas marcharam separadas por um terreno difícil, onde se destaca a Laguna Iberá, e tendo à sua retaguarda o Rio Paraná.

Para alguns estudiosos, a

(*) O autor é Presidente do IGHMB

intenção de Solano Lopez seria, juntar-se com Urquiza e marchar sobre Buenos Aires, o seu objetivo maior. Esta intenção não justificaria a invasão do Rio Grande do Sul. Além do que, com o domínio do Rio da Prata, pela Esquadra brasileira, um ataque a Buenos Aires seria muito difícil. Não seriam os seus 30.000 soldados capazes de tamanha façanha.

A outra hipótese, que se levanta, seria a invasão do Rio Grande do Sul, com o objetivo de atingir a República Oriental do Uruguai, passando pelo território gaúcho. A marcha até Uruguaiana teria sido realizada, segundo Garmendia, apenas em busca de suprimento, para o prosseguimento das operações, em direção ao Alegrete. Lá, Estigarribia deveria esperar por Lopez, que assumiria o comando das tropas, afirmou Centurión.

Conforme Resquin, pela sua missão deveria seguir até Santa Lucía e aguardar as ordens de Solano Lopez, que chegaria com mais 22.000 soldados. A rendição de Estigarribia, em Uruguaiana, teria jogado por terra essas hipóteses. Não havia mais nada a fazer do que retrair para território paraguaio e esperar a ofensiva aliada.

Também é uma incógnita o fato de Resquin não ter se movido para socorrer o major Pedro Duarte, diante das tropas de Venâncio Flores, reforçadas pelos soldados de Paunero.

Para Tasso Fragoso, a direção dada à guerra foi “*o atestado mais eloqüente da sua inépcia*”, como general, referindo-se a Solano Lopez.

O que se passou na cabeça de Lopez, durante esse período persiste como um mistério indecifrável.

As tropas aliadas

Para Tasso Fragoso, o Brasil foi “*pego de surpresa, com o seu exército permanente reduzido; com as suas reservas sem experiência e adestramento para o combate*”. Mas a história não mostra os fatos dessa maneira.

As tropas de Mato Grosso não estavam em condições de barrar as forças paraguaias, mesmo após a chegada de reforços. Pouco podendo fazer.

Naquele momento, a única tropa, em condições de combate, estava no Uruguai, sob o comando de Osório. Para atender a situação crítica, forças aliadas foram movimentadas para Uruguaiana, para juntar-se às tropas do conde de Porto Alegre.

Após conquistar e saquear São Borja, Itaqui e ocupar Uruguaiana, Estigarribia foi isolado, levado a render-se, por não ter mais condições para manter-se.

Após a retomada de Uruguaiana, os aliados levaram, os seus exércitos para a região Candelária, de onde partiram em direção ao norte, para obrigar o inimigo retrair para seu território, e preparar a invasão do Paraguai. Mas isso não foi necessário. Resquin já havia tomado a iniciativa de

retornar ao Paraguai, levando consigo todo o gado que encontrou.

Enquanto os aliados marchavam em direção a Corrientes, Solano Lopez preparava-se para recebê-los, na margem direita do Paraná.

Para os aliados foi uma longa e sofrida marcha, por difícil território, alagado pelas chuvas e de poucos recursos aproveitáveis pelas tropas.

O exército de Osório iniciou a marcha com 13.000 homens e chegou em Corrientes com 33.000 soldados, em função de efetivos recebidos. Em grande parte sem nenhuma experiência militar. Tal fato obrigou Osório completar e organizar as suas tropas, instruindo e adestrando os soldados preparando-os para o combate, sem perda de tempo. Ao mesmo tempo em que providenciava os preparativos para a travessia do Paraná.

2. PREPARANDO A DEFESA

Enquanto os aliados preparavam a invasão, Solano Lopez não ficou inativo. Executou várias incursões na margem direita do Paraná. Escolhia gente apropriada e mandava-as em canoas ou vapores para a outra margem do rio onde atacavam os piquetes de vigilância, aliados. Mantinha, desta maneira, contínua inquietação. O seu grande erro foi abusar da iniciativa, algumas vezes mais parecendo um verdadeiro ataque, cujos resultados, não foram totalmente favoráveis.

Segundo Thompson, nos primeiros dias de dezembro de 1.865, quando passeava a cavalo até Itapirú,

Solano Lopez ao avistar alguns soldados, do outro lado do rio, ordenou fazer fogo, com um canhão, que não conseguiu atingir o alvo. Mandou, então, uma canoa, com doze homens, que desembarcaram, trocaram tiros com o inimigo, colocando-os para correr e retornando para a margem direita do rio.

Segundo Rio Branco, durante o mês de dezembro, pequenas forças paraguaias desembarcavam na margem correntina, pouco guarnecidas. Travavam o combate, com os piquetes de vigilância e retornavam, à margem direita do rio. A tropa empenhada cada vez mais, foi crescendo o seu efetivo, chegando a 800 homens, usando cerca de 20 canoas e lanchões, providos de foguetes à *congrèves*. Com os quais se aumentaram as perdas e os resultados não foram compensadores.

Em 31 de janeiro, Solano Lopez fez realizar a mais séria das incursões. Aumentou o efetivo empregado, usando 250 homens, em primeiro escalão. A operação foi apoiada pela artilharia desdobrada na ilha em frente à Itapirú. Lopez não esperava que Mitre houvesse tomado medidas preventivas. Desdobrara-se a 2ª Divisão de Buenos Aires, sob o comando do coronel Conessa, com dois canhões calibre 6, na espera de nova incursão. A tropa argentina, de guardas nacional, não tinham a mínima experiência de guerra. Durante o deslocamento, marcharam em algazarra, denunciando-se ao inimigo. Após um violento combate, os

paraguaios abrigarem-se na mata, junto à margem do rio. Mas neste momento receberam reforço 200 soldados. O combate prosseguiu, com os argentinos reforçados por lanceiros.

Sem esperar Conessa percebeu a chegada do Coronel Díaz, à frente de 700 homens. Foi salvo, às 19.00 horas, pela ordem de retirada. Os paraguaios abrigaram-se na mata, próxima da margem do Paraná, onde pernoitaram. Na manhã seguinte retornaram ao Paraguai, deixando cerca de 700 mortos e nove prisioneiros.

3. PREPARANDO A INVASÃO

Em fins de dezembro de 1865, o exército aliado estava estacionado, em Corrales, na margem esquerda do Paraná, a leste de Corrientes. Brasileiros junto à Lagoa Brava; orientais junto ao arroio Yaguari nas proximidades de Itatí; e os argentinos mais ao leste, nas cercanias de Tala-Corá. Faltava preparar e executar a invasão. Era inevitável que fosse uma operação demorada.

O terreno

O terreno a ser enfrentado, tão logo os aliados realizassem a travessia para o território inimigo, tinha o rio Paraguai ao Oeste e o Paraná ao Sul, tendo no encontro das águas as Três Bocas, como é conhecida a confluência dos dois rios. Ao Leste os esteiros Cambá, Yacaré e Ñheembucú e o arroio Yabebyry. Ao Norte o Rio Tebicuarí.

Terreno plano, descampado, coberto de gramíneas e onde se encontravam os mais impenetráveis

esteiros somados a muitas lagoas formando obstáculos naturais, que só davam passagem pelos passos (Passo Sidra, Passo Pucú, Passo Carreta, Passo Rojas).

Próxima à foz do Paraguai, há uma lagoa, não muito distante do local de desembarque aliado. Na margem direita, do Paraná, pouco acima da foz do Paraguai, existe uma ponta que se levanta, onde foi construído o forte de Itapirú. Daí a margem segue para o norte, deixando a ilha de Santa Ana à direita.

O caminho entre Itapirú e Passo da Pátria, cortado por lagoas (Yuquiry, Pasopé e Carajá), quando as águas crescem e transbordam, só permite a passagem, em canoa ou na cola do cavalo, a nado. “*Nenhum outro caminho se pode abrir por serem numerosas e profundas as lagoas*”, afirma Thompson. Uma trincheira, com onze pés de largura e seis de profundidade, foi construída barrando um caminho permanente, ainda existente, que parte da margem do rio, próximo ao arroio Atajo, e segue à margem do Paraná, em direção a Itapirú e Passo da Pátria.

A um quilômetro ao sul de Itapirú um banco de areia conhecido como Ilha da Redenção (ou Cabrita), banco Purutué ou Itapirú, para os paraguaios. No ângulo de junção dos rios, os navios os aliados estariam livres para varrer o terreno pelo fogo, limpando a região para o desembarque.

O Forte de Itapirú

Pequeno forte, quadrado de pedras, com 100m por face, sobre um

barranco de 30 pés de altura, de frente para o Rio Paraná. Foi artilhado com cinco peças, retiradas do Jequitinhoha. Ao seu lado direito, um terreno baixo e alagadiço, com pouco mato. À esquerda, é coberto pela ilha de Santa Ana, paralela à margem, com uma légua de comprimento. Entre esta ilha e a margem, uma pequena ilhota, além da Ilha Cabrita.

Preparando a travessia

A falta de meios flutuantes foi uma realidade superada pela construção, pela aquisição ou pelo arrendamento, dos mesmos. Tornou-se necessário reunir, à margem do rio, todo o material indispensável à operação. Fosse construindo, adquirindo ou fretados. Paralelamente necessário o planejamento das medidas a serem adotadas na operação de travessia, para que não houvesse fracasso. Corrientes tornou-se a base de operações, para a execução da travessia. Apesar de que foi necessária muita improvisação.

A cada dia, novos efetivos foram chegando à Lagoa Brava, para integrar-se à tropa veterana. Tudo demandando tempo e trabalho, até a data da invasão que só foi acontecer, em 16 de abril de 1866, dando início à ofensiva aliada.

O território, à frente, totalmente desconhecido, exigia um meticoloso reconhecimento e planejamento.

O Almirante Tamandaré, Comandante da Esquadra, permanecia em Buenos Aires tratando da estratégia naval e da logística, deixando com o

Almirante Barroso, o emprego da força.

Não havia, nas forças aliadas, unidade de comando, ou mesmo um estado-maior conjunto, para coordenação das operações. A operação de travessia foi atribuída à Comissão de Engenheiros, sob o comando do tenente-coronel José Carlos de Carvalho. Uma operação do vulto e complexidade.

O território paraguaio, à frente, era totalmente desconhecido, impondo-se um reconhecimento meticuloso, não só do rio, mas também da sua margem direita, visando escolher o melhor local para o desembarque.

Carlos de Carvalho, em Corrientes, iniciou os seus trabalhos, com a instalação de uma oficina para a construção de barcos de modelo francês. Por ordem de Osório foi a Buenos Aires entender-se com o Ministro Otaviano para dar-lhe conhecimento da situação. Até janeiro de 1.866, só havia conseguido dez canoas e efetuado a compra de outras três. Só em Buenos Aires poderiam ser construídas balsas, com pontes levadiças, que permitissem o transporte da artilharia, dos animais e carretas.

A partir de fevereiro começou a reunir em, em Corrales, o material adquirido, em Buenos Aires e em Montevideu. Ali foram reunidos: vapores, canhoneiras, chatas, balsas, canoas, batelões, pontões de goma elástica (com um vapor para rebocá-las). Além dos barcos, de modelo francês, construídos na oficina criada por Carlos de Carvalho. Esperavam-

se, outros dois vapores de transporte de tropa que iriam se somar ao *São Paulo* fretado, pelo Exército, além de outros dez batelões, que viriam juntos. Tamandaré colocou a disposição quatro pequenos vapores da esquadra e quatro chatas.

Argentinos e uruguaio foram designados para a segurança da região. Enquanto Osório se preocupava com o adestramento da tropa brasileira, para a invasão.

No mês seguinte, Carlos de Carvalho fez um relato a Osório, das condições possíveis para a travessia.

Em Corrientes, foram construídas: 50 canoas (1.250 homens), dois batelões (240 homens) e seis balsas com ponte levadiça.

Também em Corrientes, foi instalada uma oficina para fabricação de *cartuchames*, sob a direção do Tenente Américo de Vasconcelos. Até o início de 1.866, já haviam sido produzidos 138.000 cartuchos para infantaria pesada; 178.000, para infantaria ligeira; 1.041.000 cápsulas de fulminante; 410.000 cartuchos para a cavalaria e 330.000 para pistola.

O suprimento de viveres constituiu um sério problema, pela dependência de fornecedores contratados a preços (das etapas) exorbitantes.

O apoio de Saúde não ficou atrás. Um sério problema para Osório, apesar dos depósitos estabelecidos e do hospital instalado em Corrientes.

O nível de segurança, para os suprimentos, estabelecido, por Osório, foi 8 dias. Mas Mitre, que dependia em

parte de Osório, estabeleceu em 15 dias ou mesmo em 30 dias, para cada corpo argentino.

Em 21 de março, Carlos de Carvalho declarou-se em condições de realizar a travessia, em vagas de 8.000 homens. Precavendo-se, Osório ordenou que a munição, em reserva, permanecesse embarcada.

A foz do Paraguai foi bloqueada pela 2ª Divisão Naval, enquanto a 1ª e a 3ª foram desdobradas em linha de batalha, frente a Itapirú. Eram ao todo 18 canhoneiras e quatro encouraçados, com 125 canhões. Nas Três Bocas Mitre iniciou a preleção expondo a importância do reconhecimento *“no Rio Paraná, acima das Três Bocas, para escolher uma posição na margem direita do rio e no flanco esquerdo do Paraguai, onde pudesse efetuar com segurança o desembarque das forças aliadas.”* Todos os demais se manifestaram sobre o assunto.

Tamandaré afirmou que atravessaria *“o exército sem perder um homem, empregando algumas canhoneiras e chatas pertencentes à Esquadra mais algumas balsas e canoas do Exército. Passaria de um só golpe de 8 a 10 mil homens, postando o Exército Imperial, do outro lado do rio, em um só dia. Uma vez desembarcado, o Exército Imperial ganharia espaço enquanto a Esquadra destruiria os fortes da margem direita do Paraná e a esquadra paraguaia”*.

Mitre, por sua vez, lembrou que cabia ao almirante Tamandaré,

como comandante da força naval, a iniciativa do plano de travessia do Paraná. No que retrucou o almirante *“estar a Esquadra brasileira em condições de destruir todas as fortificações paraguaias, do Passo da Pátria até Assunção, mas a necessidade era de um plano de ação conjunta entre a força terrestre e naval”*. Depois de muita discussão, ficou decidido um reconhecimento, na região de Itatí, no Alto Paraná.

Dia 27 Flores e Hornos subiram, o rio, com três vapores (*“Henrique Martins”, “Chacabuco” e “Buenos Aires”*), para o novo reconhecimento, até Itatí. A conclusão foi de que o local seria desvantajoso.

As divergências, entre Mitre e Tamandaré, continuaram. Até que o almirante desistiu e pediu que avisassem quando tivessem decidido alguma coisa.

Para Mitre, só restava Itapirú, como opção, no que concordou Flores. Havia necessidade de *“limpar o rio e dominar a costa”* para tornar exeqüível a operação. Em realidade, Mitre ainda não tinha certeza, do melhor local.

5. AÇÕES PRELIMINARES

Carlos de Carvalho sugeriu a Osório a necessidade da realização de um reconhecimento no canal norte da ilha de Santa Ana e na Ilha da Redenção (ou Cabrita) Nesta última visando posicionamento para artilharia. No dia 28 março foram posicionadas baterias de canhões raiados, em

Corrales, na margem do rio. No dia seguinte (29), um destacamento comandado pelo próprio Carlos de Carvalho, desembarcou na ilha, contando com cinco oficiais e noventa praças do 3º Batalhão de Infantaria Ligeira, para o reconhecimento em toda a sua extensão, escolhendo as futuras posições de artilharia e trincheiras.

No dia 2 abril, a artilharia uruguaia tomou posição em Corrales, iniciando-se o bombardeio, de Itapirú e margem direita do Paraná. Neste mesmo dia 1º tenente Francisco José de Freitas, comandante da canhoneira “Ipiranga”, subiu o rio Paraguai, até Humaitá, passando Curupaiti, para um levantamento topográfico e sondagem do rio (4 braças de calado). Pelo que foi observado, e pela opinião dos práticos, sugeriu a Tamandaré, que o desembarque fosse na boca do Atajo, situada na margem esquerda do Paraguai, logo acima de sua foz.

De 5 para 6 de abril, o tenente-coronel Vilagran Cabrita, com 900 homens (7º Batalhão de Voluntários da Pátria – SP) e do 14º Batalhão de Infantaria de Linha (RJ), mais 100 homens do Corpo de Engenheiros, desembarcou na ilha, levando consigo quatro canhões *La Hitte* 12, quatro metralhadoras e uma bateria de foguetes. Contou com a participação de Carlos de Carvalho, Sena Madureira e André Rebouças, do Corpo de Engenheiros. Após violentos combates, contando com o apoio de fogo de três navios da Esquadra Imperial, conquistou a ilha. Mas essa conquista custou-lhe a vida, quando

já havia cessado o combate.

Quando Tamandaré levou a Mitre a sugestão, de desembarque próximo ao arroio Atajo, este já tinha conhecimento do reconhecimento realizado, mas nada havia decidido. Mitre queria a invasão em Itapirú. Mas em 6 de abril escreveu a Osório que só faltava Curupaiti, “*que dizem ser o melhor. Prepare tudo como se formos desembarcar, aqui, em Passo da Pátria*”.

Em documento existente nos arquivos de Bartolomeu Mitre diz que “*no dia 14 de abril se operará o desembarque mais abaixo do porto de Itapirú, de combinação com a esquadra*”. Foi nessa data (14 de abril) que voltou ao assunto. A tropa seria comandada por Osório e o objetivo estabelecido, seria Itapirú. Com o que, mais uma vez, Osório não concordou. Não haveria espaço suficiente para os movimentos das tropas. Insistiu no desembarque a ser realizado em Itatí. O impasse continuava. Para Flores e Hornos, Itatí seria desvantajoso.

No dia 15 abril, três navios foram mandados reconhecer, a margem esquerda do rio Paraguai, até a boca do Atajo. O parecer foi favorável ao Atajo, o que seria uma surpresa para o inimigo. Em fim veio a decisão: a travessia seria, no dia 16 abril, próximo a boca do Atajo, na margem esquerda do rio Paraguai.

O desembarque seria precedido de um bombardeio realizado pela Esquadra, varrendo a praia abaixo de Itapirú e o forte propriamente dito. Em

seguida o desembarque seria realizado próximo à boca do Atajo; iniciar o reconhecimento em direção ao forte de Itapirú, usando uma vanguarda; uma vez ocupado Itapirú, desembarcar o restante da tropa; e prosseguir para Passo da Pátria. Navios deveriam entrar no canal norte da ilha de Santa Ana e “varrer” a praia de Passo da Pátria.

A Esquadra Imperial naquele momento contava com quatro couraçados, doze canhoneiras, cinco avisos e cinco transportes. Apenas o Iguazu era à vela. Ao todo, contava-se com 110 canhões e 3.510 marinheiros. Acresciam-se mais 7 navios fretados para transporte.

Eram três Divisões Navais, sob o comando de Tamandaré, tendo o Almirante Barroso como o seu Chefe de Estado-Maior.

Os argentinos contavam com cinco pequenos vapores, que não foram usados pois não possuíam condições de combate. Esses navios apenas transportaram tropas argentinas e uruguaias.

6. A TRAVESSIA DO PARANÁ – 16 de abril

Ao entardecer, do dia 15, as unidades subiram nas embarcações que lhes foram destinadas. Partiriam em direção ao Passo da Pátria, no amanhecer do dia seguinte, passando a noite a bordo.

As embarcações partiriam em direção a Itapirú, mas em determinado momento, durante o trajeto, seria realizada uma finta. As embarcações mudariam seu rumo em direção ao

oeste, entrando pelo rio Paraguai, em direção ao norte, desembarcando nas proximidades da boca do Atajo.

Os soldados, envergando uniformes novos, levaram apenas o armamento, a munição e as ferramentas. As mochilas e outros materiais desnecessários foram deixados na margem esquerda do rio.

Embarcaram sob a coordenação da Comissão de Engenheiros. No 1º Escalão a 3ª Divisão (Sampaio) com 4.480 homens; no 2º a 1ª. Divisão (Argolo), com 4.414 homens, ambas sob o comando de Osório; no 3º a tropa uruguaia, a 12ª Brigada brasileira e a 1ª Divisão argentina, sob o comando de Flores; seguindo-se os demais escalões. A tropa permaneceu embarcada, por toda à noite.

As 08.30, de 16 abril, iniciou-se a travessia preparada, coordenada e executada pelo tenente-coronel Carlos de Carvalho, da Comissão de Engenheiros.

Iniciado o movimento, a artilharia, de Corrales e da Ilha da Redenção, abriram fogo sobre Itapirú. Assim como toda a 2ª Divisão Naval, enquanto a 3ª Divisão entrava pelo rio Paraguai em apoio à operação.

No final da tarde toda a tropa estava acampada, com dispositivo de segurança desdobrado, na cabeça de ponte do Atajo.

7. DE ITAPIRÚ AO PASSO DA PÁTRIA

O primeiro a pisar solo paraguaio foi Osório. Mal desembarcou, montou em seu cavalo e partiu para o

reconhecimento, seguido de seus ajudantes e o piquete de guardas, de doze homens. Partiu na direção de Itapirú, deparando-se logo adiante, com um banhado onde os cavalos passavam com água pelo peito. Esse caminho era uma faixa estreita de terreno arenoso e alagadiço, apertado pelo bosque. Estava alagado e cheio de atoleiros. No seu caminho estava posicionado o Regimento de Cavalaria nº20 reforçado com infantaria e cerca de mais 30.000 homens, em Passo da Pátria. Logo após passar o banhado, fez o primeiro contato com o inimigo.

Na sua retaguarda, seguiram duas companhias do 2º Batalhão de Voluntários e uma do 11º, sob o comando de Major Manoel Deodoro da Fonseca. Mais atrás a 1ª Divisão do General Argolo. Diante da pressão das tropas de Osório, os paraguaios retraíram. Logo à frente, Osório estabeleceu contato com o grosso da tropa do Tenente-Coronel Basílio Benitez. Diante da superioridade do inimigo, Benitez retraiu para Itapirú, deixando no terreno cerca de 500 mortos (Centurión)

Em todo esse tempo, a Esquadra não parou de atirar, sobre Itapirú e arredores, enquanto Lopez, no dia 17, ordenou a evacuação do forte levando consigo toda a artilharia que foi possível.

Ao encontrar uma clareira, Osório resolveu bivacar. No dia seguinte (18), juntamente com Flores e Paunero entrou, em Itapirú. Às 11.00 horas, Mitre chegou ao forte e ordenou à 3ª Divisão (Sampaio), reforçada, por

dois batalhões uruguaios e uma bateria de artilharia brasileira, um reconhecimento, na direção de Passo da Pátria. Enquanto a 2ª Divisão Naval bombardeava Passo da Pátria, postando-se no canal ao norte da Ilha Santa Ana. No dia 20, Flores foi mandado substituir a 3ª Divisão, com a sua vanguarda.

Neste mesmo dia, sob intenso bombardeio naval, Lopez deixou Passo da Pátria. Retirou-se só, seguido à distância pelos seus ajudantes, deixando para trás a sua família. Antes de partir ordenou o incêndio da localidade e a retirada de suas tropas para o norte do Estero Bellaco; abandonando os seus depósitos cheios de suprimento.

“Lopez tinha uma curiosa coragem. Quando se encontrava longe da frente fora do alcance do inimigo...mas não era capaz de suportar um assobio de uma bala”. Palavras de Thompson.

8. DE ESTEIRO BELLACO A TUIUTI

Estero Bellaco – 2 de maio

Ao deixar Passo da Pátria, as tropas paraguaias desdobraram-se ao norte do Estero Bellaco Norte (Estero Rojas), com 100 canhões. A sua vanguarda permaneceu ao norte do Estero Bellaco Sul.

A partir de Passo da Pátria, os aliados deslocavam-se pela estrada de Humaitá, através do estero Bellaco, pelo Passo Sidra. A vizinhança do Passo era de mata fechada, com áreas de banhado. À

direita um terreno arenoso, coberto de mata rala. Ao sul do esteiro, um capão de cada lado da estrada.

A vanguarda aliada, com doze canhões, comandada por Venâncio Flores, postou-se ao sul desses capões, e o grosso ficou mais atrás, a dois quilômetros ao norte de Passo da Pátria, ao sul de um pequeno curso de água que atravessava os banhados. Em primeiro escalão, estavam três batalhões brasileiros, com quatro bocas de fogo, tendo o 7º Batalhão a sua frente, dando-lhe segurança. Mais atrás, em um segundo escalão, ficou o 20º, e à direita da bateria, o 38º Batalhão. O batalhão uruguaio, *24 de abril*, permanecia entre os dois escalões, Na retaguarda permaneciam três batalhões uruguayos. Toda a vanguarda somava 3.500 homens.

Mais ao norte estava a tropa paraguaia, sob o comando do Coronel Díaz, organizado em três colunas. Ao centro quatro batalhões de infantaria, com dois regimentos de cavalaria, em cada flanco. A artilharia desdobrou-se ao norte do esteiro. Além disso, três batalhões de infantaria e um regimento de Cavalaria mantinham-se em reserva. Eram cerca de 5.000 homens, segundo Rio Branco.

Ao meio-dia de 2 de março o inimigo partiu para o ataque, através dos passos Sidra e Carreta, surpreendendo a vanguarda aliada. O combate foi violento deixando o Venâncio Flores em dificuldade, para conter o inimigo. A artilharia foi tomada pelos paraguayos e os batalhões

orientais, praticamente destruídos.

“*Nessa crítica situação - escreveu Garmendia - aparece Osório no campo de batalha*”, à frente de um batalhão brasileiro. Na sua retaguarda vem a 6ª Divisão, do General Vitorino Monteiro com quatro Batalhões de Voluntários da Pátria. Trava-se o combate, a situação é crítica. Unidades da 1ª e da 4ª Divisão correm em socorro e fazem o inimigo retrair para o norte do Esteiro Bellaco. Às 18.00 horas finda o combate, que custou 2.300 perdas para os paraguayos e 1.551 para os aliados.

Tuiuti – 24 de maio

Em 20 de maio o exército aliado marcha para o norte, procurando uma área onde pudesse desdobrar a sua base. Na vanguarda seguiu Venâncio Flores com dois batalhões orientais, um batalhão de artilharia a pé brasileiro e um regimento de cavalaria argentino. O grosso seguiu pela estrada de Humaitá, que atravessava o esteiro Bellaco pelo Passo Sidra. Os argentinos atravessaram no Passo Carreta, exceto o Regimento *San Martin*, que acompanhou as tropas de Flores.

A vanguarda paraguaia posicionou-se a 6,5 km ao norte do Esteiro Bellaco Sul, com a ordem de não defender. Apenas atrair o inimigo para uma posição que lhe fosse favorável. Mas no dia 20 de maio recebeu ordem para retrair para uma posição ao sul do Esteiro Bellaco Norte.

Durante a marcha até Tuiuti, a tropa aliada foi alvo de inquietação e

pequenas escaramuças. Venâncio Flores pressionou o inimigo obrigando que retraísse, para o norte do Esteiro Rojas (Bellaco Norte).

Atravessando o Bellaco Sul, os aliados encontraram um terreno plano, limitado ao sul por um esteiro, ao oeste pela Lagoa Pires, ao norte pelo Esteiro Rojas e a leste uma região de pasto cheia de palmeiras *Yataí*. Logo ao sul do Esteiro Rojas a Lagoa Tuiuti. Ao oeste, antecedendo a Lagoa Pires e ao sul do Rojas, uma mata densa. Logo ao norte do Esteiro Bellaco, uma pequena elevação.

No dia 20 de maio, o exército aliado acampou nos campos de Tuiuti. Desdobrou-se logo ao norte do Esteiro Bellaco, em uma frente de 4.857m, em um descampado, tendo uma pequena elevação à retaguarda, e uma pequena mata, a sua frente, separando-a da lagoa. Os brasileiros ocupando o seu flanco esquerdo, próximo ao potreiro Pires e os argentinos à direita, até os banhados de Yataity-Corá.

Esse terreno como um todo, não favoreceria a uma operação ofensiva. A dificuldade foi aumentada pela a organização do terreno, pelo inimigo, no Esteiro Rojas. Além do que os aliados não conheciam os passos. O único ponto visível de penetração era a "*Bocaina*", teatro de sangrentos combates, em 18 de julho de 1.866 e que se achava barrado por "*bocas de lobo*" e "*abatisses*".

Solano Lopez organizou a sua defesa, desdobrando pequenos destacamentos de artilharia, em todos

os passos. Trincheiras foram cavadas, protegidas pelo esteiro (1,8 a 2m de profundidade) e com a sua ala direita apoiada no potreiro Sauce. Ali estavam cerca de 25.000 homens.

A primeira idéia de Lopez foi "*„esperar o ataque e 10.000 homens investiriam contra a retaguarda inimiga, partindo do potreiro Sauce*". Por certo os aliados estariam preocupados com a saída existente.

Tendo tido informações de um possível ataque aliado, no dia 25, Lopez decidiu atacar na véspera. Levou o seu Quartel General para Passo Pucú (onde ficou por dois anos) e no dia 23, falou às tropas reserva e deu instruções aos seus comandantes, durante toda a noite.

Os aliados acampados em Tuiuti deixaram desprotegido o seu flanco esquerdo, face ao Potreiro Pires, apesar dos protestos do General Argolo.

Segundo Mitre, dois dias antes do ataque paraguaio, o General Osório imaginou o que se passava na cabeça de Lopez, em relação às operações. E baseado nesse pensamento, dispôs a sua tropa em posição defensiva, em profundidade, tendo a tropa argentina a sua direita. (Tasso Fragoso)

Lopez decidiu atacar, no dia 24 às 09,00 horas, com quatro colunas: Barrios, com 9.000 homens atacaria a esquerda aliada, através do Sauce; Díaz com 5.000 soldados e quatro canhões, atacaria o centro, tendo a coluna de Marcó, a sua esquerda; e Resquin com 9.000 homens atacaria a direita aliada, constituída pelo

exército argentino. O ataque seria simultâneo, ao sinal de um tiro de canhão, quando a coluna de Barrios estivesse em posição para o ataque. Barrios e Resquin deveriam desbordar as forças inimigas para realizar junção na retaguarda aliada.

Barrios organizando-se no Sauce, deveria percorrer longa distância, marchando em fila indiana, com cavalo pela rédea. Marcharia através *carriçal*, até chegar no Potreiro Pires, enfrentando bosques quase intransponíveis. Ao chegar, no destino, deveria lançar um foguete avisando estar pronto para o ataque. Ao perceber o foguete, Bugrés deveria ordenar um tiro de canhão, determinando o desembocar do ataque. Isso só aconteceu às 11,55 horas. Momento em que Mitre aprontava-se para um reconhecimento.

O “*corneta*” toca: “*sentido! chamada ligeira!*”. Em três minutos, todos entraram em posição. Mas surpreendeu as tropas de Venâncio Flores, na vanguarda.

Do mato, à esquerda começaram a sair os soldados do coronel Diáz, com a sua cavalaria na frente, de espada desembainhada, lançando-se violentamente contra a vanguarda aliada. A tropa oriental não conseguiu se articular, nem se quer entrar em forma. Sendo levados para a retaguarda juntamente com o 41º Batalhão de Voluntários, que foi acolhido sobre a artilharia uruguaia.

Para evitar um esteiro, Marcó deu uma guinada para a esquerda, investindo sobre a artilharia de Mallet.

A artilharia brasileira abre fogo tomando a cavalaria de Marcó pelo flanco, dizimando a cavalaria paraguaia, frente ao fosso de proteção, do 1º Regimento de Artilharia à Cavalos. Os remanescentes escoam para Yataity-Corá. (Cunha Mattos)

Logo atrás do 1º Regimento de Artilharia estava a 6ª Divisão (Vitorino), tendo a sua esquerda a 3ª Divisão (Sampaio). Seriam o nosso 1º escalão; mais atrás os 1º e 3º Batalhões de Artilharia a pé e a 1ª Divisão de Argolo e a 4ª de Guilherme, um pouco mais ao sul vanguarda estava, além da 19ª Brigada (-), constituindo o nosso 2º Escalão.

Na retaguarda estavam a 2ª Divisão de Cavalaria, de J.L. Mena Barreto e a 5ª de Tristão Pinto e dois Batalhões de voluntários da Pátria (o 7º e o 24º), integrando o 3º Escalão. Bem mais ao sul, a Brigada Ligeira de Voluntários, do general Netto, guardavam os depósitos de suprimento.

Submergida a vanguarda aliada, Diáz buscou o flanco esquerdo brasileiro procurando romper a posição da 3ª Divisão de Infantaria (Sampaio). Os brasileiros contra-atacam e trava-se um violento combate, onde 1.033 brasileiros foram postos fora de combate, com 193 mortos. Dentre os feridos estava Sampaio, substituído imediatamente pelo general Jacinto Machado Bittencourt.

A tropa recua, mas o “*corneta*” dá o toque de “*atacar!*” Baionetas caladas e a 3ª Divisão marcha em direção ao inimigo. Dá-se novo

choque violento, mas a Divisão resistia quando após cinco horas de combate, começou abrir-se uma brecha na posição brasileira. Surge Osório, à frente de um batalhão da 4ª Divisão, em socorro da 3ª. Seguido logo atrás de outras unidades brasileiras.

Diáz, para atacar, foi obrigado a atravessar profundos pântanos, deixando muitos mortos. O seu 25º Batalhão, de recrutas, foi inteiramente massacrado, pela artilharia brasileira.

Barrios organizou-se no Sauce, atacou e empurrou os brasileiros até o Esteiro Bellaco. Mas o contra-ataque brasileiro fez o inimigo retrair por três vezes. A cavalaria paraguaia fez muito estrago na infantaria brasileira, mas foram massacrados pela nossa artilharia.

Os aliados levam enorme vantagem, não só por terem sido atacados em suas posições, e por terem sido atacados por soldados sem instrução militar, mas porque tiveram a participação ativa da sua artilharia, enquanto a paraguaia ficou inativa” (Thompson). “Lutava-se praticamente de dois para um e com melhores armas. Poucas eram as armas raiadas dos paraguaios.”

Resquin atacou a posição argentina colocando em fuga a cavalaria de Cáceres e Hornos, que retraíram quase até Passo da Pátria. Alcançando as posições da artilharia argentina, Resquin capturou vários canhões, que foram recuperados pelo contra-ataque aliado. A infantaria, de Resquin, foi dizimada até o último homem.

Resquin procurou desbordar a

posição argentina, visando a junção com Barrios, na retaguarda aliada, mas não conseguiu. Apenas o Major Olabarrieta chegou até lá e retornou, reduzido a poucos homens. Às 16 horas, Lopez ordenou a retirada.

Após a luta, Lopez vai até Passo Gómez para ouvir o relato de Resquin e Diáz que lhe deram as más notícias. Mas mesmo assim determinou à banda que tocasse durante a noite inteira.

A partir de Tuiuti, as tropas brasileiras não levaram, mais, as suas bandeiras, para evitar caírem em mãos do inimigo.

9. CURUZU – 1º de setembro

Em 20 de maio, dezesseis canhoneiras e quatro encouraçados, entraram pelo rio Paraguai para reconhecer Curupaiti, ancorando a jusante de Piquete Palmas.

Em Cerrito, na embocadura do Paraguai, Tamandaré instalou uma oficina, um depósito e um hospital, de onde mandou reconhecer lagoa Pires e verificar a existência de ligação, por terra, com o exército.

Após o combate de 24 de maio, os aliados permaneceram, em Tuiuti, trabalhando na organização da posição.

A esquadra manteve-se em atividade logística e de bloqueio, permanecendo em condições de atuar em uma ação conjunta sobre Curupaiti.

Flores, defendendo o prosseguimento imediato das operações, sugeriu a Mitre, trazer para Passo da Pátria o 2º Corpo de Exército, sob o comando de Porto Alegre. Mas a opinião de Mitre era

de que havia necessidade de uma pausa para o prosseguimento. (Reichmont)

O relacionamento entre Mitre e Tamandaré foi ficando cada vez mais difícil. A chegada de Porto Alegre piorou a situação, pois este se portava como se fora comandante de um exército autônomo. Tentando contornar a situação, em 30 de maio, Mitre, criou uma Junta de Guerra.

Reunida a Junta, chegou-se à decisão final de atacar Curuzú e prosseguir sobre Curupaiti. Mas Tamandaré declarou que só tomaria alguma decisão após receber os novos encorajados.

Estando Osório com problemas de saúde, em 15 de julho, solicitou ser substituído no comando do 1º Corpo. Foi substituído pelo general Polidoro.

Acertada a situação, em 18 de agosto, Mitre decidiu atacar Curuzú, com prosseguimento sobre Curupaiti. Coube ao 2º Corpo de Exército, de Porto Alegre, realizar o ataque.

Transportado pela esquadra, de Passo da Pátria, onde se encontrava, o 2º Corpo seguiu para Curuzú. Mas Porto Alegre não aceitou comandar sob a supervisão de Tamandaré. O relacionamento entre os chefes aliados era delicado.

Após reconhecimento, em 1º de setembro, reiniciou-se o bombardeio naval, sobre Curuzú, com onze navios. No dia seguinte 2º Corpo de Exército, de Porto Alegre, com cerca de 8.385 homens, desembarcou em Palmas, acampando, sob a proteção de sete canhoneiras, momento em que foi

afundado o *Rio de Janeiro*.

Em 3 de setembro, após bombardeio preliminar, realizado pela esquadra, o 2º Corpo desencadeou o ataque à Curuzú, flanqueando a posição e atacando pela retaguarda. A fortaleza só foi ocupada após a evacuação paraguaia, tendo o inimigo embrenhado no mato, em direção à Curupaiti.

Não havendo condições de prosseguimento, o ataque a Curupaiti não foi realizado. Era melhor manter Curuzú e aguardar nova oportunidade. Pois além de faltar cavalaria era desconhecido o efetivo que defendia Curupaiti. Além do que, Porto Alegre não foi atendido, por Mitre, em sua solicitação de reforço.

Em 10 de setembro Lopez enviou um emissário, a Mitre, para convidá-lo para um encontro, junto com os demais generais aliados, em Yataiti-Corá. No dia 12, só Mitre participou.

10. O DESASTRE DE CURUPAITI – 22 de setembro

Solano Lopez aproveitou a parada, do exército aliado, para melhorar a fortificação de Curupaiti, sob supervisão do general Díaz.

Apesar de divergências existentes entre Porto Alegre e Mitre, ficou decidido retomar o ataque a Curupaiti, em 22 de setembro. Reforçado, o 2º Corpo atacaria Curupaiti, em ação conjunta com a Esquadra; uma coluna, comandada por Flores, sairia, de Tuiuti, para, desbordando o flanco esquerdo

paraguaio, atacar a sua retaguarda; e o 1º Corpo, de Polidoro, deveria permanecer em condições de atuar, mediante sinalização a ser feita pela Esquadra. Mitre comandaria pessoalmente a operação.

Em 21 de setembro, as trincheiras de Curupaiti já estavam prontas. Eram 2 km de fosso, com quatro metros de largura por dois de altura. Além de um muro de dois metros.

Cerca de 4.500 homens, com 90 canhões, sob o comando do general Diáz, esperavam o ataque aliado. Não seria uma surpresa.

Na manhã de 22, oito encouraçados iniciaram o bombardeio da fortaleza. O que foi totalmente ineficaz, devido a altura das muralhas, que obrigava a correção do ângulo de tiro. Os tiros ultrapassavam as posições paraguaias, sem que fosse percebido, pela Esquadra.

Dois encouraçados (“*Brasil*” e “*Barroso*”) subiram o rio e se posicionaram na retaguarda da bateria paraguaia.

Às 12.00 horas, Mitre ordenou o ataque, com a tropa em uniformes de gala e ao som da banda de música. Ataque realizado por quatro colunas. Outros dois batalhões foram posicionados no Chaco, do outro lado do rio Paraguai, em frente a Curupaiti.

Algumas unidades chegaram até próximo as trincheiras, com muitas baixas, mas outras não conseguiram acompanhar. Os obstáculos eram muito grandes, agravados pelo mau tempo e terreno alagado.

Mitre informado, por dois

assistentes de que Porto Alegre já havia ocupado a primeira trincheira, ordenou um segundo ataque, com as tropas argentinas. Mas o fato não era verdadeiro. A tropa brasileira só havia chegado ao fosso principal. Mitre procurou usar a reserva, mas esta já havia recuado. Não tinha mais o que fazer e a opção foi optar pela retirada. Foi um desastre.

No desembocar do ataque, a esquadra deu o sinal convencionado para que Polidoro atuasse em Passo Gómez. Mas Polidoro não atacou, alegando não ter visto o sinal dado pela Esquadra.

Flores, por sua vez, afastou-se muito além do previsto e perdeu o contato com o grosso do exército, não conseguindo chegar à retaguarda paraguaia. Apenas encontrou um bom acesso na direção de Humaitá.

As divergências entre os chefes colocaram em risco a condução da guerra, extravasando para o campo diplomático. A ponto, do Ministério argentino, autorizar Mitre a negociar com Lopez e não cumprir o Tratado, nos pontos que ele julgasse importantes (Arquivo Histórico do Itamarati – Lata 618). Mas, isso não chegou a ocorrer.

Logo após o combate, Flores retirou-se para Montevideu, conforme estava previsto desde o dia 5. Logo após chegar a Montevideu, acabou assassinado.

A tropa argentina retirou-se para Tuiuti e o 2º Corpo, permaneceu em Curuzú. Depois de Curupaiti, nada mais houve de importância, até

o segundo ataque a Tuiuti.

Os aliados permaneceram inativos, até fevereiro de 1868, enquanto a Esquadra continuou bombardeando Curupaiti, por mais dezoito meses, quase que diariamente. A vanguarda de encouraçados manteve-se ancorada, frente a fortaleza, sem descuidar do rio Paraná, até Itati.

Mais tarde, Curupaiti foi evacuada pelos paraguaios e ocupada pelos aliados.

11. SURGE UM NOVO EXÉRCITO

Em 20 novembro de 1866, o Marquês de Caxias, assumiu o comando das tropas brasileiras, no teatro de operações. Inclusive da esquadra, até então independente.

Os generais e Porto Alegre retornaram ao Brasil, tendo o general Argolo assumido o 2º Corpo, até março de 1867.

Ao retornar ao Paraguai, Polidoro reassumiu o 1º Corpo, enquanto Argolo assumiu o 2º, permanecendo em Tuiuti.

Ao chegar em Tuiuti, Caxias encontrou um exército desorganizado, indisciplinado, sem condições de prosseguir nas operações. Iniciou a sua reorganização, criando um novo exército, para atuar dentro do

pensamento militar da época. Normatizou a administração e regulou a disciplina militar.

As unidades foram reorganizadas; os efetivos nivelados; a segurança normatizada, implantada a disciplina e recuperado o estado sanitário dos acampamentos e da tropa. Paralelamente atuou no adestramento das unidades.

Preocupado com a logística, após concorrência, contratou empresas estabelecendo regras e impondo rígidas exigências, quanto à quantidade, a qualidade e os meios para realizar o apoio e cumprir os contratos.

Com relação aos efetivos, encarregou Osório de organizar o 3º Corpo de Exército e mandou submeter à inspeção de saúde todos os militares, baixados ou em licença para tratamento. Esses efetivos pacientes representavam perto de 30%, da tropa, brasileira, no teatro de operações. Em sua maioria em perfeitas condições de saúde para retornarem para a linha de frente. O que de fato veio acontecer.

Com a chegada de Caxias, foi estabelecida a unidade de comando das forças armadas brasileiras, então transformada em um Exército moderno e adestrado.

Assim chegou-se ao final de 1.866.

UM PRISIONEIRO DO PRESIDENTE LÓPEZ

Alberto Martins da Silva (*)

George Frederick Masterman, farmacêutico inglês, viveu durante sete anos, uma perigosa e inesquecível aventura em terras paraguaias. Chegando em Assunção em 25 de dezembro de 1861, já contratado, desde outubro, para prestar serviços na qualidade de farmacêutico, desenvolveu intensa atividade profissional na área de sua competência. Sob sua direção ficou a botica do Hospital Militar que, aos poucos, foi sendo organizada em bases mais científicas, passando a atender a todos os outros hospitais militares.

Inicialmente, passou a trabalhar no Hospital Militar com o Dr. William Stewart (médico inglês contratado pelo então presidente Antonio Carlos López e seu médico particular), nomeado como professor de matéria médica e química. Foi o introdutor do primeiro microscópio no Paraguai, e que serviu para ministrar as suas aulas, sempre com grande interesse da parte dos alunos da incipiente farmacologia paraguaia. Seu trabalho de pesquisa voltou-se para as plantas nativas, visando substituir as drogas de origem européia, de difícil aquisição. Preparou a botica para a fabricação de magnésia

e sal inglesa, e deu início a outras preparações farmacêuticas de pouca difusão no meio técnico-profissional local. Foi, na verdade, o iniciador e organizador da farmácia paraguaia. Infelizmente, sua atividade profissional foi interrompida em virtude de desentendimentos havidos entre ele e as autoridades paraguaias. Isto aconteceu em outubro de 1866, quando foi preso por não entregar certas cartas recebidas de Buenos Aires, através da Legação Francesa - cônsul Laurent Cochelet - que seriam dirigidas ao seu particular amigo o Dr. James Rhind, médico inglês, chegado ao Paraguai, contratado, em 1864, preso juntamente com o Dr. John Fox, também inglês, por ordem do Presidente López, por não terem atendido, com a devida urgência, Dona Juana Carrilo López, genitora do Presidente. O Dr. Rhind foi solto graças a intervenção da Madame Lynch; o seu trabalho foi reconhecido pelo próprio López, que lhe entregou a Medalha Nacional do Mérito.

Naquela oportunidade, o Dr. Masterman respondia pela direção do Hospital Militar, em substituição aos colegas presos. Assim, em decorrência disto, permaneceu recluso por um período de onze meses, acusado de envolvimento político contra López. Os dois médicos prisioneiros passaram três meses no cativeiro; o Dr. Rhind era portador de tuberculose, na ocasião da

*** O autor é General-de-Brigada Médico e membro Titular do IGHMB.**

reclusão, coisa que veio a piorar seu estado de saúde. Masterman somente recuperou a liberdade graças aos bons ofícios do ministro norte-americano Wasburn, que dele precisou para atendimento à sua esposa, em período de gestação. Solto, em setembro de 1867, negou-se a reintegrar o Serviço de Saúde, criando com sua atitude outro mau entendido com as autoridades militares e o governo, que não o viam com bons olhos.

Sem emprego, tentou exercer a profissão de boticário em Assunção, mediante requerimento, cuja licença lhe foi também negada. Temendo ser recolhido preso, foi trabalhar na própria Legação Americana, sob a proteção do Ministro Wasburn, na qualidade de cirurgião porque, como ele próprio escreveu:

“A pesar de que el cargo era solamente honorífico, creia me pusiera en el porvenir, à cubierto de toda persecución y me facilitara pronto alguna oportunidad para abandonar el país, aun cuando no se terminara pronto la guerra como lo esperábamos y creíamos”.

Por volta de março de 1868, deixava a residência do ministro para ir residir, juntamente com os americanos Cornélio Porter Bliss e o Major Manlove, em casa próxima à Legação Americana. Devido a situação da cidade e aos rumores de represálias por parte das autoridades, que acusavam a ambos - Masterman e Bliss - de traição e conspiração, passaram novamente a viver na residência do ministro. A partir de então, Wasburn foi constantemente

solicitado a fazer entrega dos dois suspeitos em virtude das condições não diplomáticas que apresentavam junto ao governo paraguaio.

Cornélio Porter Bliss conheceu Assunção em 1861, acompanhando o general James Watson Webb, ministro norte-americano no Rio de Janeiro, e seu secretário particular. Em março de 1863, solicitou ao governo permissão para estudar os índios do chaco paraguaio. Homem culto, deixou trabalhos sobre a história do país, e peças de teatro - “A divertida história da Tríplice Aliança” e “Fastos do Paraguai” - e viveu escrevendo cartas e discursos. Foi preso em setembro de 1868, acusado de conspiração.

O Major Manlove, ex-confederado da guerra americana, chegou em Assunção em agosto de 1866. Aventureiro e comerciante, tentou certa vez, em carta ao presidente López, permissão para fazer o curso contra as embarcações brasileiras e até atacar algumas cidades do litoral. Anteriormente chegara a pedir ao presidente Mitre permissão para adentrar no Exército Aliado e alcançar o território inimigo, coisa negada pelo comandante-em-chefe. Foi preso por acusação de traição e, naquela ocasião, a pena de morte era a punição. O presidente López o libertou, em novembro de 1866, quando passou a trabalhar nos arsenais de Assunção.

Wasburn, intransigentemente, defendia suas condições de tutelado do governo norte-americano. Quando do regresso do ministro para os Estados Unidos, tudo fez para levá-los em sua

companhia. O navio americano, “Wasp”, por ordem superior, foi impedido de atracar em Assunção, ficando ancorado em Vileta. Desta maneira, ficou criada uma situação que forçou o ministro Wasburn e sua família a embarcarem, na Capital, no navio paraguaio “Rio Apa”, para levá-los com destino à Vileta, onde os esperava o navio americano. Naquelas condições, os hóspedes da Legação estavam à mercê da ordem policial paraguaia, que não encontrou nenhuma dificuldade em conduzi-los com outros prisioneiros políticos, até Vileta, onde permaneceram presos. Foi o último susto em terras paraguaias que o médico-farmacêutico sofreu. O seu regresso também foi pontilhado de entreveros a bordo do navio americano.

Na sua obra “Siete años de aventuras en el Paraguay”, publicada em 1870, em Buenos Aires, Masterman conta toda a sua histórica odisséia junto às autoridades locais e fornece alguns dados interessantes sobre a medicina no Paraguai, sua terapêutica e nosologia. O autor, algumas vezes, extrapola em sua versão sobre o País, que torna o trabalho, em algumas partes, cheio de ódio e menosprezo aos seus habitantes e autoridades políticas. Os sete anos passados em Assunção revoltaram o farmacêutico inglês, que conta na obra citada, com todos os detalhes os seus sofrimentos quando preso, e as perseguições, as confidências dos outros presos, e as injustiças sofridas contra os profissionais, seus colegas.

Esta obra, hoje raríssima, faz

parte de minha biblioteca particular, e foi adquirido, com muita sorte, na capital Assunção, quando lá residi por dois anos, como integrante da “Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai”.

Masterman conseguiu somente que seus pertences - baús e caixões - seguissem no “Wasp”, com destino aos Estados Unidos. Inúmeras foram as tentativas diplomáticas para livrá-lo da prisão, até que, em 10 de dezembro, após três meses, foi entregue, juntamente com Bliss, ao comandante Davis, da frota americana, na qualidade de preso - talvez a única maneira de retirá-los do País - e sujeitos a responderem processo em Washington. Viajaram nestas condições para os Estados Unidos, sob severa vigilância da tripulação, que nada sabia sobre os “perigosos” suspeitos, aborrecendo sobremaneira o Dr. Masterman, que se dizia inocente da acusação contra ele assacada. Em 16 de janeiro de 1869, já em Montevidéu, seguiu com destino ao Rio de Janeiro, a bordo do navio “Guerriere”, chegando a 21. Em Washington, levado a bordo do navio-correio “Mississippi”, a 25 de fevereiro, iniciou os contatos com as autoridades americanas a respeito dos abusos que sofrera a bordo, de parte do comandante Davis e sua tripulação. A sua visita ao Secretário de Estado Mr. Seward, foi marcada para primeiro de março, às 12 horas “para conversar sobre os acontecimentos que envolveram seus nomes”. Na verdade, era mais uma testemunha dos fatos

que se desenrolavam em terras paraguaias, e boa fonte de informações, sem dúvida.

Neste mesmo mês embarca para a Inglaterra, tendo deixado um memorial assinado, para ser entregue ao Congresso dos Estados Unidos, onde deixou relatado, com pormenores, a sua vida e o seu sofrimento, desde a sua chegada em 1861, contratado como boticário, até a sua saída, em 1868, e as acusações de haver conspirado contra o governo do presidente López. Toda esta documentação foi investigada pela Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara de Representação, em 30 de março de 1869.

Enquanto integrou o Serviço de Saúde do Exército Paraguaio, o Dr. Masterman atuou como adjunto de cirurgia e sob a orientação do Dr. Stewart, tendo desempenhado um papel importante nas crises enfrentadas pelo Hospital Militar com a carência, na área médica, de profissionais competentes. Como inspetor de hospitais e boticas de campanha, percorreu várias regiões do país acompanhando a administração dos assuntos que ministrara e que tão bem conhecia. Os seus conhecimentos de química o levaram a colaborar com o governo na fabricação de espoletas nos arsenais militares, onde atuou junto ao engenheiro polaco Luiz Mischoluzky, casado com uma prima do presidente López, e ao engenheiro norte-americano, John Kruger, responsáveis pela fabricação dos torpedos. Pesquisou cascalhos enviados por

Charles Twist, engenheiro de minas que percorria o Paraguai a procura de carvão; este material também foi examinado pelo médico italiano Domingo Parodi, que exercia a profissão na praça de Assunção, tendo, depois, trabalhado para o governo na qualidade de farmacêutico e médico, no posto de sargento-mor. Parodi era químico, excelente orador, escritor e ótimo retratista, tendo ficado livre, durante a sua permanência no Paraguai, de qualquer acusação; foi diretor do Hospital de Caacupê.

No Arsenal e na Fundação Ibicuy, o Dr. Masterman conviveu com pessoas e coisas da Inglaterra (os técnicos, engenheiros, maquinistas, máquinas e ferramentas eram todos de origem inglesa). O engenheiro John William Whitehead foi o fundador do Arsenal e atuava como superintendente da Fundação, tendo chegado ao Paraguai em 1865, na primeira e histórica viagem do navio “Tacuary”, tendo utilizado todos àqueles com alguma formação do estudo de química, inclusive os médicos.

Com seu ar fleumático, pitando seu inseparável cachimbo, e com idéias conservadoras, tipicamente européias, o Dr. George Frederick Masterman reagiu ao novo ambiente, sem muito avaliar, adequadamente, a própria situação de profissional contratado por um governo que se achava em intensa campanha militar. Em várias partes de seu livro, assim bem o demonstra, apesar de ter contribuído com a historiografia da Guerra da Tríplice Aliança, informando

detalhes que escaparam a outros escritores da época, principalmente as questões políticas e as execuções ocorridas sob o regime das impiedosas leis marciais do presidente López. A sua obra deve ser lida por quantos se interessam pelos assuntos ligados ao período compreendido entre 1861-1868, ressalvadas, é claro, as injustiças cometidas contra o povo paraguaio.

O livro tem um Apêndice - anotações do editor – onde constam várias notas apanhadas após a derrota de Ita-Ivaté, onde estão relacionadas informações importantes sobre o período da Guerra do Paraguai como as datas dos fuzilamentos e prisões, a situação do clero e da imprensa, delações e depoimentos dos políticos que sofreram perseguições e uma “tabla de sangre”, enumerando os mortos, de várias nacionalidades.

BIBLIOGRAFIA

1. JOURDAN, E.C, **História da Campanha do Uruguay, Mato Grosso e Paraguay (1864-1870)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1893.
2. MARTINS DA SILVA, Alberto, **Médicos do Serviço de Saúde Paraguaio na Guerra da Tríplice Aliança**. No prelo.
3. MASTERMAN, George Frederick. **Siete años de aventuras en el Paraguay**. Buenos Aires: Imprenta Americana, 1870.
4. THOMPSON, George. **Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

TUIUTI – 140 ANOS

Nilson Vieira Ferreira de Mello (*)

I. Introdução.

O século XIX foi, no Brasil, um tempo de profundas e importantes modificações. Nele ocorreram fatos históricos de larga repercussão, iniciados com a transferência da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, seguidos da declaração da independência e culminando com a abolição do regime servil e a proclamação da república. Nesse período de afirmação da nacionalidade, ocorreram turbulências e lutas pela consolidação da soberania e pela manutenção da unidade nacional. Desordens e movimentos rebeldes, alguns de índole republicana, outros claramente separatistas, bem como campanhas externas exigiram ações militares importantes.

No extremo sul do país ocorreu a Revolução Farroupilha, o mais grave desses movimentos de rebeldia, ao mesmo tempo separatista e republicano, que exigiu esforços continuados por cerca de dez anos para ser debelado. Foi justamente neste extremo meridional, onde mais agudas eram as questões herdadas pelo Brasil do secular antagonismo das potências ibéricas, que iríamos enfrentar os mais sérios desafios.

*** O autor é Cel Cav e EM e Sócio-Titular do IGHMB.**

Neste vasto território, basicamente plano e desprovido de florestas, pastavam manadas de gado bravo, fugidas das antigas reduções jesuíticas. Escassamente povoado, os bandeirantes chamavam-no de *Vacaria do Mar* e por ele transitavam livremente, pois a linha divisória entre as possessões espanhola e portuguesa ora passava por Santa Catarina, como estabelecia o Tratado de Tordesilhas, ora pelo Rio da Prata, onde o expansionismo lusitano plantara a Colônia do Sacramento. Em Portugal, escasseavam os homens válidos para colonizá-lo, espalhados que estavam pelo mundo pela epopéia das grandes navegações e descobertas. O governo de Lisboa teve então de buscá-los nos Açores, de onde vieram numerosas famílias que, para lá se fixarem, tiveram de disputar aos castelhanos, de armas na mão, a posse do seu pedaço de terra.

Esses choques tornavam-se graves toda vez que os nossos interesses nacionais no Prata colidiam com os dos nossos vizinhos. Disto resultou uma série de envolvimento do Império nas questões regionais que culminaram com a Guerra do Paraguai. É, justamente, um episódio capital desse longo e sangrento conflito, a **Batalha de Tuiti**, que hoje lembramos, pois decorridos 140 anos ainda ressoam, na alma dos verdadeiros patriotas, os ecos desse

épico acontecimento.

Permitam-me os senhores que, para bem situar a batalha de Tuiuti no quadro geral da guerra do Paraguai, eu abuse um pouco da sua paciência tentando esboçar a situação no Prata que resultou na *Guerra Grande*, como alguns a denominam no país vizinho.

2. Antecedentes.

O Partido Conservador, após décadas no poder, era substituído, em 1862, pelo Partido Liberal. Nesse mesmo ano, assumia o governo do Paraguai Francisco Solano Lopez, terceiro de uma série de ditadores que, da posição de absoluto isolacionismo de Francia, evoluíra para uma atitude de fortalecimento militar, que permitisse ao governo de Assunção papel mais ativo nos negócios regionais.

O Uruguai, que fora anexado aos domínios luso-brasileiros por D. João, tornara-se independente após três anos de guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (Campanha Cisplatina, 1825/28). Com a independência, garantida por ambos os beligerantes, sua vida política organizou-se em torno de dois partidos, o Colorado que defendia a liberdade de comércio e a livre navegação dos rios, e o Blanco, nacionalista e menos aberto à convivência internacional. O Partido Colorado, cujas teses coincidiam com as defendidas pela política exterior do Império, pois o acesso a Mato Grosso dependia da navegação fluvial, era

bem-visto pelo governo brasileiro. Já os blancos, representantes dos grandes proprietários rurais, que tinham afinidades com os criadores de gado da outra margem do Rio da Prata, concorriam com os estancieiros brasileiros, estabelecidos na Banda Oriental.

Na Argentina, depois de longos anos de caudilhismo e guerras civis, a sociedade mercantil de Buenos Aires buscava impor-se às províncias para realizar o seu projeto de um Estado unitário. As oligarquias do interior, opondo-se a esse projeto, defendiam a federação, pois nela viam uma forma de manter a dominação política local e a exploração econômica de suas províncias, sem que sobre esta incidissem impostos nacionais. Saliente-se que as exportações dessas províncias escapavam ao controle de Buenos Aires, pois utilizavam portos do Uruguai, governado pelo presidente Bernardo Berro, do Partido Blanco. Também para o Paraguai Montevideu era a saída para o seu comércio exterior, o que favorecia a aproximação, não apenas de Lopez com os federalistas argentinos, mas também com Berro e seus correligionários do Partido Blanco. O presidente uruguaio enfrentava uma guerra civil, liderada por Venâncio Flores, do Partido Colorado. Este, por sua vez, contava com o apoio do presidente argentino Mitre e dos estancieiros brasileiros radicados no território oriental, cujos interesses tinham sido prejudicados pelo governo blanco.

No Brasil, o gabinete liberal, instaurado em 1.862, chegava ao poder fragilizado no seu prestígio internacional pela Questão Christie. Esse incidente, de menor importância, iria tomar feições graves graças à ação imprudente do senhor William Dougal Christie, representante do governo inglês junto ao Estado brasileiro. Arrogante e rixento, não perdia oportunidade de formular solicitações descabidas ao marquês de Abrantes, que acumulava as pastas da Fazenda e do Exterior. Interpretando a paciência do governo em ouvi-lo como tibieza, foi se tornando cada vez mais insolente. Para dar uma demonstração do seu poder, aproveitou uma sucessão de ocorrências corriqueiras para deixar claro que representava, nestas plagas tropicais, a nação mais poderosa do mundo, aquela que, no auge da expansão do *British Empire*, fazia “diplomacia” com os canhões das suas belonaves. A primeira ocorrência foi o naufrágio, em 1.861, de um navio mercante de bandeira inglesa numa faixa deserta do litoral do Rio Grande do Sul. Logo chegaram à capital do Império notícias de que a carga que se espalhara pela praia fora saqueada. Christie transformou esse fato numa questão de estado, exigindo compensação para o armador, indenização para os parentes dos marinheiros falecidos e punição para os funcionários brasileiros que se ocuparam do caso.

Enquanto exercia a sua impertinência no que qualificava de defesa dos interesses ingleses, logo

encontrou outro motivo para exibir sua truculência. Em julho de 1.862, a polícia carioca prendeu três membros da tripulação de um navio britânico que, na Tijuca, chutavam escravos e importunavam mulheres. Um deles era um capelão naval beberrão e de maus costumes. Levados à delegacia e identificados, foram imediatamente postos em liberdade. Esse simples caso de polícia, que se resolveria com um protocolar pedido de desculpas, foi classificado por Christie como “um ultraje à Inglaterra”. Para reparar a ofensa, exigiu do governo brasileiro a demissão da autoridade que ordenara a prisão, um pedido público de desculpas e uma censura escrita ao chefe de polícia da Corte.

D. Pedro II, pacifista por índole e por convicção filosófica, não queria transformar um mero caso policial em questão de estado, mas cioso no resguardo da honra nacional, decidiu que o Brasil “não podia anuir com decoro”, e mandou que as exigências fossem rejeitadas. O desdobramento dessa questão chegou ao extremo do rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, somente reatadas com o pedido formal de desculpas do Governo inglês, entregue, por enviado especial, a Pedro II quando o monarca assistia, em Uruguaiana, a rendição das forças paraguaias. Note-se que *revisionistas* da História militar brasileira têm afirmado que a Guerra do Paraguai resultou de interesses ingleses, que utilizaram o Brasil como instrumento para destruir as

“prósperas” ditaduras dos Lopez. Na verdade, os impérios brasileiro e britânico passavam por uma fase de dificuldades em seu relacionamento, não podendo, pois, o primeiro ter sido instrumento do segundo em tais circunstâncias. Aliás, sobre o tema *revisionismo*, o nosso confrade, Gen Jonas, publicou interessante e equilibrado artigo na *Revista do Exército Brasileiro* (3º quadrimestre de 2005) e o livro *Maldita Guerra*, de Francisco Doratioto, desmonta, com sólidos argumentos, as teses *revisionistas* que têm sido ultimamente divulgadas sobre a Guerra do Paraguai.

Após esta longa digressão, voltemos ao Uruguai e às circunstâncias que iriam determinar a eclosão do maior conflito registrado na América Meridional. Os brasileiros lá radicados acusavam o governo do presidente Berro de lhes ser hostil, ignorando ou mesmo incentivando ações criminosas contra suas pessoas e propriedades rurais. Insistiam com o governo brasileiro para dar-lhes proteção, chegando a insinuar que, se não pudessem contar com essa proteção, melhor seria apelar para a solução separatista, tal como ocorrera com a República Rio-grandense que, de 1836 a 1844, declarara-se independente do Império. Para evitar o renascimento dos pruridos separatistas na sua província mais meridional, o governo brasileiro enviou ao Prata, em maio de 1864, o conselheiro Saraiva, apoiado por uma esquadra comandada por Tamandaré. O governo paraguaio expediu comunicação declarando solidariedade

ao Uruguai nas suas questões com o Brasil, porém nem o nosso país nem a Argentina acreditavam que Lopez fosse além de declarações retóricas sobre as questões do Prata. Continuaram, pois, suas políticas de apoio à rebelião de Flores, inclusive com o emprego da esquadra de Tamandaré no Rio Uruguai, enquanto a diplomacia do governo blanco, por seu lado, aproximava-se de Assunção. Em agosto de 1864, o governo brasileiro ameaçou intervir militarmente no Uruguai, caso suas reivindicações não fossem integralmente satisfeitas. Em outubro, tropas imperiais, concentradas na fronteira, iniciaram seu deslocamento para o sul. Lopez considerou essa intervenção um ato hostil ao equilíbrio de forças regional e, sem prévia declaração de guerra, mandou aprisionar o vapor mercante brasileiro *Marquês de Olinda*, que conduzia a bordo o novo presidente de Mato Grosso. Era a *maldita guerra*, na expressão de Cotegipe e utilizada por Doratioto para título do seu livro acima mencionado.

3. A guerra.

Em dezembro, forças paraguaias, fortes de 7.700 homens, invadiram Mato Grosso, cuja guarnição era de apenas 875 soldados do exército e cerca de 3.000 guardas nacionais, espalhados pelo imenso território da província.

O plano do ditador paraguaio era, coberto ao norte pela ocupação de Mato Grosso, avançar sobre o Rio Grande do Sul em direção ao Uruguai,

onde suas forças derrotariam as tropas brasileiras que lá se encontravam, cujo efetivo era de menos de 10.000 homens. Seria, na suposição de Lopez, colocar o Império de joelhos, podendo dele extrair quaisquer concessões, negociadas de uma posição vantajosa. Sob o pretexto de estar defendendo a independência uruguaia, contava com o apoio do governo blanco e dos federalistas argentinos. Porém, em fevereiro de 1865, o novo presidente uruguaio, também do Partido Blanco, Tomás Villalba, pressionado pelos comerciantes prejudicados pelo bloqueio de Montevideu pela esquadra de Tamandaré, assinou acordo de paz com o enviado brasileiro ao Prata, José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco.

Apesar dessas novas circunstâncias, Lopez não alterou seu plano original. Como o governo argentino negara autorização para o exército paraguaio transitar pelo território da República, para atacar os brasileiros no Uruguai, mandou invadir a província de Corrientes, em abril de 1865, por 22.000 soldados, sob o comando do Gen Robles. Julgava que suas forças seriam recebidas como libertadoras pelos correntinos, comprometidos com a federação, e até mesmo as ajudariam a depor Mitre, presidente do governo unitarista de Buenos Aires. Em junho do mesmo ano, 12.000 paraguaios, comandados pelo Cel Estigarribia, marcharam para o sul pela margem brasileira do Rio Uruguai, para unir-se às tropas de Robles, numa operação que Lopez

pretendia fosse rápida em face da superioridade numérica das colunas invasoras e do despreparo dos invadidos. Com efeito, o Brasil, sempre despreocupado da defesa nacional, tinha apenas 8.000 homens como força de reserva, disseminados por todo o seu imenso território.

Não foi, porém, o que aconteceu. Poucos correntinos confraternizaram com os paraguaios e até mesmo Urquiza recuou do apoio a Lopez, temeroso de que a comércio de Entre Rios ficasse paralisado pelo bloqueio imposto ao Uruguai pelo Almirante Tamandaré.

Em decorrência da violação do seu território, a Argentina tornou-se receptiva a uma aliança militar com o Brasil, assim como o presidente Flores, que assumira o poder no Uruguai. O novo enviado do governo brasileiro ao Prata, Francisco Otaviano, cujas instruções visavam a colaborar para o fortalecimento de Flores e conseguir que o governo argentino não dificultasse as operações do Império contra Lopez, surpreendeu-se com o clima favorável que encontrou. Assim, em 1º de maio de 1865 assinou em Buenos Aires, com os representantes da Argentina e do Uruguai, o Tratado da Tríplice Aliança. Esse tratado, que formalizava a aliança militar contra o Paraguai, afirmava que a guerra seria contra Lopez e não contra o povo paraguaio, a paz não seria tratada isoladamente e a guerra só terminaria com o afastamento do ditador.

O fracasso do plano de Lopez

ocorreu, não só pela rendição dos blancos de Montevideu e pela assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, mas também pela deplorável conduta dos comandantes das colunas invasoras de Corrientes e do Rio Grande do Sul. Estigarríbia desobedeceu às instruções de não se deter nas cidades gaúchas na marcha para o Uruguai. Ao contrário, entrou em Uruguaiana e lá se deixou ficar, deslumbrado com os produtos do comércio local, que saqueou, até ser cercado e obrigado a render-se aos aliados, com a presença do imperador Pedro II. Em Corrientes, Robles também desobedeceu às instruções recebidas de seguir diretamente para o Uruguai e imobilizou-se, provavelmente aterrorizado por ter de enfrentar o lendário Urquiza no seu caminho para o sul, e passou os dias embebedando-se. Foi destituído do comando e fuzilado em julho de 1865.

As campanhas do Uruguai e de Corrientes redundaram em sério desastre para o Paraguai. Em Mato-Grosso, porém, os invasores não podiam ser eficazmente atacados. A coluna enviada de São Paulo para socorrer a província, que chegou mesmo a invadir o território paraguaio, em meados de 1865, foi afinal rechaçada diante de um inimigo superior em efetivos e em suprimentos. Em junho de 1867, dos 2.080 homens que partiram de São Paulo, restavam apenas 700, estropiados pela fome e por doenças. Essa épica operação ficou registrada no livro *A Retirada da Laguna*, do Visconde de Taunay,

que dela participou.

No final de 1865, a ofensiva paraguaia extinguiu-se. Daí por diante, aos aliados caberia a ofensiva, tarefa difícil tendo em vista o teatro de operações. Urgia organizar, treinar e levar um grande exército, inicialmente até a fronteira com o Paraguai, depois através do território desse país, do qual não havia cartas ou simples roteiros que servissem de base à montagem de uma operação ofensiva. Ao Brasil, por ser o país mais populoso e de maiores recursos materiais e financeiros, e principalmente por ser o único a possuir uma marinha de guerra, cabia a maior responsabilidade, embora não tivesse o comando-chefe das operações. Pelo Tratado da Tríplice Aliança, esta responsabilidade cabia ao Gen Mitre, presidente da Argentina, que nunca foi aceito plenamente pelos chefes militares brasileiros, que desconfiavam da sua lealdade. Essa situação tomava-se mais grave porque faltava unidade de comando às forças brasileiras. As forças terrestres compunham-se de dois corpos de exército, comandados por Osório e pelo marquês de Porto Alegre, enquanto as forças navais eram comandadas por Tamandaré. Esses três chefes militares nem sempre concordavam com Mitre. Essa situação retardou a invasão do território paraguaio e, mais tarde, o rompimento do sistema defensivo de Humaitá.

4. A invasão

Em 16 de abril de 1866, as forças aliadas, com um efetivo de 6.500 homens, invadiram o Paraguai. As

primeiras tropas a pisar o solo do inimigo estavam sob o comando de Osório. Antes, porém, de embarcar em navios da esquadra, o general brasileiro lançou proclamação aos seus soldados, na qual dizia: “*É fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever*”. E acrescentava: *Não tenho necessidade de recordar-vos de que o inimigo vencido e o Paraguai desarmado ou pacífico devem ser sagrados para um exército composto de homens de honra e coração*”.

Com sua pequena escolta de 12 cavalarianos, Osório iniciou imediatamente o reconhecimento do terreno, totalmente desconhecido dos aliados: nenhum mapa, nem mesmo simples croqui, indicava a direção dos rios, a disposição dos banhados, a natureza da vegetação e a existência de estradas e veredas. Foi nessa ocasião que Osório passou nove horas a cavalo, sob chuva inclemente. Quando à noite quis descalçar as botas, não o conseguiu: suas pernas inchadas obrigaram seu bagageiro a cortar o couro molhado para descalçá-lo. Sobreveio-lhe uma inflamação crônica das pernas (flebite?) que iria impedir-lhe de calçar botas para sempre. Eis porque ele figura *de calças* na estátua equestre da Praça XV de Novembro. Bernardelli, autor daquela bela escultura, a havia inicialmente esboçado com Osório de botas - e até de charuto, do qual realmente não se separava - e só a corrigiu depois de informado do problema de saúde

do velho cavalariano.

Na medida em que os aliados prosseguiram na marcha de aproximação do inimigo, sucediam-se os contatos e pequenos combates. Porém, nas imediações do *Estero Bellaco*, os paraguaios irromperam em força de suas posições, a dois de maio, e atacaram vigorosamente os aliados. Mais uma vez Osório, apoiado pela 6ª Divisão de Infantaria do Gen Vitorino, rechaçou o inimigo que perdeu 3.000 homens. Após esse combate, no qual Osório foi levemente ferido, os aliados pararam durante 18 dias para reajustar o dispositivo. É de salientar que, no seu conjunto, a travessia, a conquista da cabeça-de-ponte e os combates para sua consolidação constituíram importante operação anfíbia, somente superada, no hemisfério meridional, pela Guerra das Malvinas.

Solano Lopez, depois de haver abandonado a margem paraguaia do Rio Paraná, vai finalmente instalar-se ao norte do *Estero Rojas*, coberto por esse obstáculo. Por seu turno, as forças aliadas, sob o comando-em-chefe de Mitre, vão acampar num pequeno terreno, com cerca de 4km de comprimento por 2,5 de largura, cercado de pântanos e de matas onde o inimigo podia se esconder. Embora exíguo, era o único seco capaz de permitir, precariamente, o acampamento de grandes efetivos. Essa instalação, simples acampamento e não uma posição organizada, distava um quilômetro do *Estero Rojas*, onde os paraguaios se entrincheiraram

5. A batalha.

A 24 de maio de 1866, os paraguaios, com 24.000 homens, conhecendo perfeitamente o terreno e dele tirando proveito, lançaram-se contra essa sumária posição dos exércitos aliados em Tuiuti, cujos efetivos somavam 32.000 combatentes, sendo 21.000 brasileiros, 9.700 argentinos e 1.300 uruguaios. A existência de obstáculos no campo de batalha levou Lopez a montar a manobra com três agrupamentos de forças, comandados por Diaz, Resquin e Barrios. O esforço principal seria no flanco esquerdo do dispositivo aliado, onde Barrios, com 6.000 homens, a maioria de cavalaria, deveria chocar-se com o centro da defesa e desbordá-lo pela esquerda, enquanto Diaz, com 5.000 soldados, atacaria a vanguarda do dispositivo defensivo e Resquin, com 9.000 homens, sendo muitos de cavalaria, desbordaria por leste. As duas colunas desbordantes fariam, portanto, um movimento de pinça para destruir as forças aliadas no interior do seu dispositivo. O ataque deveria ser lançado ao alvorecer e sem qualquer preparação, mas deficiências de coordenação e atraso no deslocamento de Barrios retardaram o início da ação, que somente ocorreu por volta do meio-dia. Não obstante, os paraguaios conseguiram manter a surpresa (basta lembrar que Osório almoçava, a bordo, com Tamandaré quando começou a batalha).

Lopez conservou 18.000 homens em reserva estratégica, a despeito de sua força de ataque não

ter um valor adequado para este tipo de operação (24.000 paraguaios contra 32.000 aliados). Contudo, deixou-a inativa, ou porque desconhecesse seu emprego, ou porque quisesse garantir o acolhimento das colunas atacantes, em caso de insucesso e perseguição. Se a tivesse empregado no momento oportuno, talvez pudesse ter mudado o resultado da refrega, quiçá da guerra, pois suas tropas dispunham de perfeito conhecimento do terreno, estavam próximas de suas bases de suprimento e levavam a vantagem da surpresa. Sua cavalaria (8.500 homens, bem montados), era muito mais numerosa do que a dos exércitos da Aliança (a cavalaria brasileira estava praticamente a pé, desgastada pelas longas marchas), mas havia superioridade da artilharia brasileira sobre a guarani, embora estivesse também desfalcada de meios de movimento (juntas de bois de tração e cavalos de montaria). Essas graves deficiências em mobilidade, não apenas impediu o aproveitamento do êxito e a perseguição após a batalha, como determinou uma longa parada nas operações, permanecendo os exércitos aliados imobilizados em Tuiti, região insalubre, por quase dois anos.

Esse sangrento confronto, que alguns chamam de a *Batalha das Nações*, é notável sob muitos aspectos. Considerando-se apenas o lado aliado, ressalta o fato de seu exército ser plurinacional, ter um grande efetivo e haver a batalha ocorrido após transposição de importante obstáculo fluvial (em

operação conjunta com a Marinha brasileira) para a conquista de cabeça-de-ponte, cuja consolidação exigiu seguidos combates. Finalmente, somam-se aos aspectos citados a vasta gama de materiais e armamentos utilizados, modernos para a época (fuzis, canhões raiados, foguetes, etc), todos justificando, amplamente, a qualificação da Batalha de Tuiuti como um evento militar de grandes proporções.

Todavia, são seus aspectos humanos que conferem a esse confronto bélico uma grandeza especial. Nela morreram, por suas respectivas pátrias, após cinco horas de renhidos combates, 6.000 paraguaios e 996 aliados, dos quais 133 uruguaios, 126 argentinos e 737 brasileiros, além de milhares de feridos e mutilados de ambos os lados. Nela ocorreram - também de ambos os lados - atos de audácia, bravura e coragem como os mais brilhantes registrados pela História em todos os tempos. E nela cobriram-se de glórias chefes militares brasileiros que, nas frentes de combate ou na piedosa tarefa de minorar o sofrimento dos feridos, se esqueceram de si mesmos para verem apenas a honra da Pátria ou a salvação dos companheiros caídos.

6. Os Patronos.

Entre tantos bravos e eficientes oficiais do Império, cujos nomes deveriam constar de lista a ser perpetuada em Panteão da Pátria, Manuel Luís Osório, Antônio de Sampaio, Emílio Luís Mallet e João Severiano da Fonseca destacaram-se

de tal forma que o Exército os escolheu para patronos, respectivamente, da Cavalaria, da Infantaria, da Artilharia e do Serviço de Saúde.

Em 24 de maio, a vitória deveu-se, em larga escala, a Osório. Empunhando a célebre lança que herdara do bravo Bento Manuel após o combate de Sarandi (Campanha Cisplatina-1825/28), galopou para todos os lados para organizar a defesa e estimular a resistência. Dionísio Cerqueira, na sua magnífica obra *Reminiscencias da Campanha do Paraguai*, recorda-o em Tuiuti montado “em seu belo cavalo de combate, com o largo chapéu de feltro negro, o poncho flutuando deixando ver a gola bordada, a lança de ébano incrustada de prata na mão larga e robusta, o olhar fascinante.” Richard Burton, escritor, diplomata e aventureiro inglês, autor do livro *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*, diz que Osório era “o único general universalmente respeitado e amado, tanto pelos argentinos como pelos brasileiros”. E acrescenta: “É valente até a temeridade. Cavalos e mais cavalos por ele montados têm sido atingidos, mas os soldados dizem que ele tem o corpo fechado e que, depois das batalhas, sacode o poncho para as balas caírem”. Na realidade, partiu dele toda iniciativa que se esperava de um comandante-em-chefe, embora esta função estivesse nas mãos de Mitre.

Sampaio, nascido na província do Ceará, terra de homens tenazes e resistentes, participou da contenção

de quase todos os movimentos insurrecionais ocorridos no século XIX. Participou, com destaque, da Campanha do Uruguai e, após a rendição de Montevidéu, permaneceu no território uruguaio onde foi alçado ao generalato, em reconhecimento dos excelentes serviços prestados em operações de guerra. No comando de uma divisão de infantaria, seguiu para a Campanha do Paraguai e com ela participou, integrando o Corpo de Exército de Osório, da passagem do Paraná e de todos os combates para conquistar e consolidar a cabeça-de-ponte aliada no território inimigo. No dia 24 de maio, o do seu 56º aniversário, foi três vezes ferido, à frente da sua gloriosa *Divisão Encouraçada*, assim chamada devido ao denodo com que resistia, sem arredar pé, aos mais violentos assaltos, como se protegida por couraça invisível. A um primeiro ferimento, seguiu-se um segundo, na face, justamente quando Osório mandou-lhe uma mensagem de encorajamento por um dos seus ajudantes-de-ordem. Sampaio, com o costumeiro estoicismo, disse ao mensageiro do Comando: - "*Olha, senhor alferes, diga ao Marechal Osório que estou cumprindo o meu dever, mas como já perdi muito sangue, seria conveniente que me mandasse substituir*". Logo em seguida, o bravo cabo-de-guerra é ferido pela terceira vez, ainda na presença do emissário de Osório, a quem diz, antes de desfalecer: - "*Diga ao Marechal que este é o terceiro*

ferimento". Evacuado para bordo de um transporte de guerra, faleceu a 6 de julho, portanto 43 dias depois de ferido. Como homenagem ao herói de Tuiuti, o governo brasileiro deu a denominação de Regimento Sampaio ao 1º Regimento de Infantaria, cujo estandarte ostenta, encimando o leão heráldico, três estrelas, que simbolizam as três chagas de Sampaio. Também a Medalha de Sangue do Brasil, instituída durante a Segunda Guerra Mundial, contém essa mesma simbologia das três estrelas, lembrando aquele que, no campo da honra, soube vertê-lo até a derradeira gota. Para perpetuar o sacrifício de Sampaio e de seus bravos infantes, o 24 de maio, por coincidência também dia do seu nascimento, foi escolhido como o *Dia da Infantaria* brasileira.

Emilio Luís Mallet nasceu na cidade de Dunquerque, na França, de uma família anglo-normanda à qual pertencia um general republicano, Claude François Mallet. Durante a campanha de Napoleão na Rússia, em 1812, chegou a Paris a notícia da desastrosa retirada da *Grande Armée*, seguida de boatos de que Napoleão havia morrido. O velho general republicano liderou, então, uma audaciosa ação para tomar o poder. Preso, sumariamente julgado e fuzilado, sua família, para fugir das perseguições, buscou asilo na Bélgica, de onde um dos seus ramos, constituído pelo casal Jean Antoine Mallet e Julie-Marie-Joseph Denys de Montfort e seus filhos, acabaria vindo para o Brasil.

Entre os filhos desse casal estava Emílio Luís Mallet, último de uma prole de cinco. O caçula fez o curso de Humanidades ainda na Bélgica, em Bruges, pitoresca cidade medieval, tendo se revelado aluno brilhante. Aos 16 anos, matriculou-se na Escola Militar francesa de Saint-Cyr, onde concluiu o 1º ano de Matemática. Não pode, porém, concluir o curso em virtude da vinda da sua família para o Brasil, aonde chegou com 17 anos de idade. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, em novembro do ano da Independência, foi convidado pelo Imperador para ingressar no exército nacional que se organizava. No ano seguinte, matriculou-se na Academia Militar do Império, onde fez o curso integral de artilharia e de engenheiro militar. Daí em diante, participou das lutas pela afirmação da independência, da Campanha do Uruguai e da Guerra da Triplice Aliança. Em Tuiuti, como tenente-coronel comandante do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, que integrava a vanguarda do dispositivo aliado, foi um dos alicerces da vitória. Calmo e previdente mandou cavar largo e profundo fosso diante de seus canhões, protegendo-os das repetidas cargas de cavalaria do inimigo. Durante a noite de 23 para 24, o seu regimento permaneceu em vigília, e quando, no dia da batalha, os paraguaios atacaram, respondeu com fogo preciso e rápido às investidas do inimigo, sendo chamado, por isto mesmo, de *artilharia-revólver*. O escritor argentino Manuel Galvez, autor do livro *Jornadas de Agonia*, descrevendo

comemoração da vitória em Tuiuti, assim se expressa: - *Ali estava o velho Mallet, gigantesco, rígido não obstante os grandes anos, sobre o cavalo escuro, com seu inseparável cigarro de palha. Venerado por todo o Exército, quarenta anos atrás pelejara contra os argentinos, como tenente, na batalha de Ituzaingo*". Testemunha presente no campo de batalha de Tuiuti, disse Cunha Matos ter sido a artilharia de Mallet "*o primeiro fator do triunfo*", e Tasso Fragoso, em sua obra *História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai*, comenta o desempenho da artilharia de Mallet com a seguinte figura de retórica: - "*... representa papel idêntico ao de um rochedo na linha da costa, contra o qual vão quebrar-se impotentes as vagas de um mar revolto.*" Com o velho artilheiro estavam, no Paraguai, seus três filhos homens, um dos quais, João Nepomuceno de Medeiros Mallet viria a ser, mais tarde, destacado Ministro da Guerra que reorganizou e reformou o ensino no Exército. Por seus méritos, Mallet foi agraciado com o título nobiliárquico de *Barão de Itapevy* e escolhido Patrono da Artilharia brasileira.

João Severiano da Fonseca pertencia a uma notável família de militares. Seus pais, o tenente-coronel Manuel Mendes da Fonseca e dona Rosa Maria Paulina da Fonseca, tiveram dez filhos, dos quais oito homens, todos militares. Dona Rosa da Fonseca, por suas virtudes de caráter e sua fortaleza de ânimo,

entrou para a História como a mãe espartana que estimulava os filhos a oferecerem seu quinhão de sacrifício na guerra do Paraguai, onde todos serviram, com exceção de um único, por questões de saúde. Todos se distinguiram na cruenta campanha, sendo que três deram a vida pela Pátria: dois em Curupaiti e o terceiro em Itororó. Os que sobreviveram à guerra, se notabilizaram em suas esferas de atribuições, como o marechal e generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca, proclamador e primeiro presidente da República, e o general Dr João Severiano da Fonseca, médico, militar, escritor, historiador e patrono do Serviço de Saúde do Exército. Apesar do ambiente castrense que reinava na casa de sua família, o jovem Severiano cedo sentiu inclinação para as ciências ligadas ao ser humano, robustecida essa vocação pelas epidemias que, freqüentemente, ceifavam muitas vidas no Rio de Janeiro. Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Corte, recebendo o grau de doutor em 1860. De sua turma fazia parte Olavo Bilac, mais tarde alçado à distinção de Patrono do Serviço Militar. Embora, como médico, pudesse satisfazer seu desejo de ajudar o próximo, sentia simultaneamente a atração pela vida militar, na qual ingressou em 1862 como 2º Cirurgião. Daí em diante, iria galgar todos os postos de seu Quadro, até o último de Genaral-de-Brigada, prestando destacados serviços humanitários, grande parte dos quais em ambiente

de guerra. Assim, participou da Campanha do Uruguai e de toda a Guerra do Paraguai. Por isto mesmo, foi agraciado com a Medalha Geral da Campanha do Paraguai, cunhada com o bronze dos canhões tomados ao inimigo, cuja fita ostentava, no passador de prata, cinco estrelas, uma para cada ano passado no teatro de operações. Em Tuiti, servia no 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, a unidade de Mallet, que integrava a vanguarda da posição aliada. Com seu costumeiro desvelo, empenhou-se em levar socorro médico a todos que dele carecessem, mesmo com risco de vida. Aqui cabe lembrar a importância do serviço de saúde, segundo abordagem pragmática e fria dos que contabilizam os recursos necessários para as operações. Na I Guerra Mundial, somente a França perdeu 2.000 médicos militares por ação do inimigo; por seu turno, o Serviço de Saúde francês chegou a recuperar 100.000 combatentes por mês, levando Clemenceau a afirmar: “Ganhamos a guerra com os nossos feridos”.

Senhores, aí está porque Tuiuti merece ser chamada, também, de “*A Batalha dos Patronos.*”

Com esse grande confronto entre as forças aliadas e as paraguaias, terminou o que poderíamos chamar de primeira fase da guerra, cujo prosseguimento e conclusão ainda iriam exigir, durante mais de três anos, inauditos sofrimentos e severos esforços de todas as partes envolvidas.

HOMENAGEM AOS MORTOS NA INTENTONA COMUNISTA DE 1935

Luiz Carlos Carneiro de Paula (*)

Agradeço, em nome do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e em nome de seu presidente, o General Aureliano Pinto de Moura, o convite do Comando da ECEME para que participássemos com vocês da homenagem a alguns de nossos companheiros, que morreram no cumprimento de seu dever.

Hoje pela manhã, aqui mesmo na praça aqui em frente, o Exército reverenciou os que tombaram, há 71 anos, vítimas da ação daqueles que se colocaram a serviço de outras convicções, diferentes daquelas nas quais se forjou a alma do soldado brasileiro.

Antes de me juntar a vocês na homenagem que fazem às vítimas da Intentona Comunista de 1935, permitam-me homenagear àqueles que, meus companheiros nesta Escola, foram assassinados, covardemente, por mãos guiadas pelas mesmas idéias daqueles que mataram em 1935.

Meu curso nesta escola não foi tranqüilo como quase todos os outros. Naquele momento da vida nacional – falamos de 1968 -,

***O autor é Coronel de Engenharia e de Estado-Maior, Sócio Efetivo do IGHMB.**

vivíamos a esperança de fazer o Brasil dar um salto em sua vida política, econômica e social, salto duas vezes ensaiado – nas décadas de 1930 e de 1950 – e duas vezes frustrado por um populismo irresponsável e demagogo, como sempre são os populismos. E vivíamos, ao mesmo tempo, a agressão daquilo que ficou batizado como a “luta armada”. Em 1968, aqui, tínhamos aulas pela manhã e, à tarde, trabalhávamos nas mais diversas tarefas, a fim de ajudarmos a dotar o Estado e o Governo de uma estrutura adequada aos objetivos do Movimento de 64. Não o fazíamos sem cruzar e enfrentar a baderna de rua, as agressões e o terror seletivo. Não era fácil sentar-nos nas salas desta Escola e pensarmos, didaticamente, em apoio de engenharia ou fazermos uma prova de brigada no ataque. Menos ainda discutir, também didaticamente, a segurança interna e a garantia da lei e da ordem. Eram abstrações quase impossíveis. Pobres instrutores daquele tempo! Não sei como agüentaram lidar conosco. O ano de 1969 não foi muito diferente. Apenas mudamos de brigada para divisão.

Mas, ainda em 68 perdemos o Major **Edward Ernest Tito Otto**..oficial alemão, confundido pelos terroristas de então com um outro companheiro da turma, o

Capitão Gary Prado Salmón, boliviano, que havia eliminado Che Guevara. Edward estava desarmado, na esquina de casa, voltando da Escola. Em 1971, pouco depois de terminarmos o curso (eram três anos naquela época), durante uma operação de cerco a um grupo armado, perderíamos o Major José Júlio Toja Martinez Filho. Ele acabara de preservar a vida de uma terrorista acuada dentro de um carro. Ao abrir a porta e mandá-la sair, foi atingido na barriga e no peito. Chegou morto ao pronto-socorro enquanto a assassina era levada a corpo de delito para as formalidades legais. Paro por aqui com as minhas lembranças vividas, algumas de tantas outras semelhantes.

Mais uma vez essa gente foi derrotada. E o salto do Brasil se fez, inclusive o trabalhoso e arriscado mergulho na democracia sonhada e hoje garantida também por vocês. Nossa tradição de anistiar e reintegrar à vida nacional os insurretos, praticada desde Caxias e incorporada a nossa cultura, prevaleceu e, apesar das contradições, haverá de vingar.

Olhando para vocês, vejo muito mais gente, Soldados todos, de todas as idades e de todos os tempos, // fiéis aos compromissos que, ao longo da vida fomos assumindo e renovando. “Incorporando-me ao Exército Brasileiro, prometo cumprir...” Lembram-se? // “Recebo o sabre de Caxias como o próprio símbolo da honra militar” O que significava para cada um de nós e o que significa hoje e sempre a honra militar? // Estão

ouvindo o que juraram ao receber a espada de oficial? Tenho certeza que sim.

E enquanto conversamos, também tenho a certeza de que, cada um de vocês está passando a limpo a sua própria vida, a própria luta para cumprir seus juramentos através da prática do que chamamos as virtudes militares. Na verdade são as virtudes do homem bom. Entretanto, para o soldado, se tornam paradigmas, referências voluntariamente aceitas como voluntários foram e são nossos compromissos.

Dedicação e responsabilidade, camaradagem e lealdade, hierarquia e disciplina, tenacidade e perseverança, coragem e equilíbrio, amor e respeito ao próximo, amor à verdade e tantas outras que não precisam ser lidas, repetidas...estão no sangue, estão na alma do soldado..

Diante de vocês desfilam os nomes dos que morreram em 1935:

Tenente-Coronel Misael Mendonça
Major João Ribeiro Pinheiro
Major Armando de Souza Mello
Capitão Danilo Paladini
Capitão Geraldo de Oliveira
Capitão Benedicto Lopes Bragança
Capitão José Sampaio Xavier
Segundo-Tenente convocado
Lauro Leão Santa Rosa
Segundo-Sargento José Bernardo Rosa
Primeiro-Sargento Jaime Pantaleão de Moraes
Terceiro-Sargento Abdiel Ribeiro dos Santos

Terceiro-Sargento Coriolano
Ferreira Santiago
Primeiro-Cabo Luiz Augusto
Pereira
Segundo-Cabo José Hermito de Sá
Segundo-Cabo Alberto Bernardino
de Aragão
Segundo-Cabo Clodoaldo
Ursulano
Segundo-Cabo Pedro Maria Netto
Segundo-Cabo Fidelis Batista de
Aguiar
Segundo-Cabo Manoel Biré de
Agrella
Segundo-Cabo Francisco Alves
da Rocha
Segundo-Cabo João de Deus
Araújo
Soldado PM Luiz Gonzaga de
Souza
Soldado PM Lino Victor dos
Santos
Segundo-Cabo Wilson França
Segundo-Cabo Péricles Leal
Bezerra
Segundo-Cabo Orlando Henriques
Segundo-Cabo José Menezes
Filho
Segundo-Cabo Manuel Alves da
Silva

Naqueles dias fatídicos de 1935, eles eram movidos pela crença e pela fidelidade aos valores éticos e morais que fazem de nós, soldados. Estes mesmos valores moveram os que morreram em tantos outros dias fatídicos que temos tido ao longo do tempo.

Foram estes os valores postergados e traídos por aqueles que

os mataram.

É ocioso lembrar-lhes o que acontecia no mundo e no Brasil naquele e noutros tempos. Vocês conhecem a história. O que devo dizer-lhes agora é que não esqueçam nossos mortos. Nem os de 35, nem tantos outros que deram a vida para que pudéssemos continuar construindo o Brasil que desejamos. Mesmo que isto nos obrigue a suportar e a conter a falta de compromisso e de patriotismo daqueles que, anistiados e reintegrados, mostram o seu lado cínico e oportunista, irresponsável. Eles que desistam, pois, por aqui, não passarão.

Nasci em setembro de 1935. Meu pai me batizou Luiz Carlos. No “livro do Bebê” escreveu: “Houve um período de minha vida em que todos meus anseios de homem e cidadão – isto era 1918/1920 – estiveram voltados para o exemplo de um Luiz Carlos a quem, por sua inteligência, pela camaradagem e pela lealdade, chamávamos o “cavaleiro da esperança”. Agora tenho a ti, meu filho, com esperança... Deus há de permitir que cresças comprometido com Ele, com seus semelhantes e com a pátria.”

Em novembro, o outro Luiz Carlos foi o líder de ações que negavam tudo aquilo que meu pai nele admirava. Ainda incrédulo, meu pai escreveu ao pé da mesma página de meu batismo: “O que faz uma mulher bonita - referia-se a Olga Benaro -, o que fazem as decepções! – referia-se a 24 e à Coluna - Por que ele fez isto? Por que nos traiu? Por que renegou a sua pátria? Mas confio em ti, meu filho. Cresça.

Tratarei de oferecer-te estudo, trabalho e luta para que enrijeças a tua fé e o teu patriotismo.”

Em homenagem aos nossos mortos, eu lhes peço: perseverem na prática da verdade, perseverem na prática da lealdade. Elas são a base

da confiança e da disciplina. São a garantia da justiça. São a alma e a face da coragem.

Muito obrigado e que Deus os proteja..

REVOLUÇÃO DE TRINTA: A AÇÃO TENENTISTA GARANTIU A VITÓRIA

Cel Cav Davis Ribeiro de Sena (*)

A MORTE DO LÍDER

O assassinato de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Estado da Paraíba e candidato a vice-presidente da República pela Aliança Liberal, ocorrido na cidade do Recife (26 Jul 930), foi o estopim da revolução nacional liderada por Getúlio Dornelles Vargas (1730 horas de 03 Out 930), que depôs o presidente Washington Luís Pereira de Sousa. Havia cheiro de pólvora no ar, após a derrota eleitoral de 1º de março desse ano para Júlio Prestes de Albuquerque e o movimento armado deflagrado tinha sofrido a defeção de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, governador mineiro, substituído por Olegário Dias Maciel (07 Set 930). No Rio Grande do Sul, os 7º Regimento de Cavalaria (7º RC) (Santana do Livramento), 8º Regimento de Infantaria (Passo Fundo) e quartel-general da 3ª Região Militar (3ª RM) foram atacados a viva força por civis e policiais-militares, sendo aprisionado o general-de-divisão Gil Antônio Dias de Almeida, em pleno exercício do comando. Em Belo Horizonte (MG),

(*) O autor é sócio do IHGB e do IGHMB.

o aquartelamento do 12º Regimento de Infantaria foi cercado e caiu no dia 08 seguinte.

Na cidade da Paraíba do Norte (hoje João Pessoa), o general-de-brigada Alberto Lavenère Wanderley, comandante da 7ª RM (todo o Nordeste, do Maranhão à Bahia), foi morto com um tiro no estômago pelo 1º tenente Agildo da Gama Barata Ribeiro, na caserna do 22º Batalhão de Caçadores (22º BC). Houve luta renhida na evolução dos acontecimentos, causando dezenas de baixas de ambos os lados, além de tiroteios travados em outros corpos de tropa, que resistiram ao assédio, particularmente nos 03 estados sulinos, porém a maioria aderiu espontaneamente aos revoltosos. O general-de-divisão Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu foi nomeado comandante das forças em operações no Norte da República, mas não desembarcou do vapor "Comandante Capela", ancorado em Salvador (BA), onde instalou seu posto de comando, deixando livres as ações do ex-capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, que chefiou com êxito a revolução em todo Norte e Nordeste brasileiro.

Entretanto, a prevista batalha campal, que seria decisiva, entre forças do governo e revolucionárias

(25 Out), às margens do ribeirão Itararé (divisa entre os estados do Paraná e de São Paulo), não ocorreu, em face da capitulação legalista, no dia anterior (24 Out 930). Nessa data, junta militar composta pelos generais-de-divisão Augusto Tasso Fragoso – decano dos oficiais do Exército – e João de Deus Mena Barreto e o contra-almirante José Isaías de Noronha deu um golpe-de-estado, organizou o 1º Grupo de Regiões Militares (General Mena Barreto no comando e coronel Bertoldo Klinger na chefia do estado-maior), derrubou o presidente constituído, prendeu o vice-presidente Fernando de Melo Viana e o ministro da Guerra Nestor Sezefredo dos Passos, nomeou novo Ministério e, precedendo a revolução em marcha, assumiu o poder.

Despachadas diretrizes aos presidentes (hoje governadores) dos estados, Getúlio Vargas foi considerado simplesmente como um deles. O coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe do estado-maior revolucionário, não admitiu a situação imposta e refutando que o presidente da República era o candidato “esbulhado” nas últimas eleições, ordenou o deslocamento da tropa vitoriosa para o Distrito Federal, com o apoio do general honorário Olegário Maciel, afirmando este que a revolução não terminara com a queda de Washington Luís. Houve baderna na capital do país, empastelamento de jornais, saques na área comercial e

distúrbios generalizados. Em 29 de outubro, o ex-sargento Vargas foi aclamado presidente na capital paulista e no dia seguinte, seguiu para a cidade do Rio de Janeiro, sendo ovacionado pela população. Uniformizado, sem assumir qualquer posto militar, no dia 03 de novembro de 1930, tomou posse solene no mais alto cargo da Nação, no palácio do Catete, não como presidente eleito, mas como líder da revolução triunfante. Mas esta é outra história ...

* * *

Em recente obra minuciosa e veraz, o saudoso historiador militar Alcyr Lintz Geraldo aborda com propriedade a “Revolução de 1930 na Paraíba”, apontando nomes, fatos e datas. É livro de leitura obrigatória para os estudiosos, pois escapa á mesmice de repetições genéricas, que constitui a maioria das publicações que tratam do assunto. Fundamentado no citado trabalho, o autor apresenta breves anotações sobre o tema, acrescidas de pesquisas e interpretações próprias, enfatizando os fastos desencadeados no Estado da Paraíba, que liderou aquela revolução no Norte / Nordeste, ao lado dos outros dois estados rebelados (Rio Grande do Sul e Minas Gerais), mais poderosos econômica e politicamente, mas não na disposição para a luta.

Mesmo em estudo modesto como este, citar a Revolta de Princesa – pequena localidade do sertão paraibano – ocorrida naquele estado

entre 24 Fev / 19 Ago 930, fruto do choque de interesses que colocou em campos opostos e intransigentes o governador João Pessoa, que havia assumido as funções em 22 Out 928, e o “coronel” sertanejo José Pereira Lima, o mais abastado comerciante do sertão paraibano, principal fornecedor de gêneros alimentícios e de produtos manufaturados para o vale do rio Piancó (era também representante da multinacional Esso de Petróleo), que se viu prejudicado pela política tributária estabelecida pelo novo governante.

A citada microrregião do semi-árido nordestino fora palco da violência social e política que assolava a sociedade brasileira, desde a libertação dos escravos: há alguns anos passados, o destacamento João Alberto da malsinada Coluna Miguel Costa – Prestes, que percorria o território nacional, vinda do Sul do país, entrou no vilarejo de Piancó (09 Fev 926), momento em que foi recebido a bala pelo padre Aristides Ferreira da Cruz, que resistiu na casa paroquial com alguns policiais e jagunços, matando um ex-sargento e ferindo outros atacantes. Ao sentir que não poderia reagir por mais tempo, entregou-se, acenando uma bandeira branca, porém foi perversamente estripado juntamente com mais 12 homens, cujos corpos foram lançados numa vala de esgoto ao ar livre. Consta que Osvaldo Cordeiro de Farias, um dos chefetes do movimento rebelde, estava presente, o que não impediu sua eleição a governador do

Estado de Pernambuco (1954), já general-de-exército comandante da Zona Militar Norte, sediada na capital pernambucana, renunciando antes de concluir o mandato.

A REBELIÃO MILITAR

João Pessoa – sobrinho do ex-presidente da República Lindolfo da Silva Eptácio Pessoa, o grande cacique político do Nordeste, que o indicou – morava no Distrito Federal, onde exercia o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar e estava totalmente afastado dos problemas regionais. Idealista e enérgico, ao chegar, moralizou a Força Pública estadual e investiu frontalmente o coronelismo, que predominava na sociedade rural desde os tempos coloniais, protegendo o banditismo e o cangaço. Os “coronéis” influíam decisivamente na estrutura judiciária, por intermédio da composição dos júris populares e dos depoimentos das testemunhas convocadas para os julgamentos de contenciosos, ao tempo que controlavam as delegacias policiais e acoitavam impunemente os foragidos da lei, em suas propriedades.

Imediatamente, o incansável governador entrou em rota de colisão com o presidente Washington Luís, tornada explícita no dia do “Nego” (29 de julho de 1929), eis que dotado de reconhecida capacidade de trabalho, administrador eficaz que era, vitalizou o porto de Cabedelo e melhorou rodovias, procurando abastecer seu estado pelo terminal marítimo local, contrariando os

atacadistas do Recife e o ramo mais em evidência da família, os Pessoa de Queiroz, que lá residiam. Perseverante e altivo, tomava decisões importantes com presteza, desconsiderando as conseqüências decorrentes.

O governo da União era hostil à administração estadual, assim o 22º Batalhão de Caçadores (22º BC), com parada na capital paraibana, considerado legalista, mas sabidamente de tendência revolucionária – lá serviam os tenentes Jurandir de Bizarria Mamede, Juraci de Montenegro Magalhães, Paulo Cordeiro de Melo e Agildo da Gama Barata Ribeiro, todos comprometidos com o movimento revoltoso – estava cercado estrategicamente, à distância, por companhias destacadas dos 24º (São Luís), 25º (Teresina) 28º (Aracaju) e 29º BC (Natal), teoricamente leais ao governo central, bem como pelo aviso da Marinha “Muniz Freire”, ancorado em Sanhauá. Teoricamente, repita-se, pois a quase totalidade dos oficiais subalternos do Exército estava contaminada pelo vírus da rebeldia, estimulada por virulenta campanha da imprensa da capital do estado, que aliciava amplos setores da sociedade civil – à frente Antenor Navarro, José Américo de Almeida, Rui Carneiro e dezenas de outros líderes – todos voluntariamente sob a orientação do ex-capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, futuro general da ativa e candidato derrotado à Presidência da República (1955), que saíra da clandestinidade e assumira a

liderança das ações marciais, por consenso revolucionário.

Irmão e herdeiro político do ex-capitão revoltoso, morto de arma na mão nas ruas da cidade de São Paulo (19 Jul 924) Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, de quem era 17 anos mais moço, católico fervoroso, Juarez foi o principal chefe da Revolução de Trinta em todo o Norte-Nordeste, todavia logo divergiu da ditadura getulista (1937/45) e passou à oposição, beneficiado pela anistia geral concedida pelo seu êmulo que propiciou a todos os cidadãos brasileiros o retorno às atividades normais independentemente do lado em que estiveram no passado. Muitos militantes ficaram famosos, outros fizeram carreiras marcantes nos campos civil e / ou militar, a saber: Nelson de Melo, ele próprio, Eduardo Gomes – candidato duas vezes à presidência da República, Manoel Mendes de Moraes, Djalma Soares Dutra, Osvaldo Cordeiro de Farias – que governou dois estados da Federação (interventor no Rio Grande do Sul e governador eleito de Pernambuco), João Alberto Lins de Barros – interventor em São Paulo, Afonso de Albuquerque Lima, Ari Parreiras, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata – interventor no Pará, Aristides Corrêa Leal, Juraci Montenegro Magalhães – interventor e governador eleito da Bahia, Ari Salgado Freire, Felinto Strubling Müller – senador e candidato a governador de Mato Grosso, Newton

Estilac Leal – ministro da Guerra, Ernâni do Amaral Peixoto – interventor e governador eleito do Rio de Janeiro, Mário Portela Fagundes, Hercolino Cascardo – interventor no Rio Grande do Norte, Edmundo de Macedo Soares – governador eleito do Rio de Janeiro, Protógenes Pereira Guimarães – ministro da Marinha, João Punaro Bley – interventor no Espírito Santo, Augusto Maynard Gomes, interventor e governador eleito de Sergipe, Antônio de Siqueira Campos, Euclides Figueiredo, Ernesto Geisel – presidente do Brasil e último “tenente” e outros de realce semelhante. Como surgiu essa forte corrente política e militar que abalou as instituições republicanas?

Realizadas as manobras gerais de 1905, no campo de instrução de Santa Cruz (cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal) e identificadas as razões das duras baixas sofridas na campanha de Canudos (1896/7), que constatarem a reduzida operacionalidade da Força Terrestre, tornara-se urgente sua modernização, particularmente atualizando o nível profissional dos quadros e superando a exaustão da Guerra da Tríplice Aliança (1864/70). Assim, o ministro da Guerra marechal Hermes Rodrigues da Fonseca decidiu enviar jovens oficiais à Europa para auferirem novos conhecimentos profissionais resultantes das guerras da Criméia, franco-prussiana e dos “böers”, além de conhecerem as novidades técnicas e de emprego

decorrentes da Revolução Industrial em andamento no mundo e que ainda não tinham chegado por aqui.

Com a vinda da Missão Francesa (1919), por decisão do ministro da Guerra civil Pandiá Calógeras (Raul Soares, também civil, na Marinha) foram construídos quartelamentos e vilas militares, criadas escolas de aperfeiçoamento e de extensão, a instrução da tropa foi atualizada e os oficiais subalternos (“jovens turcos”) adquiriram nova mentalidade, absorvendo com ardor o lema “rumo à tropa”, divulgado pela revista militar “A Defesa Nacional” (1916), fundada por eles. Não tardou e criaram a Missão Indígena – capitães e tenentes instrutores da Escola Militar de Realengo, em contraposição à “missão estrangeira”, proclamando a implantação das idéias modernas por brasileiros. Estava semeado o fato gerador do “tenentismo”, movimento social que logo se alastrou entre a maioria dos tenentes, muitos capitães e grande parte da oposição partidária sucessivamente aos presidentes Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Washington Luís, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e chegou ao poder em 31 de março de 1964. Julgava a jovem oficialidade que esta era a única maneira de salvar o Brasil da politicagem e da corrupção dos civis e o meio patriótico de conduzir o Exército, que procurava escapar da quase estagnação do final do século XIX, ingressando resolutamente em nova fase de progresso, impulsionando

a nação brasileira.

Pois bem. Após a morte de João Pessoa e visando a controlar a preocupante situação, o general Lavenère transferiu o comando da 7ª RM para o aquartelamento do 22º BC, certo de que aquela unidade continuava legalista, ao passo que, sob as ordens do capitão João Facó, Princesa foi ocupada sem resistência por frações de tropas do 19º BC (Salvador) e do 20º BC (Maceió) e por uma seção de metralhadoras do 21º BC (Recife).

A sublevação detonou às 02:00 horas da madrugada de 04 de outubro de 1930, enquanto nos demais estados insurretos fora deflagrada às 17:30 horas do dia anterior. Juarez Távora explicou em livro de memórias que solicitara a Osvaldo Aranha, lugar-tenente de Getúlio Vargas, o adiamento do início da revolta por algumas horas, em virtude da companhia comandada por Juraci Magalhães entrar em prontidão no dia 04, obedecendo à escala de rodízio do serviço de prontidão imposto pelo comandante do 22º BC, entre as subunidades subordinadas, o que facilitaria o desencadeamento das operações. Obviamente, esse extemporâneo pedido, feito à 25ª hora, não foi atendido pelos dirigentes nacionais e valeu ao futuro postulante ao cargo de presidente do Brasil a desconfiança dos correligionários do Sul do país, que jamais absorveriam o fato de que o movimento insurrecional no Nordeste estourou algumas horas depois da sua eclosão em Minas

Gerais e no Rio Grande do Sul. Daí para frente, Távora e a maioria de seus comandados nordestinos estiveram em campos divergentes de seus companheiros que assumiram o poder, até o fim de suas vidas.

Na verdade, o ataque de surpresa ao quartel-general governista foi desfechado por Agildo Barata – ao mando de 18 civis fardados, recebidos de Antenor Navarro – que prendeu os oficiais desprevenidos e matou o general. Posteriormente, esse oficial revoltoso aderiu à ideologia comunista e negou, sem convicção, ter sido o agente do tiro fatal – sem indicar o autor do disparo – mas a análise isenta dos fatos e das personalidades envolvidas, e o relato de algumas testemunhas presentes ao episódio sangrento conduzem à conclusão de que foi o exaltado tenente quem feriu mortalmente o general comandante da 7ª RM. Depois de intervenção cirúrgica em condições adversas, a vítima faleceu no dia seguinte e foi promovida *post mortem* a general-de-divisão, no dia 15 do mesmo mês.

Findou a refrega nas dependências do 22º BC duas horas depois de iniciada e apresentou o saldo sinistro da morte de quatro oficiais legalistas e do cabo telefonista-de-dia, além de uns poucos feridos civis e militares. José Américo assumiu o governo estadual, ainda em 04 de outubro e Paulo Cordeiro, ao lado de Agildo Barata, dirigiram-se para a cidade do Recife, enquanto eram encerrados os combates no interior do Estado da Paraíba e enviadas colunas

de marcha a Natal e a Fortaleza, para dar conta do êxito da revolução.

Participaram das ações, com maior ou menor intensidade, oito batalhões de infantaria do Exército, sediados nas capitais nordestinas, de São Luís a Salvador, além de elementos das milícias estaduais e de civis voluntários. Seu principal chefe militar foi o coronel, depois general Góes Monteiro, que posteriormente assumiu o comando da 2ª RM (SP). O coronel Eurico Gaspar Dutra comandante do 4º RCD (Três Corações, MG), não aderiu de imediato à revolução, sendo transferido para o comando do 11º RC (Ponta Porã, MS). Na evolução dos acontecimentos, já general, foi nomeado comandante da 1ª RM (DF,

RJ, MG e ES) e conduziu as operações militares contra a Intentona Comunista de 1935, na capital federal. O general Alberto Lavenère era pai do futuro tenente-brigadeiro Nelson Freire Lavenère Wanderley, que, como 1º tenente, integrou o 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, (FAB), nos céus da Itália e cumpriu 11 (onze) missões de combate, sendo ferido em ação. Pensador militar, foi ministro da Aeronáutica (20 Abr 64 a 14 Dez 64) e é o patrono do Correio Aéreo Nacional.

A revolução vitoriosa de 1930 abriu caminho para o ingresso do Brasil no século XX, com 30 anos de defasagem histórica.

O CLUBE MILITAR E O PENSAMENTO REPUBLICANO

Renato J. P. Restier Junior (*)

Tanto na historiografia militar quanto política, é consensual atribuir ao Clube Militar grande responsabilidade pela mudança do regime monárquico para o republicano. Isto fica evidente com a ocupação de altos cargos no governo republicano já nos primeiros anos por militares sócios do clube – o maior cargo foi a presidência ocupada por Deodoro, que foi também o primeiro presidente do Clube Militar. Portanto, não é objetivo deste artigo levantar uma discussão sobre a importância do Clube Militar na *Proclamação da República*, nem mesmo sobre a importância de militares como Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant neste evento.

Entretanto, o que mais nos chama a atenção é o fato de que os sócios do Clube Militar que estiveram juntos na proclamação entraram em atrito no governo de Deodoro – mais precisamente com o próprio presidente –, somando, dessa forma, a outros fatores que resultaram no fim da primeira

experiência de governo republicano.

Tal contradição nos leva a discutir sobre a relação do Clube Militar com o pensamento republicano, sendo este o objeto do presente artigo. Surge, então, um primeiro questionamento: qual o projeto político republicano do Clube Militar? A resposta desta questão responderemos no decorrer deste artigo.

Para esta pesquisa foram utilizadas fontes impressas como os periódicos da época. Por exemplo, a *Revista do Exército Brasileiro*, cuja coleção utilizada neste trabalho se encontra no Clube Militar; os Almanques do Ministério da Guerra dos anos de 1889 e 1891, estes se encontram na Biblioteca do Exército; Ordens do Dia de 1884 a 1889 que estão no Arquivo Histórico do Exército; a *Revista da Família Acadêmica*, os jornais *O Paiz*, *A Gazeta* e *Diário de Notícias*, *A Federação* e *A Democracia*, todos na Biblioteca Nacional. Também utilizamos fontes manuscritas como correspondências do Clube Militar, correspondências particulares de sócios do clube e algumas atas do mesmo transcritas e já publicadas. O acervo do Museu Casa de Benjamin Constant possui uma série de documentos manuscritos e impressos que serão apresentados durante esta discussão.

(*) O autor é Bacharel e Licenciado em História pela UGF, aluno do curso de Pós-Graduação em História Militar Brasileira da UNI-RIO/IGHMB/EB-DEP e Professor de História dos Colégios Guarany e EDUCO-CPS).

É necessário analisar o contexto sócio-econômico e político da segunda metade do século XIX, ou seja, um contexto de diversas mudanças se consolidando e consolidadas no Brasil, influenciadas pelas transformações no cenário mundial, levando à obsolescência da Monarquia.

No contexto econômico a substituição das regiões tradicionais como as do Vale do Paraíba pelo Oeste paulista como centro de força na produção cafeeira. A emancipação desta última se explica pela execução de políticas de beneficiamento do café. A utilização de métodos mais modernos na produção com a utilização das máquinas e do trabalho livre imigrante se mostraram mais lucrativos que o escravo. Somam-se o espaço natural da região que era mais propício para o plantio do café e as características do produtor de café do Oeste paulista – era menos um fazendeiro, como os produtores das zonas tradicionais, e mais um empresário. Segundo Octavio Ianni em sua obra *Raças e Classes Sociais no Brasil*, a comercialização do café acabou por impor “a reelaboração dos fatores e da organização na fazenda, transformado-a numa empresa, no sentido de empreendimento capitalista”.

Outro aspecto de grande importância neste contexto foram as reformas infraestruturais, mais precisamente o processo de urbanização e o surto das estradas de ferro. Os problemas de transporte do café levaram à ampliação das ferrovias que permitiram maior dinamismo ao

escoamento do café e sua conservação, visto que com as tropas de muares o café ficava exposto a variações climáticas, poeira, lama, etc.

No que se refere ao contexto social identificamos o movimento abolicionista que tinha pretensões além do que simplesmente a abolição da escravidão. André Rebouças, Antonio Bento, Senador Dantas, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, entre outros, objetivavam a inserção do ex-escravo a uma condição de cidadão através da ampliação da educação e participação política, além da ampliação das possibilidades econômicas. Tais abolicionistas tinham o ideal de que esses grupos assumissem um lugar de igualdade na sociedade brasileira. Tanto que após a abolição a “Confederação Abolicionista não foi terminada e sim mantida para a promoção de novas reformas”. Contudo, tais objetivos não foram alcançados fazendo com que o movimento abolicionista acabasse com a abolição e sem, contudo, promover reformas sociais. Os ex-escravos, sem poder competir com os imigrantes, acabaram tendo que trabalhar num regime semelhante ao de antes do 13 de Maio, alguns se aventurando nas cidades vivendo de expedientes, em tarefas subalternas, outros abandonaram as fazendas e subsistiam. Para Emília Viotti, o negro acabou se tornando um marginal, foi “abandonado à sua própria sorte”. Sobre essa questão, o malogro das propostas de reformas sociais, Robert Conrad aponta o seguinte:

“Foi o resultado, sim, de uma poderosa reação à abolição, da dispersão do movimento de reforma radical depois da queda do Império em 1889 e da reconsolidação, nos anos seguintes, de disposições tradicionais e da conservação de grande parte do espírito e da organização do antigo regime”.

Identificamos também um aumento do fluxo de imigrantes para o Brasil, direcionados principalmente para o Oeste paulista, e a formação de núcleos urbanos, ou “classe média” como preferem alguns historiadores, que não se identificavam com os trabalhadores rurais e nem com os grandes proprietários. Configura-se então um novo grupo social e com interesses distintos, tanto que os movimentos abolicionista e republicano se formaram primeiramente nesses núcleos urbanos.

Em se tratando de cenário política os sucessivos revezamentos entre os partidos Liberal e Conservador na formação dos gabinetes, sem haver, no entanto, grandes diferenças entre os atores políticos quando chegavam ao poder. Isso se deve ao fato de que, como afirma Beatriz Leite, da “aristocracia rural saía a liderança política”.

A variação de atores políticos na formação dos gabinetes acabou também por dificultar ações administrativas em longo prazo, o fato é que de 1880 a 1889 estiveram no poder dez governos, cada qual com agentes políticos diferentes e com

visões próprias, quatro legislativos dentro deste curto período quando cada um deveria ter quatro anos de duração. Seria equivocado “atribuir toda a inércia administrativa aos homens que detinham o poder”.

Dentro deste conturbado jogo político entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, surgem renovadas as idéias federalistas e republicanas provocadas pelos interesses específicos dos grupos sociais que se antagonizavam com a Monarquia, principalmente os cafeicultores paulistas que na segunda metade do século XIX geravam a maior renda para o Estado e almejavam maior autonomia administrativa e maior participação política. Após 1870 começaram a ser formados clubes e partidos republicanos, sendo os mais influentes os partidos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Todos esses fatores se encaminhavam para uma nova realidade política. Hoje, analisamos a queda da Monarquia no Brasil de forma pluricausal. A realidade política e sócio-econômica pela qual passava a Monarquia comprometiam a sua continuidade. As estruturas econômicas e sociais sofreram transformações na segunda metade do século XIX que foram rompendo a estrutura política vigente.

O *Quinze de Novembro* foi fruto de fatores conjuntos como as *Questões Militar e Religiosa*; as transformações sócio-econômicas promovidas para atender as necessidades do café em

amplo crescimento na zona Oeste de São Paulo, formando novos grupos sociais com novos interesses; a Abolição que completou a derrocada das zonas tradicionais de plantação do café; as idéias republicanas, etc. Todos esses fatores se analisados separadamente são insuficientes para explicar o ocaso do Império.

Assim, surgiu o Clube Militar após as transformações nas Forças Armadas antes e depois da Guerra do Paraguai e que resultou na participação de militares em questões políticas e sociais – a *Proclamação da República* e a *Abolição* são exemplos disso.

Em função dessa maior presença de militares em questões políticas e sociais surgiram conflitos com o governo Imperial. Estes conflitos foram se desenvolvendo e resultaram no que chamamos de *Questão Militar*, somando-se, dessa forma, como um dos fatores que resultaram na formação do Clube Militar.

Como terceiro fator, ao qual não é dada a devida importância para a formação do Clube Militar, foi o papel de uma parcela da imprensa que buscou inflamar as relações dos militares com o governo, auxiliando para o surgimento da *Questão Militar* e explorando a mesma posteriormente. Segundo a análise do professor Lacombe:

“(…) os republicanos, tendo à frente, no Rio de Janeiro, Quintino Bocaiúva, estavam convencidos de que, sem a ação do exército seria impossível mudar o regime”.

A imprensa republicana, de tendência republicana ou, ao menos, contra a monarquia, se colocou como “porta-voz” e “defensora” das reformas e reivindicações dos militares. Segundo Emília Viotti, Campos Salles “achava que os republicanos deveriam aproveitar a questão militar”, o que foi decisivo na queda da Monarquia por um movimento articulado entre os oficiais e os republicanos civis. Lincoln Penna aponta que Quintino Bocaiúva procurava “indispor os militares com o governo”. Oliveira Vianna assim define:

“Para esta excitação tão grande dos elementos militares contribuiu a própria psicologia dos cidadãos fardados, que, como vimos, é essencialmente deflagrante; mas também concorreu, não menos poderosamente, a ação excitadora dos políticos civis”.

Para comprovar tal hipótese de trabalho selecionamos alguns jornais em que seus editores tiveram contato com os militares, inclusive o de Quintino Bocaiúva supracitado (*O Paiz*), e outros pela forma mais agressiva com que expunham suas opiniões. Um dos jornais foi *A Federação* que publicou fortes críticas ao governo no caso de Senna Madureira.

Quando o tenente-coronel foi demitido da Escola de Tiro de Campo Grande em 1884 em resultado ao ocorrido com ex-ministro da Guerra Franco de Sá, no ano seguinte foi nomeado comandante da Escola de Tiro do Rio Pardo na Província do Rio Grande do Sul e, com isso, entrou

em contato com os republicanos que lá já se encontravam, inclusive com o jornal supracitado do republicano Julio de Castilhos. Foi neste mesmo jornal que Senna Madureira publicou artigos em retaliação às acusações que lhes foram feitas pelo ex-ministro. Sobre a punição de Senna Madureira respondeu assim o jornal:

“Para demitir o ALTIVO MILITAR o governo empregou o mesmo processo de que fez uso para retirar do commando das armas o general Deodoro: a clandestinidade e a surpresa.

‘Demitindo o tenente-coronel Madureira, resta saber que destino foi ou vai ser dado à petição em que elle requereu conselho de guerra.

‘O governo prepara talvez uma ultima de mão inspirada pela perfidia á covardia, mas ilude si pensa abater pela intimidação a altivez do bravo militar, a quem a intrepidez de seu character e os dictames da consciencia collocam n`esta alternativa.

‘Ou ha de ser julgado e condemnado por seus pares em conselho de guerra por ter sido altivo diante do arbitrio, ou ha de ver supprimida da sua eloquente fé de officio a nota com que um ministro mediocre tentou humilha-lo”.

Em meio à atmosfera criada entre o governo e os militares, auxiliado por forças que se aproveitaram do ambiente, surgiu o Clube Militar no dia 26 de junho de 1887 na sede do Clube Naval, que concentrou o restrito grupo de militares que estavam envolvidos

com a *Questão Militar* como Deodoro da Fonseca, Senna Madureira, Benjamin Constant, Cunha Matos, general Câmara, também oficiais da Marinha como Custódio de Melo e Eduardo Wandenkolk, entre outros. Sem contar também com a “mocidade militar” que compareceu em massa na reunião no Teatro Recreio em 02 de fevereiro do mesmo ano.

O projeto idealizado pelo tenente Thomaz Cavalcanti de Albuquerque previa a formação de núcleos nas principais províncias para coordenar melhor os encontros militares que ocorriam desde as residências desses militares e até teatros e bibliotecas.

Após as devidas considerações, necessárias para entender o contexto e a própria formação do clube, retomemos o cerne da discussão deste artigo que é a relação desta instituição com o pensamento republicano, precisamente entender o projeto de república organizado pela mesma.

Num primeiro momento a questão estaria resolvida se tomássemos como paradigma republicano a doutrina de Comte. Entretanto, em se tratando de pensamento positivista, devemos atentar ao fato de que, como qualquer outra vertente filosófica, não se manifestou homogênea nos grupos ou pensadores que dela se serviram. O positivismo militar não foi o mesmo que o positivismo ortodoxo da Igreja Positivista de Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Enquanto para estes a vertente dogmática de Comte é que

foi dada maior importância, para os militares, principalmente os jovens da Escola Militar da Praia Vermelha, o cientificismo era o que imperava. No que se refere à república, Schulz aponta a grande diferença:

“Muitos positivistas militares, como Constant, Lauro Sodré, Serzedello Corrêa e Augusto Vinhaes, foram considerados hereges por acreditarem no sistema parlamentar e se oporem à estrutura autocrática do Apostolado”.

A discussão poderia estar se encaminhando para um desfecho na medida em que nos conformássemos com uma resposta com base no modelo republicano positivista de Litré, indicado acima por Schulz, como sendo o modelo destes oficiais. Entretanto, saindo da generalização e aprofundando a visão sobre esses oficiais percebemos que a resposta não é tão simples.

Na falta de documentos procuramos analisar alguns oficiais do clube separadamente e logo nos veio uma outra visão. Há uma distância considerável entre afirmar que o Clube Militar foi um dos principais elementos para a queda da Monarquia e dizer que havia no mesmo um projeto político republicano organizado. Não há documentos que nos levam a crer que havia um programa político republicano, pelo menos os escassos registros que ainda existem. Segundo Morivalde C. Fagundes:

“Em primeiro lugar, o que era o Clube Militar no seu nascedouro?

Como não poderia deixar de ser, um órgão de classe, formado, naturalmente, por oficiais esclarecidos e idealistas, isto é, a ala mais progressista do Exército, com a participação de alguns da Armada. Finalidade básica: defender os direitos e os legítimos interesses da classe militar”.

Tanto não havia nada relacionado a uma associação de fundo político que o governo procurou impedir a continuidade do clube e não conseguiu. Encontramos no Museu Casa de Benjamin Constant uma preciosidade que é o primeiro estatuto do clube que não tem nada registrado em relação a qualquer envergadura político-partidário.

Cabem então duas questões: se os principais oficiais envolvidos no *15 de Novembro* pertenciam ao Clube Militar, como não ter sido o clube um espaço republicano e, portanto, não possuir um projeto minimamente organizado? A primeira hipótese a ser lançada é sobre o grupo que compunha o clube. O mais provável é de ter sido o Clube Militar um espaço composto por elementos de tendências de pensamento distintos. A segunda é: como o Clube Militar foi o mecanismo para a mudança de regime sendo um espaço ideologicamente heterogêneo? A esta questão responderemos mais adiante com o aprofundamento da discussão da primeira questão.

Celso Castro em sua obra *Os Militares e a República*, utilizando para tanto o modelo de William S.

Dudley em *Reform and Radicalism in the Brazilian Army 1870-1889*, aponta a existência de três gerações de militares até o ano da proclamação, tendo a Guerra do Paraguai como o “marco principal”. A primeira denominada de *prewar generation*, ou seja, aqueles militares já oficiais generais no final do século XIX, que ingressaram na carreira militar por volta de 1830 e participaram de algumas campanhas no período Regencial, na Argentina contra Rosas e a Guerra do Paraguai como oficiais de médio escalão. A segunda geração é a *war generation*, ou seja, oficiais superiores de major a coronel àquela altura e que provavelmente ingressaram na carreira militar por volta da década de 1850. A Guerra do Paraguai sendo a única grande campanha de suas carreiras. Esta geração foi a que mais sofreu com lentidão de promoções e baixos soldos, visto que foi o período posterior à guerra que o Estado reduziu os recursos para as Forças Armadas. Enfim, a terceira geração é a *postwar generation*, militares que no período do *15 de Novembro* tinham por volta de 30 anos e estavam no máximo no posto de capitão. Dentre todas as gerações, é a que mais se compõe de oficiais que cursaram ensino superior, é a “mocidade militar”, mais científica do que militar. A maioria estudou na Escola Militar da Praia Vermelha.

Utilizando-nos da mesma fórmula que Dudley, percebemos que ela também é aplicável ao Clube Militar. Utilizaremos para esta análise oficiais que se destacaram nos

eventos entre os militares e o governo na década de 1880, começando então com três militares para exemplificar a existência da primeira geração no Clube Militar: Deodoro da Fonseca, visconde de Pelotas (general Câmara) e o visconde de Maracaju (general Enéas Galvão), e já começamos a responder a primeira questão, pois além de terem um grande histórico de campanha tinham outro aspecto em comum, sendo o mais importante para esta discussão, nenhum era republicano.

A segunda geração de militares teoricamente teria que ser a ala mais radical do clube, pois foi o grupo que participou da Guerra do Paraguai como oficiais subalternos e vivenciou um período de redução de recursos financeiros. Foi ainda neste grupo que começaram os conflitos com os políticos do Império na década de 1880.

Com todas essas questões supracitadas a segunda geração não chega ser, no início, o grupo radical. O mais radical dos fundadores do Clube Militar foi Senna Madureira, mas faleceu em 28 de janeiro de 1889, com isso sem participação na conspiração que derrubou a Monarquia.

Cunha Matos, outro militar da segunda geração, que além de pertencer ao Partido Liberal ficou ausente da conspiração republicana – durante este período ocupava a presidência da província do Mato Grosso. Junto a Senna Madureira tiveram um primeiro impasse com outro membro do Clube Militar,

Benjamin Constant, sobre a questão das notas de punição em fês-de-ofício durante a *Questão Militar*. Quando o ministro da Guerra Joaquim Delfino Ribeiro da Luz determinou que as notas seriam trancadas assim que os militares solicitassem o mesmo, Senna Madureira e Cunha Matos se recusaram a fazer a solicitação, pois exigiam que o governo reconhecesse o erro e limpasse as fês-de-ofício. Consta, segundo Cunha Matos, que Benjamin censurou-os afirmando que teriam que requerer o trancamento das notas e acusando-os de “(...) turbulentos que querem fazer a República (...)”.

Desfazendo alguns equívocos, Celso Castro aponta, utilizando para tanto relatos de ex-alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, que Benjamin não fazia discussões políticas dentro da Escola, ou uma espécie de proselitismo dentro da mesma. Não existem fontes que apontem um relacionamento informal com os alunos. O ensino de matemática era a única atividade que Benjamin preenchia na Escola Militar. De fato, Benjamin Constant pouco se ocupou em relação à carreira militar, justificando pouca participação durante a *Questão Militar*. A lembrança que se constrói de Benjamin, segundo José Murilo de Carvalho, muitas vezes é a de um apóstolo, de um doutrinador, de um mestre e não “como representante da classe militar” em primeiro plano.

Lembremos também de Mena Barreto, Sebastião Bandeira e Solon Ribeiro. Eram mais radicais que

Benjamin, no entanto chegaram num período posterior à *Questão Militar*. A questão que movia os dois primeiros era antes o problema com a política de Silveira Martins no Rio Grande do Sul do que o ideal republicano. Já Solon Ribeiro, a que tudo indica o único já determinado republicano, não se expressou durante a *Questão Militar*, manteve-se isolado. De acordo com Sampaio Neto:

“Para o Major Solon (palavra oxítone), como era conhecido e tratado, o ideal republicano de liberdade não representava motivação forte. Seu sentimento de liberdade não ia a ponto de procurar encontrá-la fora dos limites da ordem e da lei. Era disciplinado. Esse sentimento ajustava-se perfeitamente à sua formação militar e ao seu caráter. O debate, as discussões, a visão diferente de igualdade que se generalizava nas unidades da Corte, suscitaram em seu espírito dúvidas que antes não havia. Procura inteirar-se, procura compreender como seria igualdade no regime republicano, para continuar seguindo a diretriz de fraternidade, que era o traço marcante de sua índole”.

A terceira geração, também denominada “mocidade militar”, se caracterizava, se não todos a grande maioria, por não pertencerem à aristocracia rural e pelo forte espírito cientificista. Essa geração era representada no Clube Militar por vários oficiais que os nomes não temos acesso na íntegra por falta de

documentação, mas os mais ativos podem ser citados como os tenentes Thomaz Cavalcanti, Jaime Benévolo, Lauro Sodré, o alferes-aluno José Bevilacqua, Tasso Fragoso e o principal destes, a “voz” da “mocidade militar”, o capitão Serzedelo Corrêa, o mesmo que fez os primeiros contatos com os republicanos civis, recebendo uma recusa de Pelotas a uma iniciativa mais radical em relação aos acontecimentos durante a *Questão Militar*. Sabemos que esses oficiais de patentes mais baixas formavam a maioria dos associados.

Começamos a responder a segunda questão à partir desta geração. Segundo Oliveira Viana, no início “o movimento militar não tinha intuítos republicanos”. Esta colocação só está parcialmente correta se o autor estiver se referindo aos militares “não-republicanos”, até mesmo os oficiais moderados já discutidos. Mas não traduz todo o grupo de militares que se envolveu nos conflitos com o governo, e sim a minoria. Na realidade, essa pequena parcela de militares envolvidos nos desentendimentos com o governo era formada em sua maioria pelos jovens militares republicanos. Como afirma Umberto Peregrino, por ser a Escola Militar da Praia Vermelha composta por esse grupo de militares de uma geração distinta e até mesmo de um componente social diferente justifica:

“(…) que tivesse sido a Escola Militar, nos fins do século XIX, o pólo de atração de tantos e de tão altos valores que dali se projetariam poderosamente na

vida nacional, a ponto de se tornarem os artífices da substituição do regime monárquico”.

Em se tratando do Clube Militar temos que lembrar que o projeto de criação de núcleos militares era do tenente Thomaz Cavalcanti, também difundido pelo capitão Serzedelo Corrêa. A primeira reunião para a discussão deste projeto foi na casa deste último. A redação da carta assinada por Deodoro à princesa Isabel, que tratava da insatisfação dos militares em serem utilizados na captura de escravos fugidos em 1888 era de autoria dos jovens oficiais Serzedello Corrêa e Jaime Benévolo. Outro oficial importante foi Lauro Sodré que fez parte ativa no Clube Republicano do Pará fundado em 1886, sendo punido em julho de 1889 ao fazer um discurso espinhoso neste mesmo clube após ter executado a ordem de comandar a guarda de honra na visita do conde D’Eu.

Entre 1888 e 1889 a situação entre os militares e o governo já era menos tensa. Deodoro estava no Mato Grosso, Maracaju assumiu a pasta da Guerra, Senna Madureira havia falecido no início de 1889 e Benjamin Constant se mantinha ainda numa postura moderada e mais preocupado com suas aulas do que com política, ou seja, o ambiente parecia tender para um real apaziguamento. Foi neste momento que a terceira geração começou a se mobilizar. A “mocidade” percebeu já

em 1887 que os conflitos estavam sendo amenizados com o trancamento das fês-de-ofício pelo governo. O palco para o início da radicalização foi a Escola Militar da Praia Vermelha. O clima criado dentro da Escola Militar, também alimentado pelo atraso nas promoções a alferes-aluno de três turmas, estava tão tenso que foi criada a Escola Superior de Guerra no início de 1889 com o intuito de minimizar as ações dos jovens militares. Para a Escola Superior de Guerra foi transferido o ensino das “armas científicas”. Além dessa medida, o governo tomou outras duas como efetivar as promoções atrasadas e tentou se aproximar de Benjamin Constant oferecendo finalmente a nomeação a lente catedrático, o título de conselheiro e a vice-direção da Escola Superior de Guerra, ofertas recusadas por Benjamin.

Estas ofertas do governo a Benjamin Constant se explicam pelo estreitamento das relações entre o mesmo e a “mocidade militar”. Sua recusa, entre outras coisas como discursos externando sentimentos identificáveis com as aspirações da “mocidade militar” e comparecimento em reuniões, foi a forma com que Benjamin retribuía as apreciações da “mocidade”.

Em maio de 1888 Benjamin recebeu o título de tenente-coronel – uma promoção por antiguidade e sem qualquer representação de grande importância em sua carreira militar. Foi a partir daí que a “mocidade” promoveu uma série de homenagens

ao professor de matemática. Tal aproximação aconteceu por ter sido Benjamin Constant eleito “líder” da causa republicana pelos oficiais da terceira geração. Em 1889, o único militar de alta patente vivo que atuou, mesmo que moderado, durante a *Questão Militar*, e definitivamente republicano era Benjamin, já que Madureira tinha falecido. Um outro fator de aproximação foi a identificação entre a juventude militar e Benjamin em função do forte espírito cientificista positivista, visto que tanto a juventude quanto seu “líder” eram mais cientistas do que militares. Concluimos daí, com base na argumentação de Celso Castro, o contrário do que se pensava sobre a relação de Benjamin e a “mocidade militar”, foi a “mocidade” que se aproximou de Benjamin que progressivamente foi retribuindo à medida que radicalizava.

Em 15 de setembro, três dias depois da chegada de Deodoro, insatisfeito com a nomeação de Cunha Matos à presidente da província do Mato Grosso – além da já conhecida antipatia recíproca entre Cunha Matos e Deodoro, este, enquanto comandante de Armas, teria que se submeter a um coronel, ou seja, a um militar de patente inferior – e com a carta de Maracaju tratando de sua exoneração do cargo de comandante das Armas desta província e de sua volta à Corte, ocorreu um incidente de pequena proporção, principalmente porque o militar envolvido não era tão “estimado dos seus colegas”, mas que

a “mocidade militar”, procurando um subterfúgio para incitar novamente os conflitos, tentando fazer uma ponte com a *Questão Militar* antes da formação do Clube Militar, tratou de maximizar o fato que foi também inflamada pela imprensa.³⁴ Segundo Castro:

“(…) toda a ação da “mocidade militar” – agora contando com o envolvimento de Benjamin Constant – será no sentido de forjar uma continuidade da Questão Militar de 1886-87 com o ‘incidente Carolino’.”

O fato em questão foi o resultado de uma visita inesperada de Ouro Preto ao Tesouro. Não estava em seu posto o comandante da guarda, o tenente Pedro Carolino que, segundo Ouro Preto, estava dormindo, a versão de Carolino é a de que estava no banheiro. Ouro Preto puniu o tenente com a prisão, atravessando o procedimento porque não se comunicou antes com o superior de Pedro Carolino. A imprensa tratou de alardear o fato de um civil punir um militar “infringindo todas as leis e regulamentos da disciplina militar”. Foi o estopim para uma série de episódios envolvendo militares, inclusive com um outro membro do Clube Militar que se associou em novembro de 1889, o tenente-coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, daí então os laços de Benjamin e a “mocidade militar” se consolidam.

“(…) Ocorreram em setembro vários incidentes nas capitais de

São Paulo e Minas, e no dia 10 de outubro o décimo-nono batalhão precisou ser transferido de Ouro Preto em virtude de freqüentes confrontações com a polícia. Alguns dias mais tarde (23 de outubro), o governo provocou um conflito com o Tenente-coronel Mallet, o comandante da recém-inaugurada escola militar do Ceará, em virtude da nomeação de um instrutor. A subsequente remoção de Mallet forneceu mais munição para a imprensa republicana. No dia 23 de outubro, no Rio, Benjamin Constant fez um discurso durante um banquete em honra de oficiais da marinha chilena em visita à Escola Superior de Guerra. Na presença de Cândido de Oliveira, o ministro da guerra em exercício, Benjamin bradou: ‘Viva a República... do Chile’ (...).”

Celso Castro afirma, tendo utilizado para tanto o diário de Bernardina, filha de Benjamin, que após este incidente houve uma série de visitas de alunos da Escola Superior de Guerra e, com mais freqüência, a do tenente Jayme Benévolo (tesoureiro do Clube Militar àquela altura) à casa de Benjamin.³⁸ Este mesmo se encontrava bastante doente, mas mesmo assim recebeu as visitas dos alunos que fizeram pressão para a convocação de uma reunião no Clube Militar para tratar do incidente com o tenente Carolino. Benjamin requere a Deodoro uma reunião num documento assinado

pelo grupo pertencente à terceira geração, dentre os oficiais que assinaram encontramos Augusto Tasso Fragoso, José Bevilacqua e Jayme Benévolo.

“Illmº e Exmº Sr. Presidente do Club Militar da Côrte. Os abaixo assignados pedem a V. Exa. para que seja convocada uma sessão extraordinária, para tratar-se de negocio urgente e relativo aos direitos e garantias da classe. Em tempo declaramos que o fim dessa sessão é tratar do incidente occorrido, na guarda do Thesouro, entre o seu commandante e S. Exa. o Sr. Presidente do Conselho”.

Mesmo tendo a recusa de Deodoro e o conselho de Benjamin para manter uma postura mais paciente, a “mocidade militar” não cessou com as visitas à casa de Benjamin, principalmente Jayme Benévolo. Depois da saúde estabilizada, Benjamin teve encontros com Deodoro tentando convencê-lo da gravidade do problema, o que exigia uma sessão no Clube Militar que aconteceu no dia 09 de novembro.

Outros jovens oficiais pertencentes ao Clube Militar também tiveram participação importante como o tenente Saturnino Cardoso que esteve na casa de Benjamin em 06 de novembro para tratar do “incidente Carolino” e, provavelmente, detalhes sobre o golpe. Junto estavam o já citado Mena Barreto e o jovem alferes Joaquim Inácio B. Cardoso que já vinha atuando em conjunto com o primeiro e Sebastião Bandeira, e no

dia 14 de novembro espalhou rumores sobre os planos de ataque da Polícia e da Guarda Negra à 2º Brigada.

Atuando por traz dos militares da “linha de frente” nas relações com o governo, esses jovens militares deram o impulso para criar um estado de tensão como aconteceu nos anos de 1886 e 1887. Não seria estranho supor de Jayme Benévolo as suas intenções com relação ao futuro político do país ao ler o final da carta enviada a Deodoro da Fonseca solicitando o seu desligamento da função de tesoureiro do clube em 14 de outubro de 1889.

“(...) continuarei como simples socio a dedicar ao Club todos os meos esforços para que elle possa aproximar-se constantemente do digno e partiotico fim a que se destina”.

Esses jovens militares republicanos radicais articularam-se convictos de que a república era o melhor caminho a ser traçado para “o solo da liberdade”. Não pretendemos minimizar a atuação de Deodoro, Benjamin entre outros, mas ressaltar o papel de grande importância dessa jovem oficialidade que soube aproveitar as brechas deixadas pelo governo para remontar o ambiente dos conflitos de 1886-87.

O furor republicano que tomou conta da “mocidade” não foi acompanhado de uma proposta política organizada. Tanto os jovens militares quanto os outros envolvidos contra a Monarquia não tinham uma idéia prática de um governo republicano. Segundo

John Schulz:

“Esses reformadores acreditavam em “Ordem e Progresso” como os católicos professavam “fé, esperança e caridade”; mas nenhum desses conjuntos de idéias forma um programa político organizado”.

O Clube Militar não organizou um projeto republicano de governo porque não era uma instituição formada em sua totalidade por oficiais republicanos. Ao contrário, em seu nascedouro congregava oficiais de diferentes históricos de carreira e

posturas perante a carreira militar e, principalmente, divergentes envergaduras políticas. Encontramos na jovem oficialidade a ala radical republicana dentro do Clube Militar, o que explica, senão inteiramente ao menos em grande parte, a participação do clube na *Proclamação da República*. A falta de um pensamento homogêneo e a ausência de um projeto republicano até mesmo entre os oficiais republicanos facilitou divergências posteriores entre membros do clube.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA ANO DE 2006

1. FINALIDADE

Registrar as atividades desenvolvidas pelo IGHMB e efetuar a prestação de contas da Diretoria relativa ao ano de 2006.

2. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

a. Recursos Financeiros

(O programa traçado para 2006 foi cumprido, com dificuldade, em função do valor da anuidade estabelecido em R\$450,00, conforme decisão na reunião de Diretoria, em 07 de março de 2006, de conformidade com o que prescreve o Art 133, letra i) do Estatuto.

O demonstrativo da receita e da despesa anual, aprovado pelo Conselho Fiscal, consta do “Anexo A – Prestação de Contas”.

b. Secretaria

A Secretaria vem buscando, com dificuldade desincumbir-se de suas atribuições pela falta de auxiliar e recursos suficientes.

O Cap Justo Hélio Monteiro vem se encarregando dos trabalhos de Secretaria e Tesouraria dentro de suas possibilidades e limitações.

Apesar dos esforços no sentido de melhorar a operacionalidade da Secretaria, persistem as dificuldades vivenciadas no que diz respeito à reorganização dos seus arquivos. Não contando com pessoal suficiente para

essas tarefas, as prioridades ficam por conta das atividades rotineiras indispensáveis ao funcionamento do IGHMB.

Durante o presente ano foram regularizados os vários registros do IGHMB, junto aos órgãos tributários federais, estaduais e municipais. Isto permite ao Instituto, como qualquer entidade, receber recursos públicos ou privados, receber por serviços que presta sem fins lucrativos, pagar serviços de que necessita, emitir Nota Fiscal ou recibos, pagando as contribuições devidas e mantendo em dia seus cadastros. O trabalho foi realizado pelo Capitão Justo Hélio Monteiro, pelo escritório de contabilidade que atende ao Instituto, coordenados e orientados pelo Cel Eng Luiz Carlos Carneiro de Paula e com a cooperação plena da Assessoria Financeira do Departamento de Ensino e Pesquisa, da Tesouraria da Biblioteca do Exército e da 1ª Inspeção da Secretaria de Economia e Finanças (ISEFEX), de conformidade com o que manda a Lei. Com essas medidas o IGHMB permitiu o recebimento de numerário e colocar a sua escrituração financeira regularizada.

Uma nova lista de endereços de Sócios Eméritos e Titulares foi elaborada e atualizada, corrigindo as deficiências e atualizando os dados existentes. Ainda apresenta falhas. Uma

delas é não dispor dos endereços eletrônicos da maioria dos nossos sócios.

A elaboração e a remessa, dos Boletins Informativos, assim como os convites, para as Sessões semanais vêm ocorrendo em tempo útil. Exceto o de dezembro. A idéia é passar a remessa pela internet.

Os convites passaram a ser confeccionado na própria Secretaria, através de um trabalho realizado pelo Cel Eng Darzan Neto da Silva, diminuindo as despesas administrativas. Os Boletins Informativos continuam sendo confeccionados através de terceiro.

c. Instalações

O IGHMB luta para a manutenção das boas instalações de uso da *Casa Histórica de Deodoro*. Sendo um imóvel centenário, cuja conservação não veio sendo feita dentro das reais necessidades, tornando-se de difícil solução para o IGHMB. A Presidência do Instituto, pela falta de recursos financeiros, vem recorrendo à Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) para a solução dos problemas mais urgentes e significativos.

Atualmente, através da cooperação do Comando do Forte de Copacabana/ Museu do Exército, a quem pertence o imóvel, vem conseguindo algum apoio nesse sentido.

Diante de maior freqüência no Instituto, seja em suas Sessões ou em atividades do Curso de Especialização em História Militar, o estacionamento passou a ser problemático. Mais de 40 automóveis estavam autorizados estacionar em nosso pátio. Através de entendimentos com a DAC e a OCEX,

foi solucionado o problema.

O Convênio existente entre o Exército, através da sua Diretoria de Assunto Culturais, para uso da Casa Histórica de Deodoro, vence no dia 28 de Dezembro, próximo. Gestões já foram feitas junto à Diretoria de Assuntos Culturais, tudo indicando vir a ser prorrogado por mais cinco anos.

As infiltrações pelas águas das chuvas, com telhados mal construídos continuam danificando algumas dependências. Particularmente a Biblioteca.

São de alguma freqüência as panes hidráulicas. A nossa rede elétrica foi mal instalada trazendo panes e alguns prejuízos ao Instituto.

Estudo recente foi realizado, por arquiteto do Forte de Copacabana/ Museu do Exército, para modificações a serem realizadas no Auditório Gen Augusto Tasso Fragoso, visando mais funcionalidade. Além da mudança do dispositivo mudando a posição da mesa e do púlpito, deverá haver uma revisão total das instalações elétricas e recuperação das janelas. Segundo promessa da DAC e do Forte de Copacabana /Museu do Exército, tal trabalho, deverá ser realizado sem ônus para o IGHMB.

d. Biblioteca

Com o auxílio do Forte de Copacabana / Museu do Exército e apoio da Diretoria de Assuntos Culturais, inicia-se um trabalho de reorganização da Biblioteca sob orientação do Cel Eng Luiz Carlos Carneiro de Paula e auxílio do Cap QAO Justo Hélio Monteiro.

O trabalho, de levantamento do acervo existente, foi iniciado pelo Ten

QCO. Lanine Telles de Meneses, do Forte de Copacabana, que deverá informatizar o arquivo, sob a orientação do Cel Eng Darzan Neto da Silva. Para isso, o IGHMB recebeu por doação, do Cel Darzan, um computador que se encontra instalado na Biblioteca.

Uma vez reorganizada será mais um instrumento em benefício da pesquisa, não só dos Sócios do IGHMB, como também dos alunos do Curso de Especialização em História Militar. Não há recursos orçamentários suficientes para que se possa melhorar o acervo da Biblioteca. Procurando uma forma alternativa, esta Diretoria solicitou o apoio da BIBLIEX, em doações de suas publicações, no que vamos ser atendidos, conforme promessa do Cel Eugênio, Diretor daquela organização militar.

e. Boletim Informativo

No corrente ano, foram editados e distribuídos 10 (dez) Boletins Informativos referentes a cada mês de atividade sociocultural.

“Anexo B – Coletânea de Boletins Informativos de 2006.

f. Material permanente e de consumo

O equipamento de informática consumiu alguns recursos orçamentários, não previstos, considerando as condições de funcionalidade do computador.

O estoque de material de consumo repassado do ano de 2005 foi significativo e atenuou as despesas da Secretaria e Serviços Gerais. Entretanto, determinados itens tiveram que ser adquiridos (envelopes, cartões, etiquetas, tinta para o computador,

material de limpeza, etc.).

A TV, do Auditório foi colocada em seu deck, voltando a ser usada esporadicamente, em Sessões ou aulas.

g. Revista

Neste ano foram distribuídas a edições de 2003, e 2003 Especial (Bicentenário de Caxias). A de 2004 está em compasso de espera de recursos financeiros. As edições de 2.003 foram editados graças ao trabalho e empenho da Professora Lúcia Macedo Carvalho e do Cel de Eng Virgílio da Veiga.

A edição de 2.005 e 2.006, serão publicadas com auxílio Financeiro da POUPEX, graças o empenho do Cel Eng Andrade Neto e a boa vontade do General Burmman.

A Revista de 2005 encontra-se em fase final de elaboração, enquanto a de 2006 está em fase de montagem, dependendo de trabalhos ainda não entregues pelos seus autores.

h. Agraciado

Em 10 de maio do corrente ano, o IGHMB foi agraciado, pela Escola de Instrução Especializada, com um diploma de agradecimento e reconhecimento pela excelência dos ensinamentos apresentados como Cooperação de Ensino, na formação dos alunos integrantes do Curso de Formação de Sargentos de 2006.

i. Vaga de Sócio Titular

No presente ano foram abertas seis vagas para Sócio Titular; três para militares e três para civis. Sendo duas preenchidas. Uma de militar e uma de civil.

j. Assembléia Geral

Foram convocadas quatro Assembléias Gerais no corrente ano:

- Duas Assembléias Geral Extraordinária para referendar propostas para novos Sócios, em 6 de junho e 26 setembro;

- Assembléia Geral Ordinária, para eleger os membros dos Órgãos Administrativos, conforme mencionado nos Art 22 e 25 do Estatuto;

- Assembléia Geral Ordinária para apreciar o relatório anual e prestação de contas do exercício de 2.006, em 12 de dezembro.

k. Reunião da Diretoria

Foi realizada apenas uma reunião de Diretoria, em 07 de março, destinada a discutir os problemas do Instituto.

l. Posse e promoção de Sócios

As Solenidades de Posse de Sócios e de Ascensão a Eméritos foram realizadas no Auditório Gen Augusto Tasso Fragoso, da Sede do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, "Casa Histórica de Deodoro".

Em 25 de Abril foi realizada Sessão Solene para empossar os Sócios Titulares promovidos a Sócios Eméritos, por assinalados serviços prestados ao IGHMB, e de Posse de Sócio Titular.

Ascensão à categoria de Sócio Emérito

- V Alm Armando de Senna Bittencourt;

- Cel Nilton Freixinho;

- Dr Marcos Ribeiro Corrêa

- Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho (*post mortem*).

Sócio Titular empossado:

- **CMG Márcio Bonifácio**

Moraes

O Gen Ex Pedro Luiz de Araújo Braga, Sócio Emérito, saudou o Sócio Titular recém empossado.

Em 4 de julho foi realizada a Sessão Solene para empossar os novos Sócios Honorários:

- Marechal Waldemar Levy Cardoso;

- General-de-Divisão César Montagna de Souza;

- General-de-Divisão Domingos Ventura Pinto Junior;

- Coronel Sérgio Gomes Pereira.

Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto, Sócio Emérito, 1ª Vice-Presidente e antigo Presidente desse Instituto, saudou os empossados em nome do IGHMB.

Em 7 de novembro, foram empossados em Sessão Magna, conjuntamente, com as comemorações do 70º aniversário, do IGHMB os Sócios:

Sócios Titulares empossados:

- Prof Roberto Nogueira Médici

- CF Edina Laura Nogueira da

Gama

O CMG Francisco Eduardo Alves de Almeida saudou os Sócios recém empossados.

m. Falecimento de Sócios

- Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho, em 13 de fevereiro de 2006, no Rio de Janeiro.

- Cel Jardro de Alcântara Avellar, em 06 de março de 2006, no Rio de Janeiro.

- Alm Antônio Braz da Silva, em 3 de maio de 2006, no Rio de Janeiro.

- Gen Div Raimundo Negrão Torres, em julho de 2006, em Curitiba.

3. ATIVIDADES CULTURAIS

O ano Sócio Cultural foi aberto, em 21 de março, com a conferência: *‘Novo âmbito de ameaças: Fronteiras Metafísicas’*. Proferida pelo Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes.

a. Palestras e Conferências

Foram proferidas vinte e cinco palestras e duas conferências, em 2006.

“**Anexo E** – Palestras e Conferências proferidas em 2006”.

b. Núcleo de Estudos e Pesquisa de História Militar (NEPHIM)

O NEPHIM, sob a coordenação do Cel Eng Luiz Carlos Carneiro, realizou quatro

Sessões durante o ano de 2006.

“**Anexo F** – Sessões do NEPHIM realizadas em 2006”.

c. XXXII Congresso Internacional de História Militar

Realizou-se em Potsdam, na Alemanha, de 20 a 26 de agosto de 2006. O IGHMB foi representado pelo Gen Div Aureliano Pinto de Moura, Presidente do IGHMB e pelo Prof Guilherme D’Andréa Frota.

A partir deste ano o Brasil está sendo representado na Comissão de Bibliografia, da Comissão Internacional de História Militar, pelo Prof Guilherme D’Andréa Frota que já iniciou a remessa de títulos e resumos de obras relativas a História Militar, de autores brasileiros, para constarem da publicação anual daquela Comissão.

d. Intercâmbio e cooperação com outras Instituições

Atendendo a solicitação do Departamento de Ensino e Pesquisa, do Exército, para a participação Cooperação de Ensino, este o IGHMB realizou várias palestras nos seguintes Estabelecimentos de Ensino:

No Instituto Militar de Engenharia, o Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula, em 15 de fevereiro, proferiu palestra intitulada “Historia da Engenharia Militar”;

Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, o Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula, no dia 17 em um painel versando sobre Guararapes;

Na Escola de Instrução Especializada, o Gen Div Aureliano Pinto de Moura, em 10 e 25 de maio, respectivamente, apresentou palestras versando sobre “O Brasil na Campanha da Itália” e sobre “A Guerra da Tríplice Aliança”;

Na Escola de Saúde do Exército, o Gen Div Aureliano Pinto de Moura, em 7 de junho, proferiu palestra sobre a “História da Medicina Militar”; e em 14 de junho, sobre “O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro - da Colônia ao Império”; em 17 de agosto, sobre “Contestado”; em 27 de setembro, a proferiu a palestra “O Brasil na Segunda Guerra Mundial” e “O Serviço de Saúde na Guerra Mundial”.

No Instituto Militar de Engenharia, o Prof. Dr. Wallace de Oliveira Guirelli, em 26 de julho, proferiu palestra sobre o tema “O Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra”;

Na Academia Militar das Agulhas Negras, o Gen Div Aureliano Pinto de Moura, em 11 de agosto,

proferiu palestra sobre a “Insurreição de Canudos” e a “Insurreição do Contestado”;

Na Escola de Instrução Especializada, o Cel Inf Marco Antonio Cunha, em 23 de agosto, proferiu palestra, sobre o tema: “Caxias na Guerra da Triplíce Aliança”;

Na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 27 de novembro, o Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula a proferiu a palestra “A Intentona Comunista de 1937”.

e. Atividades Culturais dos Sócios

O Prof Dr Paulo Napoleão N. B. Nogueira da Silva, em 12 de outubro de 2005, recebeu da Academia Paulistana de História, o 28º Prêmio Clio de História, pelas obras de sua autoria: “Pedro I, o Português Brasileiro” e “Pedro II e Seu Destino”.

O Gen Div Aureliano Pinto de Moura foi agraciado com o diploma de Cooperador Emérito da Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha.

O Professor Doutor Israel Blajberg, em 23 de fevereiro, foi agraciado com medalha do Jubileu de Ouro da Vitória na Segunda Guerra Mundial. pela Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Seção RJ

A CF Mônica Hartz Oliveira Moitrel, em 29 de maio, realizou palestra sobre o tema: “Passo da Pátria – 140 anos”, no Grêmio de Historiada Escola Naval.

O Dicionário de Filosofia do Direito, de Vicente de Paulo Barreto, recém-lançado, contou com alguns verbetes assinados pelo Prof Arno Wehling.

f. Sessão Magna

A Sessão Magna, comemorativa do 70º aniversário de fundação do IGHMB foi realizada em 7 de novembro, no Auditório Gen Augusto Tasso Fragoso, na Casa Histórica de Deodoro.

Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto, Sócio Emérito, 1º Vice-Presidente deste Instituto, proferiu a conferência alusiva à data.

g. Curso de Pós-Graduação em História Militar

No dia 2 de julho, foi realizada a Aula de Abertura do III Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História Militar, proferida pelo Prof. Dr. Arno Wehling, no Auditório Gen Augusto Tasso Fragoso, na *Casa Histórica de Deodoro*;

O Curso tem sido um esforço conjugado do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército (DEP), da UNIRIO e do IGHMB, coordenado pelo Cel Eng Luiz Carlos de Paula Carneiro.

h. Eleições 2007/2008

No dia 14 de novembro, foram realizadas as eleições, para o biênio 2007/2008, em Assembléia Ordinária, de conformidade com o que prescreve os Art 22 e 25, do Estatuto do IGHMB.

Diretoria eleita para o biênio 2007/2008:

Presidente: Gen Div Aureliano Pinto de Moura

1º Vice - Presidente: Gen Bda Aricildes de Moraes Motta

2º Vice - Presidente: CMG Francisco Eduardo Alves de Almeida

Diretor - 1º Secretário: Cel Eng Darzan Neto da Silva

Diretor - 2º Secretário: Cel Eng Luiz Carlos Carneiro de Paula

1º Diretor - Financeiro: Dr Marcos Ribeiro Corrêa

2º Diretor - Financeiro; CF Mônica Hartz Oliveira Moitrel

Diretor de Comunicação Social: Prof Guilherme de Andréa Frota

Suplente: Gen Bda César Augusto N. de Souza

Suplente: Cel Art José de Sá Martins

Suplente: Cel Arivaldo Silveira Fontes

Conselho Fiscal:
Gen Ex Pedro Luiz de Araújo Braga

Gen Div Carlos de Meira Mattos
V Alm Sérgio Tasso Vasquez de Aquino

Suplente: Gen Bda Sérgio Augusto de Avellar Coutinho

Suplente: Gen Bda Sérgio Roberto Dentino Morgado

Conselho Consultivo:
Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto

V Am Hélio Leôncio Martins
Cel Inf Marco Antonio Cunha

CONCLUSÃO

Apesar das dificuldades encontradas, esta Diretoria pode orgulhar-se de ter cumprido com êxito a programação proposta, para o ano de 2006. Preocupa sobremaneira a situação financeira e a conservação da *Casa Histórica de Deodoro*.

Atualmente o IGHMB vem vivendo das anuidades pagas pelos seus Sócios das diversas categorias, sem qualquer subvenção do poder público. Apenas contou com a contribuição de R\$ 15.000,00 doados pela Pouplex, destinados à publicação da Revista do IGHMB.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2006.

AURELIANO PINTO DE MOURA
Presidente

DARZAN NETO DA SILVA
1º Diretor Secretário



Em 4 de julho foi realizada a Sessão Solene para empossar novos Sócios Honorários, entre eles, o Marechal Waldemar Levy Cardoso, sendo saudado pelo General Aureliano, presidente do IGHMB

IGHMB

SITUAÇÃO DOS SÓCIOS DO IGHMB EM DEZEMBRO DE 2005

SÓCIOS EMÉRITOS

Com o número das cadeiras que ocupavam como Sócios Efetivos e respectivos Patronos.

Cadeiras	Sócios Eméritos	Patronos
7	Prof Dr Arno Wehling	Engenheiro Júlio César Ribeiro de Souza
8	V Alm Hélio Leoncio Martins	Almirante Antônio Luiz Von Hoonholtz, Barão de Tefé
14	Cel José de Sá Martins	Coronel Augusto Fausto de Souza
16	Dr Marcos Ribeiro Corrêa	Marechal Carlos Augusto de Campos
33	Alm Esq Arlindo Vianna Filho	Comandante Manuel Antônio Vital de Oliveira
49	Cel Nilton Freixinho	General Rufino Enéas Gustavo Galvão, Visconde de Maracaju
51	Gen Ex Sebastião José Ramos de Castro	General Augusto Tasso Fragoso
72	Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto	Marechal Manoel Luiz Osório, Marquês do Herval
72	V Alm Armando de Senna Bittencourt	Marechal Manoel Luiz Osório, Marquês do Herval
77	Alm Esq Mário César Flores	Almirante Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma
99	Gen Ex Pedro Luiz de Araújo Braga	Alexandre de Gusmão
100	V Alm Sérgio Tasso Vasquez de Aquino	Escritor Gastão Penalva

SÓCIOS FUNDADORES

Relacionados com o posto que tinham à época da fundação.

Cad	Sócios Fundadores	Patronos
1	Cap Humberto de A. Castello Branco	Alfredo D'Escragnolle Taunay, Visc. de Taunay
2	Cap Frederico Augusto Rondon	Gen Alfredo Malan D'Angrone
3	Ten-Cel Francisco de Paula Cidade	José M. da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco
5	Alte Manoel José Nogueira da Gama	Almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira
6	Gen João Manuel Borges Fortes	General Antônio José Dias de Oliveira
8	Comte Frederico Villar	Alte Antônio Luiz Von Hoonholtz, Barão de Tefé
9	Gen Manuel L. Azevedo Bittencourt	Comte Mariano de Azevedo
10	Cel Álvaro Octávio de Alencastre	Cel Antônio de Sena Madureira
11	Cel Genserico de Vasconcelos	Gen Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza
13	Alte Raul Tavares	Alte Arthur S. da Motta, Barão do Jaceguai
14	Cel Emilio Fernandes de Souza Docca	Cel Augusto Fausto de Souza
15	Comte Antônio B. Pinto Guimarães	Ch-Div Augusto J. M. Levergê, Bar de Melgaço
16	Cap Altamirano Nunes Pereira	Mal Carlos Augusto de Campos
18	Maj Raphael D. Garrastazu Teixeira	Ten-Cel Diogo Arouche
19	General Estevão Leitão de Carvalho	Gen Dionisio E. de Castro Cerqueira
20	Maj José F. da Silva Filho	Gen Eduardo José de Moraes
21	Cel Valentim Benício da Silva	Cel Emilio Carlos Jourdan
22	Gen João F. de Lima Mindello	Cel Francisco A. Carneiro da Cunha
23	Cap Jonathas de Moraes Correia	Mal Antônio José Rodrigues
24	Cel Alípio Virgílio Di Primo	Mal Francisco das Chagas Santos
26	Cel Francisco J. Gomes de Mattos	Mal Henrique P. C. de Beaurepaire Rohan
29	Gen José M. Moreira Guimarães	Gen Jerônimo Francisco Coelho
31	Gen Augusto Tasso Fragoso	Mal José Bernardino Bormann
32	Comte Antônio C. Raja Gabaglia	Alte José Cândido Guillobel
34	Cel Luiz Lobo	Gen Francisco J. S. S. de Andréa, Bar de Caçapava
35	Comte César Feliciano Xavier	Gen José Inácio de Abreu e Lima
36	Comte João Egon P. da Cunha Pinto	Gen José Joaquim Machado de Oliveira
37	Cap Adailton S. Pirassununga	Gen José Joaquim Barbosa, Visc do Rio Comprido
38	Comte Didio Iratim A. da Costa	Alte Inácio Joaquim da Fonseca
39	Cap José de L. Figueiredo	Gen José Vieira Couto de Magalhães
40	Cap Antônio L. Pereira Ferraz	Maj Ladislau dos Santos Titara

42	Maj Pedro Cordolino F. de Azevedo	Cap Alfredo Pretextato Maciel da Silva
43	Comte Lucas Alexandre Boiteux	Comte Luiz Barroso Pereira
44	Maj Jonathas da C. Rego Monteiro	Maj João Martins da Silva Coutinho
45	Gen Francisco José Pinto	Gen Francisco de Paula Borges Fortes
46	Cel Raul Bandeira de Melo	Cel José Saturnino da Costa Pereira
47	Cap Severino S. de Albuquerque	Gen Raymundo José da Cunha Mattos
48	Gen Cândido M. da Silva Rondon	Cel Ricardo Franco de Almeida Serra
49	Ten-Cel Leopoldo Nery da Fonseca	Gen Rufino E. G. Galvão, Visc de Maracaju
50	Alte Henrique Boiteux	Alte Francisco C. da S.T. e A, Bar de Iguatemi
62	Alte Augusto C. de Souza e Silva	Alte Luiz Felipe de Saldanha da Gama
68	Cap Jonas de Moraes Correia Filho	Gen Manuel Liberato Bittencourt

SÓCIOS EFETIVOS

Cad	Sócios Efetivos	Patronos
1	Gen Bda César A. N. de Souza	Alfredo D'Escragnolle T, Visc de Taunay
4	Gen Bda Sérgio A. de Avellar Coutinho	José Maria da S. P., Bar do Rio Branco
8	CMG Francisco E. Alves de Almeida	Alte Antônio L. Von Hoonholtz, Bar de Tefé
11	Prof Roberto Nogueira Médici	Gen Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza
12	Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis	Alte Júlio César de Noronha
17	Cel Juvenal Milton Engei	Gen Conrado Jacob de Niemeyer
19	Cel José F. de Maya Pedrosa	Gen Dionísio E. de Castro Cerqueira
20	Prof Guilherme de A. Frota	Gen Eduardo José de Moraes
30	Alm Esq Mario Jorge da F. Hermes	Gen João Severiano da Fonseca
31	Cel Feliciano T. Mendes de Moraes	Mal José Bernardino Bormann
40	Cel Germano Seidl Vidal	Maj Ladislau dos S. Titara
48	Prof Dr Wallace de O. Guirelli	Cel Ricardo F. de Almeida Serra
50	CF Edina Laura N. da Gama	Alte Francisco C. da S. T. e Alvim, Bar de Iguatemi
51	Gen Bda Aricildes de M. Motta	Gen Augusto Tasso Fragoso
54	Cel Marco Antonio Cunha	Eng André Pinto Rebouças
56	Dr Kepler Alves Borges	Eng Augusto Severo de A. Maranhão
60	Cel Av Luiz Pedro M. da Costa	Mal-do-Ar Alberto Santos Dumont
62	CMG Marcio Bonifácio Moraes	Alte Luiz F. de Saldanha da Gama
63	Gen Bda Alberto M. da Silva	Mal Gregório T. de Azevedo
65	Maj Elza Cansanção Medeiros	Mal Cândido M. da Silva Rondon
66	Gen Bda Sérgio R. D. Morgado	Cel Jonathas da C. Rego Monteiro
68	Cel Celso José Pires	Gen Manuel Liberato Bittencourt
69	Cel Av Manuel Cambeses Jr	Brig-do-Ar Lysias A. Rodrigues
70	Cel Nilson Vieira F. de Mello	Gen Valentim Benício da Silva
71	V Alm Estanislau F. Sobrinho	Alte Joaquim M. L., Marq de Tamandaré
73	Cel Aldo D. Rio Branco Fernandes	Mal Antonio de Sampaio
75	Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula	Ten-Cel João C. de Vilagran Cabrita
76	V Alm Armando A. Ferreira Vidigal	Alte Francisco M. B., Bar do Amazonas
77	T Cel Hugo Jorge de B. Chaves	Alte Joaquim J. Ignácio, Visc de Inhaúma
78	Cel Darzan Neto da Silva	Gen Francisco J. Gomes de Mattos
79	Prof Dr Israel Blajberg	Mal João B. Mascarenhas de Moraes
81	Gen Div Aureliano P. de Moura	Ten Henrique Duque Estrada de M. Soares
83	CF Mônica Hartz O. Moitrel	Alte Manoel Pinto Bravo
84	Prof Aristides Pinto Coelho	Cap-de-Frag José E. Garcez Palha
88	Cel Davis Ribeiro de Sena	Gen Francisco de Paula Cidade
89	Dr Joaquim M. X. da Silveira	Acad Olavo Braz M. dos G. Bilac
90	Gen Ex Licínio N. de M. Filho	Acad Gustavo Barroso
93	CMG Lauro N. F. de Mendonça	Alte João do Prado Maia
95	Cel Luiz de Alencar Araripe	Mal Humberto de A. Castello Branco
97	Dr Marcos da Cunha e Souza	Mal-do-Ar Eduardo Gomes
98	Cel João Ribeiro da Silva	Mal Mário Travassos

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Sócios Correspondentes	País
Gen Alejandro Soria	Argentina
Cel Prof Geraldo Lauro Marques	Brasil
Orif Dr José Luiz Motta Menezes	Brasil
Alm Esq José Maria do Amaral Oliveira	Brasil
Maj Luiz Prates Carión	Brasil
Prof Dr Paulo Napoleão Nelson B. N. da Silva	Brasil
Prof Jerônimo Ferreira Alves Netto	Brasil
Prof Dr Francisco Fernandes Monteoliva Dorat	Brasil
T Cel Ivo de Albuquerque	Brasil
Cel Álvaro Maciel Goulart Pinto Brasil	Brasil
Dr André Louis Corvisier	França
Prof Dr Cornelius M. Schulten	Holanda
Dr Raimundo Luraghi	Itália
Prof Dr Sergio Martinez Baeza	Itália
Prof Walter Bellisi	Itália
Prof Stefano Salmi	Itália
T Gen Silvino da Cruz Curado	Portugal

SÓCIOS FALECIDOS

Com o número da cadeira que ocuparam como Sócios Titulares.

Cadeira	Sócios falecidos
1	Marechal Humberto de Alencar Castello Branco – Fundador
2	General Frederico Augusto Rondon – Fundador, Benemérito
3	General Francisco de Paula Cidade – Fundador CMG Dino Willy Cozza
4	General Arnaldo Damasceno Vieira Marechal João Baptista de Mattos Professor Odorico Pires Pinto Professor Gilberto João Carlos Ferrez
5	Almirante Manoel José Nogueira da Gama – Fundador Almirante Washington Perry de Almeida - Benemérito
6	General João Manuel Borges Fortes – Fundador General Affonso de Carvalho General Adalardo Fialho
7	Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues Doutor Augusto de Lima Júnior Professor Américo Jacobina Lacombe
8	Almirante Frederico Villar – Fundador Almirante João do Prado Maia – Benemérito
9	General Manuel Liberato Azevedo Bittencourt – Fundador Gen Nelson Werneck Sodré
10	Coronel Álvaro Octávio de Alencastre – Fundador Coronel Jardro de Alcântara
11	Coronel Genserico de Vasconcellos – Fundador Marechal Onofre Muniz Gomes de Lima General Olívio Gondim de Uzêda
13	Almirante Raul Tavares – Fundador, Benemérito Doutor Sérgio Ferreira da Cunha
14	General Emílio Fernandes de Souza Docca General Ayrton Salgueiro de Freitas
15	Comandante Antônio Buarque Pinto Guimarães – Fundador General Joaquim Vicente Rondon Almirante Herick Marques Caminha – Benemérito
16	General Altamirano Nunes Pereira – Fundador Coronel Fernando Ulrich de Almeida
17	General João de Melo Moraes Professor Arthur Cezar Ferreira Reis
18	General Rphael Danton Garrastazu Teixeira – Fundador Professor David Antônio da Silva Carneiro
19	Marechal Estevão Leitão de Carvalho – Benemérito

20	General José Faustino da Silva Filho – Fundador, Benemérito
21	General Valentim Benício da Silva – Fundador, Benemérito General Antônio de Souza Júnior – Benemérito
22	General João Fulgêncio de Lima Mindello – Fundador General Augusto Frederico de Araújo Correia Lima General Omar Emir Chaves – Benemérito
23	General Jonathas de Moraes Correia – Fundador General José Campos de Aragão
24	General Alípio Virgílio Di Primo – Fundador General Tasso Villar de Aquino Marechal Mário Travassos Coronel Newton Corrêa de Andrade Mello
25	General Umberto Peregrino Seabra Fagundes
26	General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos – Fundador, Benemérito Professor Eduardo Canabrava Barreiros
27	General Manoel Cavalcante Proença General Hugo Silva Doutor Lourenço Luiz Lacombe
28	General Francisco Silveira do Prado Brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira
29	General José Maria Moreira Guimarães – Fundador Coronel Frederico Leopoldo da Silva
30	General Doutor Carlos Sudá de Andrade General Jarbas Cavalcante de Aragão Coronel João Severiano da Fonseca Hermes Neto
31	General Augusto Tasso Fragoso – Fundador, Benemérito Coronel João Baptista Magalhães
32	Almirante Antônio Carlos Raja Gabaglia – Fundador Almirante Renato de Almeida Guillobel Comandante Levy Scavarda Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama – Benemérito Doutor Joaquim Ponce Leal
33	Comandante Luiz Alves de Oliveira Bello Almirante Hilton Berutti Augusto Moreira
34	Coronel Luiz Lobo – Fundador General Luiz Felício Monteiro de Lima
35	Comandante César Feliciano Xavier – Fundador Almirante Gerson de Macedo Soares General Lauro Alves Pinto
36	Comandante João Egon Prates da Cunha Pinto - Fundador
37	General Adailton Sampaio Pirassununga – Fundador
38	Almirante Didio Iratim Afonso da Costa – Fundador Almirante Juvenal Greenhalgh

39	General José de Lima Figueiredo – Fundador Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt – Benemérito General Fernando Guimarães de Cerqueira Lima
40	General Antônio Leôncio Pereira Ferraz – Fundador
41	General Ferdinando de Carvalho
42	General Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo – Fundador Doutor Marcos Cláudio Philippe Carneiro de Mendonça Coronel-Aviador Nelson José Abreu do Ó de Almeida
43	Almirante Lucas Alexandre Boiteux – Fundador Comandante Leo Fonseca e Silva
44	Coronel Jonathas da Costa Rego Monteiro – Fundador General Salm de Miranda
45	General Francisco José Pinto – Fundador General Amyr Borges Fortes
46	General Raul Bandeira de Mello – Fundador General Waldemiro Pimentel
48	Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon – Fundador, Benemérito Doutor Gustavo Barroso General Raul Silveira de Mello – Benemérito
49	Coronel Leopoldo Nery da Fonseca – Fundador General Edmundo de Macedo Soares e Silva – Benemérito General Flammarion Pinto de Campos
50	Almirante Henrique Boiteux – Fundador Almirante Aníbal do Amaral Gama Comandante Carlos Garrido
51	Marechal Tristão de Alencar Araripe – Benemérito
52	General Djalma Poly Coelho Coronel Sebastião da Silva Furtado
53	General Dioclécio de Paranhos Antunes Coronel José Augusto Vaz Sampaio Neto
54	Marechal Inácio José Veríssimo
55	General José Meira de Vasconcellos – Benemérito Coronel Walter dos Santos Meyer – Benemérito General Heitor Borges Fortes
56	Brigadeiro Nelson Freire Lavanère Wanderley – Benemérito
57	General César Augusto Parga Rodrigues – Benemérito Doutor Adolpho Morales de Los Rios Filho Professor Antônio Pimentel Winz
58	Professor Eugênio Vilhena de Moraes General Alfredo Souto Malan Coronel Adílio Sarmento Xavier

61	Brigadeiro Godofredo Vidal Coronel Hernani D'Aguiar
62	Almirante Augusto Carlos de Souza e Silva – Fundador
63	Almirante Mário Ferreira França General João Baptista Peixoto – Benemérito
64	General Aurélio de Lyra Tavares Professor Vicente Costa Santos Tapajós
65	General Francisco de Paula e Azevedo Ponde – Benemérito
67	Professor Alberto Lima General Aguinaldo José de Senna Campos General Newton Bonumá dos Santos
68	General Jonas de Moraes Correia Filho – Fundador, Benemérito
70	Coronel Waldir da Costa Godolphim
73	General Murilo Rodrigues de Souza General Morival de Calvet Fagundes Embaixador Francisco de Assis Grieco
74	Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho - Emérito
78	Professor Paulo Braga de Menezes
79	General Heitor de Almeida Herrera
80	Professor Gilberto Freyre
81	Professor Raul do Rego Lima
82	Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva
85	Professor Herculano Gomes Mathias
89	General Liberato da Cunha Friedrich
90	Coronel Neomil Portella Ferreira Alves
96	Brigadeiro Murillo Santos
97	General Danillo da Cunha Nunes
98	Brigadeiro João Eduardo Magalhães Motta
99	Almirante Antônio Mendes Braz da Silva
100	Coronel Elber de Mello Henriques

